

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Magda da Silva Pereira

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO:
OS SÍMBOLOS ESQUECIDOS NO CEMITÉRIO
MUNICIPAL DE SOLEDADE
(1871 – 1935)**

Passo Fundo
2009

Magda da Silva Pereira

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO:
OS SÍMBOLOS ESQUECIDOS NO CEMITÉRIO
MUNICIPAL DE SOLEDADE
(1871 – 1935)**

Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, com requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Gerson Luís Trombetta.

Passo Fundo

2009

AGRADECIMENTO

Agradeço a meu esposo Gilmar, por ter acreditado em meu sonho quando o comuniquei que iria fazer este Mestrado, e ter se deixado levar por meus assédios ao convencê-lo de ingressar junto comigo. Hoje acredito que esse trabalho é coletivo, pois suas opiniões e comentários sempre foram muito válidos, bem como seu carinho quando o cansaço me abatia, e o desânimo me tomava, fazendo com que me questionasse se tantas abdicções seriam válidas. Hoje percebo que tudo valeu a pena.

A meus filhos, Gabriella, Júlia e Guilherme, porque apesar de serem pequenos sempre torciam pela Mamãe, e quando percebiam meu cansaço, me davam colo, enxugando minhas lágrimas com doces beijos. Fazendo com que eu percebesse que aquelas pequenas mãos poderiam carregar o meu mundo e aqueles olhares de cumplicidade estavam sempre a me esperar.

Aos meus pais e a minha irmã, por estarem sempre presentes junto a minha família, cuidado de meus pequenos para que eu pudesse estudar, me estimulando e dando apoio incondicional, ouvindo minhas lamurias e compartilhando minhas alegrias.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado de História da Universidade de Passo Fundo, pelas discussões e desafios impostos durante as aulas, pois muito agregaram em minha vida acadêmica.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gerson Luís Trombetta, por ter guiado-me na realização de minhas pesquisas no decorrer desses 02 anos, pois mesmo sabendo das dificuldades que teríamos na abordagem do tema, sempre exerceu papel preponderante na escolha das referências e seleção das imagens durante nosso trabalho.

Agradecer a todos que me ajudaram a construir esta dissertação. Então, aos meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, gostaria de expressar meu agradecimento.

“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles.”

Augusto Cury

RESUMO

A presente dissertação objetiva realizar uma investigação sobre a importância histórica que os cemitérios possuem para a memória de uma comunidade, tendo como tema: Memória e Patrimônio: os símbolos esquecidos no Cemitério Municipal de Soledade, no marco cronológico de 1871 – 1935. Os subsídios desta pesquisa foram coletados através de entrevistas informais, revisões bibliográficas, pesquisa documental e levantamento fotográfico, no intuito de verificar como os cemitérios podem servir de fonte histórica nos aspectos culturais, sociais e econômicos de uma comunidade. A dissertação está dividida em quatro capítulos, onde é realizada uma abordagem sobre a morte na história, as igrejas, campos santos, e em específico, o Cemitério Municipal de Soledade e a simbologia existente em seus túmulos. Os cemitérios surgem como forma de reprodução da memória através de sua arte, seus epitáfios, sua arquitetura, entre outros aspectos. É parte inerente na preservação da história local, preservando a identidade cultural de uma comunidade, pois evidencia aspectos religiosos, ideológicos, a presença artística, as etnias, bem como o contexto econômico local e os períodos de ascensão e declínio de cada época, tudo através da representação simbólica contida nos túmulos dos cemitérios.

Palavras-chave: Cemitério, Memória, Comunidade.

ABSTRACT

This thesis aims at carrying out research on the historical significance that cemeteries are for the memory of a community, with the theme: Memory and Heritage: the forgotten symbols at the municipal cemetery of Soledad, in chronological March 1871 to 1935. Subsidies of this research was collected through informal interviews, literature reviews, archival research and photographic survey, in order to see how the cemetery can serve as a historical source on cultural, social and economic aspects of a community. The dissertation is divided into four chapters, which takes place a discussion of death in the history of churches and holy fields, and specifically, the municipal cemetery of the existent and Soledad in their graves. The cemeteries appear as a form of reproduction of memory through their art, their epitaphs, its architecture, among other things. It is an inherent part in preserving local history, preserving the cultural identity of a community, highlighting the religious, ideological, artistic presence, the ethnic and the local economic context and the periods of rise and decline of every day, all through symbolic representation contained in the tombs of the cemeteries.

Keywords: Cemetery, Memory, Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 01 – Lição de Anatomia | 18 |
| Figura 02 – Urna Funerária da fase Guarita | 23 |
| Figura 03 – Pirâmide com 03 Câmeras Mortuárias | 25 |
| Figura 04 – Catacumbas localizadas na parte interna de Igreja Católica | 30 |
| Figura 05 - Catacumbas localizadas na parte externa da Igreja de Malta | 30 |
| Figura 06- Taj- Mahal Palácio Tumba | 45 |
| Figura 07 – Mausoléu da Família Matarazzo | 49 |
| Figura 08 - Túmulo de Júlio de Castilhos | 50 |
| Figura 09 - Túmulo de Pinheiro Machado | 51 |
| Figura 10- Mapa do RS – localização de Soledade | 56 |
| Figura 11 - A Igreja Matriz como era no século XIX | 60 |
| Figura 12 – Primeiras gavetas mortuárias | 66 |
| Figura 13 – Vista parcial do Cemitério Municipal de Soledade | 67 |
| Figura 14 – Vista parcial do Cemitério Municipal de Soledade 02 | 67 |
| Figura 15 – Vista parcial do Cemitério Municipal de Soledade 03 | 68 |
| Figura 16 - Vista entre os túmulos do Cemitério Municipal de Soledade | 68 |
| Figura 17 - Vista das gavetas mortuárias na parte de tras do Cemitério Municipal de Soledade | 69 |
| Figura 18 – Vista dos corredores da parte da frente do Cemitério Municipal de Soledade | 70 |
| Figura 19 – Vista da parte de trás do Cemitério Municipal de Soledade | 71 |
| Figura 20 - Vista da parte de trás do Cemitério Municipal de Soledade 02 | 71 |
| Figura 21 - Acesso à parte antiga do Cemitério Municipal de Soledade | 73 |
| Figura 22 - Lápide sem identificação do morto, epitáfio apenas com o motivo da morte | 77 |
| Figura 23 – Lápide com identificação e epitáfio lamentando a perda | 77 |
| Figura 24 - Lápide com identificação e epitáfio lamentando a perda | 78 |
| Figura 25 – Túmulo do Sr. Cel. Júlio César de Oliveira Cardoso | 87 |
| Figura 26 – Anjo do Túmulo do Sr. Cel. Júlio César de Oliveira Cardoso | 88 |

| | |
|--|-----|
| Figura 27 – Símbolos do Túmulo do Sr. Cel. Júlio César de Oliveira Cardoso | 89 |
| Figura 28 – Túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo | 90 |
| Figura 29 – Anjo superior do túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo | 92 |
| Figura 30 – Anjo inferior do túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo | 92 |
| Figura 31 – Túmulo do Sr. Antonio dos Santos Vaz | 94 |
| Figura 32 – Descrição do Túmulo do Sr. Antonio dos Santos Vaz | 95 |
| Figura 33 – Túmulo da família Porto | 96 |
| Figura 34 – Relevo contido na lápide do túmulo da família Porto | 97 |
| Figura 35 – Cruz latina | 98 |
| Figura 36 – Túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha | 99 |
| Figura 37 – Placa de homenagem no túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha | 100 |
| Figura 38 – Cruz com galho de acácia no túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha | 101 |
| Figura 39 – Placa com pergaminho de lamento no túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha | 102 |
| Figura 40 – Túmulo do Sr. Salvador Ferreira de Andrade | 103 |
| Figura 41 – Identificação no túmulo do Sr. Salvador Ferreira de Andrade | 104 |
| Figura 42 – Túmulo do Sr. Salvador Ferreira de Andrade | 105 |
| Figura 43 – Túmulo do Sr. João Borges | 107 |
| Figura 44 – Detalhes do túmulo do Sr. João Borges | 108 |
| Figura 45 - Detalhes do túmulo do Sr. João Borges | 108 |
| Figura 46 – Colunas do túmulo do Sr. João Borges | 109 |
| Figura 47 – Detalhes do túmulo da Sra. Virginia Portela Borges | 110 |
| Figura 48 – Detalhes do túmulo da Sra. Virginia Portela Borges 02 | 111 |

ANEXOS

| | |
|---|-----|
| ANEXO 1 – Alvará de Licença | 120 |
| ANEXO 2 - Alvará de Licença com delimitação | 121 |
| ANEXO 3 – Alvará de Venda | 122 |
| ANEXO 4 - Decreto Lei 23430/74 | 123 |
| ANEXO 5 - Decreto Lei 1500/79 | 124 |
| ANEXO 6 - Decreto Lei 2000/91 | 125 |
| ANEXO 7 - Decreto Lei 2143/93 | 126 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPITULO 1 - A MORTE NA HISTÓRIA | |
| 1.1 – Definição da morte | 15 |
| 1.2 – A morte temporizada – pré-história | 18 |
| 1.3 – O processo evolutivo dos rituais fúnebres | 21 |
| CAPITULO 2 – OS CEMITÉRIOS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA | 33 |
| 2.1 - Cemitérios como Fonte Histórica | 33 |
| 2.2 – Preservação da Identidade Social através da Memória | 37 |
| 2.3 – Cemitérios – um Patrimônio histórico e oculto | 39 |
| 2.4 – A criação dos cemitérios no Brasil | 45 |
| CAPITULO 3 - O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SOLEDADE | 52 |
| 3.1 – Soledade: primeiros habitantes | 52 |
| 3.2 – Grupos étnicos | 56 |
| 3.3 – Formação religiosa | 58 |
| 3.3.1 – Monges Barbudos | 63 |
| 3.4 – Criação do Cemitério Municipal de Soledade | 64 |
| CAPITULO 4 – OS SÍMBOLOS CEMITERIAIS E A HISTÓRIA DE SOLEDADE | 74 |
| 4.1 - A exteriorização dos sentimentos | 75 |
| 4.2 - A força simbólica da morte | 80 |
| 4.3 – A cidade dos mortos na cidade dos vivos | 82 |
| 4.3.1 – Anjo | 85 |
| 4.3.2 – Cruz | 97 |
| 4.3.3 – Flores | 105 |

| | |
|-----------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 113 |
| REFERÊNCIAS | 116 |
| ANEXOS | 120 |

INTRODUÇÃO

Partindo do anseio em desvelar o papel que os cemitérios possuem dentro de uma localidade, nos deparamos com um problema que se torna cada vez mais atual em nossas cidades: a falta de conservação e a destruição de construções antigas, para a substituição por obras mais modernas. A ideologia do progresso tende a ignorar o passado e sua importância para a formação social do indivíduo. Diante desse problema percebemos a recorrência desse procedimento também dentro dos cemitérios. Como despertar a consciência histórica da importância dos cemitérios na formação local?

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é investigar a importância histórica que os cemitérios possuem para a memória de uma comunidade, ou seja, verificar como os cemitérios funcionam como fontes históricas sobre os aspectos culturais, sociais e econômicos de uma localidade.

Nossos cemitérios tornaram-se obsoletos, e muitos foram destruídos em prol do desenvolvimento. O capitalismo que abre as portas para a modernidade, desconhece o papel determinante da história patrimonial na formação do ser humano.

Reconhecer o valor dos cemitérios acaba se tornando uma tarefa difícil numa cultura onde a maioria das pessoas prefere nem pensar sobre eles. O homem ocidental sente-se atemorizado por saber que a morte é uma passagem certa, irreversível e repleta de enigmas. Num momento de inúmeros avanços tecnológicos e científicos, a morte parece ser a única capaz de desafiar a capacidade do ser humano atual de dominar todos os territórios e assuntos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa constituiu-se de revisões bibliográficas, pesquisas documentais e levantamentos fotográficos da cidade de Soledade. Nessa busca foi possível visualizar que o historiador não pode utilizar-se apenas de um método para sua abordagem. Não existe um procedimento mais relevante do que o outro quando estamos em busca de informações.

É importante registrar que, durante a pesquisa, verificamos a escassez de material sobre os cemitérios do Brasil e mais especificamente do Rio Grande do Sul. Existem estudos esparsos relacionados ao mapeamento, genealogia, arquitetura e arte. No entanto isso se restringe a poucos cemitérios, como os que foram localizados nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Lajeado, Lagoa Vermelha, Veranópolis e Santo Antonio da Patrulha.

De fato, a historiografia brasileira e rio-grandense ainda oferece pouca atenção ao tema cemiterial, possivelmente devido ao conceito fantasioso em relação aos sentimentos vinculados à morte e suas representações funerárias. É imperativo, para essa desmistificação, que se leve em consideração à acuidade histórico-cultural e artística deste espaço.

O cemitério como tema de pesquisa têm merecido destaque por alguns grupos de pesquisa. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existe um grupo que já há algum tempo envolve-se com pesquisas cemiteriais, coordenado pelo professor e pesquisador Dr. Harry Rodrigues Bellomo. O grupo tem sede na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e integra a ABEC (Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais). Suas pesquisas sobre os cemitérios merecem destaque em âmbito nacional. Por ocasião desse envolvimento, no ano de 2008 a ABEC realizou o III Encontro de Estudos Cemiterias, na sede da PUC.

Nosso marco cronológico deu-se do ano de 1871 a 1935. Tal período justifica-se por termos constatado uma época rica na construção de obras tumulares, nesse período havia preocupação com a ornamentação dos túmulos, o que na atualidade é algo escasso.

No primeiro capítulo “A morte na história”, procura-se investigar como, desde os tempos primitivos, se organizaram os rituais fúnebres e como a morte foi encarada durante um extenso período de tempo, partindo da Pré-História até a Idade Média. Neste contexto cabe-nos ressaltar a importância dos trabalhos de Áries (2003) e Chiavenatto (1998).

No segundo capítulo “Das Igrejas aos Campos Santo”, explanamos sobre a origem dos cemitérios, partindo da remoção dos mortos de dentro nas Igrejas, onde supostamente estariam protegidos e mais próximos do céu, até a construção dos cemitérios como hoje os conhecemos.

Neste enfoque foi abordada também a questão da preservação dos cemitérios como parte do patrimônio cultural-artístico e histórico de uma cidade.

O terceiro capítulo, “Cemitério Municipal de Soledade”, explana de forma sucinta o processo de formação de Soledade e a importância da religiosidade para a comunidade. Apresenta descrições sobre a origem da primeira capela, posteriormente à construção da Igreja, bem como os primórdios do cemitério.

A partir desse estudo, foi executado um trabalho de campo para alçarmos um olhar mais minucioso sobre a simbologia existente no local, através da captura de imagens dos túmulos, esculturas e adereços, originando assim o Capítulo IV. Amparado em um levantamento fotográfico, o capítulo examina a simbologia presente nos túmulos com maior relevância histórica e artística. Foram elencados os símbolos que aparecem com maior frequência entre túmulos cristãos e alguns maçônicos, dentre eles os anjos, as cruzes, as flores e as colunas. É importante registrar que, para análise dos símbolos, foi necessário o auxílio de membros do Catolicismo e da Maçonaria, para que pudéssemos perceber detalhes ocultos dentre os túmulos.

Devemos destacar o desafio que essa pesquisa proporcionou no âmbito pessoal, pois além de superar preconceitos e mitos existentes sobre o objeto de estudos, as visitas *in loco* quase sempre foram solitárias, apesar da apreensão dos administrados do cemitério em ter uma mulher perambulando por horas entre os túmulos, pois há relatos de assaltados, drogados e ainda estupros que aconteceram no local, a vontade de desvelar a história contida em cada lápide entoava de maneira mais forte que os temores.

1 A MORTE NA HISTÓRIA

No presente capítulo traremos um breve relato sobre a forma como a morte foi encarada desde as civilizações primitivas até as atuais, além de comentarmos a importância que os rituais fúnebres tiveram no decorrer dos tempos. É fundamental que tenhamos este aporte teórico para que compreendamos as mudanças ocasionadas através dos tempos na maneira em que a morte foi encarada e a importância que a mesma representa como um ato social. As diferenciações culturais proporcionam diversas formas de representação da morte, e será através desse estudo que compreenderemos a criação dos primeiros cemitérios na história. Tendo como base essas concepções sobre a morte, trabalharemos num segundo momento a relação da morte e o tempo, bem como a origem e a relevância dos rituais fúnebres na manutenção da coesão social.

1.1 Definição da morte

Tão difícil quanto definir a morte é tentar traçar um panorama completo dos vários significados que a mesma assumiu nas sociedades e no tempo. A morte não se refere apenas ao homem, mas a tudo que o cerca, às sociedades, aos sistemas culturais, às tradições que findam e são reinventadas, a resistência ao futuro, à ruptura com o passado.

[...] a atitude diante da morte pode parecer quase imóvel através de períodos muito longos de tempo. Aparece como acrônica. Entretanto, em certos momentos intervêm mudanças, frequentemente lentas, por vezes despercebidas, hoje mais rápidas e mais conscientes. (ARIÉS, 2003, p.25).

Dependendo da área de estudos, as interpretações sobre a morte podem ganhar conotações específicas. Para um biólogo, por exemplo, ela se dá de forma biológica, como parte preponderante do processo orgânico do ser humano. Já na filosofia podemos perceber uma forma de abordagem mais humanista que põe em primeiro plano o seu impacto existencial.

A morte é parte natural da vida que todos deverão enfrentar um dia. Pode-se escolher dois modos de abordar a questão, enquanto se está vivo: escolhendo entre ignorar ou então olhar de frente para a perspectiva da própria morte, pensando claramente nela, e tentar minimizar o sofrimento que traz. (POST, apud ARAÚJO, 2006, p. 9).

As impressões que formulamos sobre a morte e as atitudes dos homens diante dela, tendem a se alterar conforme o contexto histórico e cultural em que o indivíduo se encontra inserido. Os meios de ritualização da morte também demonstram a preocupação, desde as sociedades mais arcaicas até as mais modernas, em fazer com que esse momento seja de preservação das lembranças e que o espírito do morto não queira retornar.

Em sociedades primitivas a morte era algo mais fácil de ser aceito. Na literatura egípcia, por exemplo, a morte era tida como uma passagem da alma ou espírito, ele transmigrava, reencarnava ou descansava. A simplicidade com que a morte era tratada nessas sociedades pode nos causar espanto uma vez que, nos dias atuais, evitamos até mesmo de falar sobre ela, tampouco entendê-la.

Os primeiros diagnósticos de morte teriam acontecido a 50 mil anos a.C.

Em achados arqueológicos, ossos [...] foram encontrados cuidadosamente sepultados e com objetos de uso pessoal em sua volta. Portanto, para que se fizesse o sepultamento planejado de uma pessoa era preciso que se fizesse, inicialmente, o diagnóstico da morte. (CHIAVENATO, 1998, p.78)

Os arqueólogos que examinaram essas ossadas acreditaram que houve um diagnóstico de morte pelo fato do morto não ter sido abandonado, ter havido um princípio de ritual fúnebre. Naquele tempo a morte era verificada através do longo período que o corpo ficava em inércia, iniciando um estado de putrefação. Com a evolução das civilizações, desenvolveram-se outras formas de diagnosticar a morte. No antigo Egito ela era percebida pela falta de respiração e por saberem que o coração do morto não pulsava. Em meados do século XVII, quando já havia o conhecimento sobre o aparelho circulatório, começam a serem inventados os primeiros aparelhos e instrumentos médicos para diagnosticar o óbito. As formas de análise para verificação da morte física ficam cada vez mais sofisticadas até a inauguração de uma ciência específica para estudá-la, a tanatologia.

No fim do século XIX surge a moderna tanatologia - nome da ciência que estuda a morte - um termo criado pelo biólogo russo Elie Metchnikoff¹ (1845-1916). Simplificadamente, a tanatologia diz que a morte é a cessação da vida, resultado de uma irreversível mudança no metabolismo das células. A tanatologia não estuda apenas as mudanças biológicas decorrentes da morte, mas os aspectos sociais, psicológicos, legais, éticos e tudo que envolve um óbito. (CHIAVENATTO, p.79, 1998)

Na atualidade, a autópsia ou necropsia é o procedimento utilizado para descobrir a possível causa da morte do indivíduo. Esse método, até o início do século XVII, era considerado um ato de agressão à Igreja e à memória do morto, que poderia sentir-se revoltado e querer retornar para uma possível vingança. Apesar da resistência inicial, essa técnica se tornou corriqueira. Os médicos legistas manuseiam os cadáveres, retirando membros, órgãos, para posterior estudo. São usados também sofisticados equipamentos que ajudam a determinar desde a causa da morte até mesmo o horário.

A partir do século XVII, dá-se início a mudanças significativas nas representações mortuárias. O destino do morto agora passava a ser intermediado pela Igreja. Dependendo de sua conduta durante a vida a igreja profere seu destino, ou para o paraíso (alegria eterna), ou para o inferno (sofrimento sem fim).

Esse período histórico pode ser ilustrado através do quadro “Lição de Anatomia do Dr. Tulp” de Rembrandt (ver Figura 1), pintado no ano de 1632, traz o corpo de um marginal que havia sido condenado à morte por assalto a mão armada. Rembrandt inovou ao reduzir o morto a coadjuvante da cena, colocando-o de viés e com a face encoberta. Já os médicos assistentes, com os rostos marcados pelo espanto, foram empilhados numa espécie de triângulo. A vedete é mesmo Tulp, em destaque no canto, à direita do espectador. Com o bisturi, ele disseca o braço do morto, numa alusão moralista ao pecado do roubo, associado desde a Bíblia ao mau uso das mãos.

¹ Bacteriologista russo nascido na vila de Ivanovka, próximo a Khar 'kov, e naturalizado francês, que se distinguiu pelos seus estudos em imunologia e especialmente no papel representado pelos leucócitos na fagocitose de bactérias, e especialista em êntero-bactérias.



Figura 1 – Lição de Anatomia

Fonte: http://www.helderdarocha.com.br/blog/rembrandt_anatomia.jpg
Acessado em 18/01/2007

O ser humano tende a lidar com duas concepções sobre a morte: A de como agir diante da morte do outro, da qual temos consciência, e a concepção de nossa própria morte, a clareza da finitude, e o medo de encarar o desconhecido.

Não há uma forma científica que possamos utilizar para que tenhamos conhecimento do que se passa pela mente de um moribundo, ou prever o momento exato em que se irá morrer, e isso é incômodo. Mesmo em uma sociedade em que tudo ocorre com hora marcada e corre-se contra o tempo tentando em inúmeras vezes mudar o rumo natural da vida a morte, permanece imprevisível.

1.2 A morte temporizada – pré-história

Não existiu sociedade que não tenha sentido a passagem insensível do tempo, da duração passageira das coisas materiais, da insignificância da existência dos seres vivos diante do universo. Mesmo as culturas e os povos considerados mais primitivos na maneira de pensar, entendiam que a natureza e a vida são cíclicas, obedecendo e perpetuando os ritmos, espaços-

temporais que se desgastam, terminam e voltam a ser, recomeçando interminavelmente como ciclos eternizados.

É desta consciência de brevidade e efemeridade que se origina a ânsia do ser humano em entender a morte. Ariès (2003) comenta que as transformações do homem diante da morte são extremamente lentas ou se situam entre longos períodos de imobilidade. O autor define a morte nesses períodos mais remotos como morte domada. Sua justificativa baseia-se no fato de que ela era anunciada, “[...] não se morre sem ter tido tempo de saber que se vai morrer” (ARIÉS, 2003, p. 27). Sabendo que a morte é inevitável, o moribundo já tomava suas providências para os rituais.

Além de fazer parte de uma cerimônia pública e organizada, os antigos temiam a proximidade dos mortos e os mantinham a distância.

Honravam as sepulturas – nossos conhecimentos das antigas civilizações pré-cristãs provêm em grande parte da arqueologia funerária, dos objetos encontrados em tumbas. Mas um dos objetivos dos cultos funerários era impedir que os defuntos voltassem para perturbar os vivos. (ARIÉS, 2003, p. 34)

A aceitação da morte fazia-se de forma natural da vida. Não se questionava, apenas enfatiza-se e exaltava-se a passagem para uma nova etapa, pois qual a função do ser humano se não evoluir e transpor suas experiências? Nas sociedades primitivas isso acontecia de forma tão simplificada que o homem era mero espectador do tempo. O retorno era inevitável. Era como se existisse dois tempos, como elucida Domingues (1996, p. 22):

[...] um tempo “fraco”, povoado de acontecimentos e entes banais, no qual os homens levam uma vida anódia e sem importância (tempo profano); um tempo “forte” povoado de acontecimentos extraordinários e habitado por potências sobrenaturais, cujos atos os homens devem imitar e cujos perigos devem conjurar (tempo sagrado).

Elíade (1986), para descrever como se dá a vivência do tempo cíclico, propõe a idéia do tempo mítico, tempo que transcende o tempo concreto. É o “*in illo tempore*”, o tempo imemorial das origens. O homem arcaico percebe o tempo como heterogêneo; isto é, divide-o em tempo

profano (linear), e tempo sagrado (cíclico e reatualizável). Por meio de mitos e rituais que permitem o acesso a este tempo sagrado, a humanidade cultivaria uma espécie de “terror da história” (uma condição de impotência diante os dados históricos registrados no tempo, só vencida pela “saída” do tempo profano).

O tempo cíclico é um tempo de conformidades e repetições. A forma para enfrentar o desconhecido é induzida através de grandes ritos de passagem. Como o homem primitivo possuía ritos para cada etapa de evolução na sua vida, assim também era na morte.

[...] no pensamento do primitivo, o homem ao nascer ainda não está acabando, completo. Para que possa se transformar em um ser completo, passando do estado imperfeito, embrionário ao estado perfeito de adulto, deve morrer desta vida primeira, para renascer pela segunda vez em uma vida superior, espiritual. Para isto necessita dos rituais e simbolismos de trânsito e iniciação, presentes nas sociedades primitivas, os quais têm a função de expressar a concepção específica da existência humana, reproduzindo o momento de criação efetivado pelos deuses quando da fundação. Este nascimento iniciático significa então a morte da existência profana; e a série de ritos de trânsitos, de iniciações sucessivas e o que permite a existência humana chegar a sua plenitude. Desde os estados arcaicos de cultura, a iniciação desempenha um papel capital na formação religiosa do homem. (AMPARO, 2004, p. 5)

É importante registrar que a concepção cíclica de desaparecimento e reaparecimento da humanidade conservou-se em várias culturas:

Surpreende-nos em primeiro lugar uma diferença essencial entre essas duas qualidades de Tempo: o tempo sagrado é por sua própria natureza reversível, no sentido em que é, propriamente falando, um Tempo mítico primordial tornado presente. Toda festa religiosa, todo Tempo litúrgico, representa a reatualização de um evento sagrado que teve lugar num passado mítico, “nos primórdios” (ELIADE, 1986, p.38).

Para Eliade (1986), a diferença entre o ser profano e religioso se dá pelo fato do último viver em duas espécies de tempo. O tempo sagrado é circular, reversível e recuperável, espécie de eterno presente mítico que o homem reintegra periodicamente pela linguagem dos ritos. O tempo profano é linear e histórico. Na concepção de tempo cíclico a morte existe na forma de passagem, é um ritual que se eterniza e se perpetua assim os rituais preparam o homem para a continuidade em outro espaço físico. O rito, profano em sua aparência, abre-se para o sagrado. O rito mortuário assume, assim, um papel central na configuração do tempo cíclico: torna-se necessário morrer

para renascer, a reencarnação é o retorno do espírito à vida carnal: “todas as civilizações, desde os tempos mais remotos afirmam que o homem tem vários corpos invisíveis (almas), os quais, na hora da morte, separam-se do corpo físico e continuam a viver em outro espaço cósmico” (CARVALHO, 2001, p. 3).

Na pré-história o Homo-sapiens, ao deparar-se com seu destino de mortal, percebe a necessidade de criar ritos universais de enterros. Cria a reverência aos ciclos de vida e morte, elabora rituais de passagem, e preocupa-se com o destino da alma de seus mortos.

Os homens primitivos abandonavam seus mortos e seguiam sua viagem em busca da alimentação. O dessecamento acontecia de maneira natural: o corpo ficava exposto onde apodrecia, cheirava mal e, conseqüentemente, assustava. Os homens primitivos ainda percebiam naquele cadáver sinais de vida, como os vermes saindo do cadáver e unhas e cabelos que continuavam a crescer. Isso, de certa forma, apavorava. Talvez esse medo ou pavor tenha sido um dos motivos para o surgimento dos sepultamentos, já que neste período histórico ainda não havia nenhuma preocupação excessiva pelas questões sanitárias e de saúde.

Posteriormente os mortos começam a serem enterrados debaixo de grandes lajes de pedra suspensas (sambaquis), com suas roupas, armas, enfeites e oferendas, pois, no momento em que voltassem, precisariam de seus utensílios. Aos poucos o ser humano assume o seu destino de mortal passando a desenvolver rituais de reverência ao ciclo de vida/morte. A reflexão sobre a imortalidade o leva a venerar deuses e a criar ritos de sacrifício - até mesmo com humanos - para adiar esse momento de angústia. O espírito, no entanto, era imortal e influenciava a vida dos demais membros daquela sociedade.

As emoções provocadas pela morte são vivenciadas nos atos fúnebres. O não abandono dos mortos implica na crença de sua sobrevivência. Nas sociedades que acreditam nisso não existe o abandono do morto, pois esse poderá ficar com rancores e querer voltar para algum tipo de vingança.

Os ritos têm a função de fazer a passagem para outro estágio e para que essa passagem tenha êxito, é necessário que o morto seja conduzido para um tempo indefinido, e eterno. Faz-se

necessário que o espírito do morto esteja em paz e satisfeito com seu estágio dentro daquele grupo, só assim o restante daquela sociedade poderá ficar sem temores. Segundo Ariés (apud BELLATO, 2004, p.101-102),

[...] vale ressaltar que nessas sociedades primitivas morria-se sempre em público, pois nunca se estava só, fisicamente, no momento da morte. Elas construíam, portanto, sistemas de defesa contra a angústia da morte, embasados em ritos e crenças que buscavam dar ao ser humano a ilusão de perenidade e, por não se apoiarem na individualização e sim na participação da pessoa no seio do grupo, não concebiam a morte como ausência ou separação irreparáveis.

As primeiras sepulturas conhecidas datam há cerca de 35 mil anos a.C. Conforme Chiavenatto (1998, p.12), “[...] o *Homo sapiens* enterrava seus mortos sentados, os braços envolvendo os tornozelos”. Alguns fósseis foram encontrados em covas ornadas com flores e uma pedra tumular sobre a mesma. Não se tem conhecimento se o propósito da pedra era proteger o morto ou assegurar que o mesmo não voltaria para importunar a tribo. Ainda se tem conhecimento das existências de urnas funerárias.

Como ilustra a Figura 2, havia urnas que apresentavam modelagem nos dois lados do vaso, representando figuras estilizadas em forma de animal ou de face humana. Há um tipo de urna funerária que apesar ter a forma de vaso, com estreitamento no gargalo e borda, lembra uma figura humana, com as mãos boca, membros e genitália.



Figura 2 - Urna funerária da fase Guarita

Fonte: Disponível em: < www.revistaterra.com.br/revista/187/imagens/2207/ >
Acessado em 25/01/2007

A morte não era entendida como algo natural, mas obra de bruxarias e feitiços. E, como se acreditava no tempo cíclico, o morto reencarnaria e voltaria para conviver na sociedade.

Quando se fortalece a crença de que o homem é formado por corpo e alma e não só corpo, as covas foram ganhando maior profundidade o que garantiria a segurança dos vivos. Chiavenatto (1998, p.13) elucida que o termo “sete palmos”, designa o espaço suficiente para que o morto ficasse preso, não podendo sair. Algumas sociedades primitivas utilizavam rituais canibais com seus próprios mortos por acreditarem que a força, inteligência ou rapidez seriam repassadas para quem ingerisse a carne.

Há registros de basicamente cinco processos de rituais fúnebres o da pedra tumular, o do enterro, o de dessecamento, o da cremação e da mumificação.

A pedra tumular talvez fosse usada para impedir que o morto voltasse ao mundo dos vivos: sobre o defunto jogava-se uma pedra grande o suficiente para esmagá-lo contra o solo. Já no enterro colocavam-se os mortos dentro de uma cova, cobrindo-a com terra ou com pedras. No processo de dessecamento deixava-se o morto sobre uma palafita, exposto ao ar, que secava o cadáver, e aos abutres, que comiam sua carne. No processo de cremação, o corpo transformava-se em cinza. (CHIAVENATTO, 1998, p.12)

Cada civilização procurou uma forma de enfrentar a ruptura ocasionada pela morte, assim como na pré-história surgiram ritos de sepultamento para amenizar a perda.

1.3 O processo evolutivo dos rituais fúnebres

As influências de culturas dentro de uma sociedade são perceptíveis em diversos enfoques. A adaptação e reinvenção de adereços, formas de linguagem e vestimenta são características aparentes, porém há mais que isso. Existem tradições inventadas que com o tempo são tidas como parte integrante da sociedade e como se existissem desde os primórdios e não como algo inserido.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira, mas difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 09).

Os rituais que envolvem a morte também podem ser analisados dentro desta abordagem. Conforme Benjamin (1987), ao estudarmos o passado não significa que fatos elencados em livros ou relatados através da memória sejam propriamente a realidade vivenciada naquele momento histórico. Os relatores têm grande influência na descrição dos fatos:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela trelampeja no momento de perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebe. Em cada época, é preciso arrancar a tradição do conformismo, que quer apoderar-se dela. (BENJAMIN, 1987, p.02)

Os rituais fúnebres são tradições que, conforme as sociedades em que acontecem, possuem adaptações. A angústia a respeito dos mistérios que a morte traz, é algo que desde os primórdios atinge a existência humana. Em torno disso criaram-se ritos funerários que caracterizam as sociedades.

No antigo Egito usava-se muito a mumificação, prevendo a volta da alma para ocupar o corpo. Para os egípcios ninguém morria; o que existia é que a alma transmigrava, reencarnava ou ainda descansava (na mumificação) enquanto aguardava uma nova vida.

O processo de mumificação² era feito apenas para faraós, ricos e nobres. Já os pobres, assim como na pré-história, eram enterrados em covas sobre o solo arenoso. Como os egípcios acreditavam que seus deuses reencarnavam em animais, há relatos de cemitérios para animais com a mesma suntuosidade dada para os ricos e nobres. A Figura 3 demonstra a divisão as câmaras mortuárias dentro de uma pirâmide.

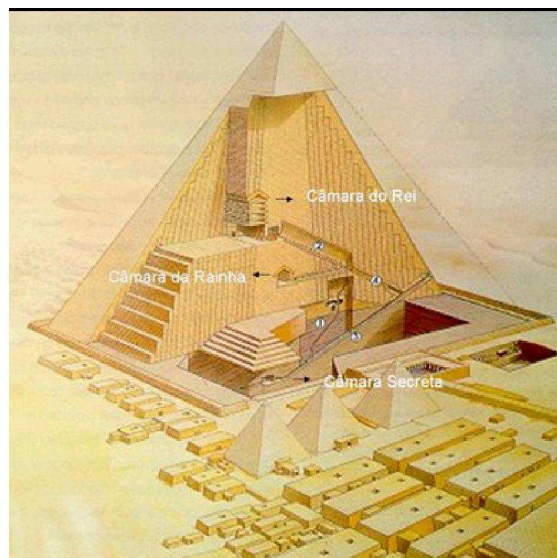


Figura 3 - Pirâmide com três câmaras mortuárias

Fonte: <http://geografia-biblica.blogspot.com/2007/10/egito-arte-04.html>.

Acessado em: 12/04/2008

². O processo era realizado por especialistas em mumificação. O cadáver era aberto na região do abdômen e retiravam-se as vísceras (fígado, coração, rins, intestinos, estômago, etc.) O coração e outros órgãos eram colocados em recipientes a parte. O cérebro também era extraído. Para tanto, aplicava-se uma espécie de ácido pelas narinas, esperando o cérebro derreter. Após o derretimento, retiravam-se pelos mesmos orifícios os pedaços de cérebro com uma espátula de metal. Após isso o corpo era colocado em um recipiente com natrão (espécie de sal) para desidratar e também matar bactérias. O corpo já desidratado era preenchido com serragens. Aplicavam-se também alguns “perfumes” e outras substâncias para conservar o corpo. Textos sagrados eram colocados dentro do corpo. O corpo era envolvido em faixas de linho branco, sendo que amuletos eram colocados entre estas faixas. Após a múmia estar finalizada, era colocada dentro de um sarcófago, que seria levado à pirâmide para ser protegido e conservado. O processo era tão eficiente que, muitas múmias, ficaram bem preservadas até os dias de hoje (MATTOS, 2003).

As idéias da imortalidade ou de uma pretensa vida futura começam a concretizarem-se no Egito. A afirmação do poder torna-se explícita diante das pirâmides. Alguns estudiosos afirmam que o fato das mesmas serem em pedras com cerca de sessenta e cinco toneladas cada, e pelas dimensões gigantescas, se constituía em uma forma de ressaltar a imortalidade (resistência ao tempo) além de uma demonstração do poder dos faraós que se preocupavam em levar seus pertences e riquezas para vidas futuras, não abrindo mão dos luxos para uma próxima reencarnação.

A morte no Egito sempre foi destacada por seu materialismo. A importância deste fenômeno foi além do social, da perpetuação dessa civilização na História. Conforme a mitologia, existia o Deus da morte Anúbis, que era responsável por dirigir as pompas fúnebres e acompanhar os mortos em sua passagem para o além, defendia tanto pobres como reis na morte, igualando-os nesta passagem, como um ser invisível, assombrava aos que viessem tentar violar as sepulturas, assobiando.

Na Grécia Antiga os rituais assemelhavam-se aos dos egípcios. O sepultamento, todavia, dependia de certos ritos preliminares: o cadáver, após ser ritualmente lavado, era perfumado com essências e vestido normalmente de branco, para simbolizar-lhe a pureza. Era envolvido com faixas e colocado numa mortalha, mas com o rosto descoberto, para que a alma possa ver o caminho que leva à outra vida. Certos objetos de valor eram enterrados com ele: colares, braceletes, anéis, punhais, etc. Os arqueólogos, ao escavarem os túmulos, ainda encontram grande quantidade desses objetos. Em certas épocas se colocava na boca do morto uma moeda, destinado a pagar ao barqueiro, para atravessar a alma pelos quatro rios infernais³. Essa idéia de pagamento da passagem, diga-se logo, não é um simples mecanismo da imaginação popular. Toda moeda é um símbolo: representa o valor pelo qual o objeto é trocado.

O cadáver era exposto sobre um leito, durante um ou dois dias, no vestíbulo da casa, com os pés voltados para a porta, ao contrário de como entrou na vida. A cabeça do morto, coroada de flores, repousa sobre uma pequena almofada. Todo e qualquer homem podia velar o morto,

³ O transporte do morto para o submundo da Hades (Deus do mundo inferior, soberano dos mortos), era feito por Caronte (figura mitológica do mundo inferior grego), era o barqueiro que transportava os recém-mortos na sua barca através do Aqueronte, rio que delimitava a região infernal, até o local no Hades que lhes era destinado.

acompanhar os rituais, e assistir ao sepultamento ou à cremação, mas a lei era extremamente rígida com as mulheres.

Na ilha de Ceos só podiam entrar na casa, onde houvesse um morto, aquelas que estivessem "manchadas" (a morte sempre contamina) pela proximidade de parentesco com o mesmo, a saber, a mãe, a esposa, as irmãs, as filhas e mais cinco mulheres casadas e duas jovens solteiras, cujo grau de parentesco fosse no mínimo de primas em segundo grau. Em Atenas, igualmente, a legislação de Sólon era severa a esse respeito: só podiam entrar na casa do morto e acompanhar-lhe o enterro aquelas que fossem parentes até o grau de primas. Os presentes vestiam-se de luto, cuja cor podia ser preta, cinza e, por vezes, branca, e cortavam o cabelo em sinal de dor. Carpideiras acompanhavam o féretro para cantar o *treno*. (BRANDÃO, 2004, p.01-02).

As mulheres, assim como na vida, na morte também sofriam opressão. Só eram embalsamadas após três ou quatro dias depois de seu óbito. Tomando-se a precaução para que os responsáveis pelo embalsamento não violassem o corpo.

Mais de um embalsamador foi surpreendido em pleno ato sexual com uma mulher recém-falecida. Não é preciso repetir que sempre reproduzia o padrão de vida nos usos e costumes da morte. Rico têm múmia bonita; pobre uma rolha no ânus. E a mulher, defunta estuprada. (CHIAVENATTO, 1998, p.32).

Em Atenas, a legislação também era severa em relação às mulheres, pois só podiam entrar na casa do morto. Aquelas que fossem parentes até o grau de primas. Os sepultamentos eram feitos pela manhã, antes do nascimento do sol, o corpo do morto era inumado ou cremado sobre uma fogueira, depois as cinzas eram recolhidas e colocadas em uma urna para serem sepultadas.

Nas sociedades hindus a mulher exerceu um papel preponderante quando da morte de seu marido.

Ela deveria sentir-se feliz por morrer queimada, pois “como o caçador de cobra tira a serpente do buraco, assim a mulher, resgatando seu marido do inferno, regozija-se com ele. A mulher que morre na pira funerária com seu marido purifica a família de sua mãe, de seu pai e de seu esposo. Se o marido foi [...] um assassino do próprio amigo, a mulher, queimando-se com ele, o purifica do pecado. Não há virtude maior do que uma mulher virtuosa queimar-se com seu marido”, diz um texto hindu citado por John Bowker em *Os sentidos da morte*. (CHIAVENATTO, 1998, p.24)

Seu único dever depois da morte do marido é queimar-se com ele, caso não cumprisse teria como castigo voltaria à vida no corpo de algum animal fêmeo.

No império romano, a cremação foi utilizada até cerca de 400 a.C.. Eram escolhidos lugares adequados fora do perímetro urbano, pois os vivos sempre temeram a proximidade com os mortos e os mantinham distantes por acreditarem em uma possível volta. O mundo dos vivos deveria ser separado do mundo dos mortos, “[...] por isso que em Roma a Lei das Doze Tábuas proibia o enterro *in urbe*, no interior da cidade” (ARIÉS, 2003, p. 36). Acontece, assim, o início aos cemitérios localizados fora das cidades, em sua maioria localizados à beira das estradas.

Depois da aliança da Igreja Católica com o imperador Constantino, o cristianismo prevalece e a cremação é abandonada. Uma nova concepção em relação à vida e a morte surge com o cristianismo e se difunde entre os povos. Porém devido às perseguições dos romanos os novos cristãos são abafados e ficam na clandestinidade das catacumbas. Apenas no século IV, o cristianismo sai da clandestinidade impondo-se sobre o paganismo ao propor a salvação interior a contraponto dos sacrifícios exteriores.

Ao longo da Idade Média, a Igreja Católica se empenha em reafirmar sua meta de salvação eterna. Grandes obras de fé são empreendidas: construção de catedrais, peregrinações, cruzadas, pois o código ético estrito, a chamada Vida de Boas Obras, promete recompensa no Paraíso ou danação no inferno. A boa morte é uma morte “anunciada” que concede tempo para a preparação para o encontro com Deus, momento supremo da vida. A passagem da morte vivida como um ritual muito solene, liderado pelo próprio agonizante na presença de toda coletividade (crianças inclusive). A morte súbita é considerada “infame”, castigo de Deus. (ROTTENSTEIN, 2003, p.03)

A morte anunciada ou, conforme Ariés (2003), a morte domada, torna-se uma cerimônia mais individualizada perdendo um pouco do sentido da sociedade coletivista. Não havia nada que se pudesse fazer para evitá-la. O único meio de salvação para garantia do Paraíso era o arrependimento dos pecados em vida. Era importante que vizinhos, parentes, carpideiras⁴ e sacerdotes estivessem presentes para que o moribundo pudesse fazer a confissão de seus pecados e receber a extrema-unção. O testamento era feito verbalmente e, como prova da religiosidade,

⁴ Mulher contratada para prantear os mortos. As carpideiras gritavam, puxavam os cabelos e choravam exageradamente, dando a impressão de que o morto era muito querido.

legavam parte de seus bens a mosteiros ou a padres, que se incumbiam de rezar centenas de missas para que suas almas encontrassem a “paz junto ao Senhor.” Segundo Chiavenatto (1998) trata-se da individualização da morte onde o moribundo, após uma série de rituais, poderia alterar seu destino após a morte e purificar-se para uma vida posterior.

Até o século XIV, a Igreja impedia os médicos de atenderem os moribundos, que eram “ajudados a morrer” pelos sacerdotes. Considerava-se a morte um desejo de Deus, e seria um sacrilégio tentar impedi-la quando todos os indícios a anunciavam. O padre confessor tinha o direito exclusivo de ficar à cabeceira do moribundo, até que ocorresse o óbito. Conforme o caso ele pedia a saída do médico ou expulsava-o do quarto. (CHIAVENATTO, 1998, p. 37)

Como o morto pertencia à Igreja, nada mais natural que fosse enterrado na Igreja. Era o enterro intramuros⁵, forma pela qual o defunto se insere na área urbana. No entanto, ser enterrado no interior das igrejas era apenas para os mais abastados, o clero e a nobreza. Aos pobres restavam as valas comuns na parte externa das mesmas.

Coe (2005) salienta que todas as pessoas que tivessem condições de pagar para a Igreja uma “joia” de entrada e outros encargos (anuidades e contribuições) poderiam ingressar em uma irmandade e garantir um enterro em local apropriado e digno. Além disso, por ocasião dos atos fúnebres, um empregado da Igreja saía às ruas tocando uma sineta como forma de convite.

A morte era anunciada pelos sinos, avisando da reunião às seis da tarde, o compromisso de saída para a casa do morto às sete da noite. Puxava o cortejo o irmão diretor (um sacerdote) e outro irmão levando água benta e o livro usado na encomendação. Depois seguia a cruz da irmandade entre dois tocheiros conduzidos por noviços ou, na falta desses por irmãos professores. Atrás se arrumavam os confrades em duas fileiras (*sic*) como os tocheiros. Após a encomendação do cadáver pelo pároco, o irmão vigário do Culto Divino escolhia entre os noviços os carregadores do caixão, fazendo desta tarefa (...) uma prática iniciativa (...) imediatamente atrás do féretro seguiam os irmãos dos convidados, familiares e outras irmandades (...) chegando à igreja, o cadáver era recebido pelo capelão da ordem, cujas obrigações incluíam dar a extrema-unção em casa, fazer a encomendação na igreja (...) e o acompanhamento com pluvial até a sepultura. (REIS, 1991, p.145)

⁵ Para um cristão o enterro intramuros era de suma importância, tanto que registravam minuciosamente o local que deixava “comprado” dentro da igreja.

Existia uma hierarquização em relação ao local que o defunto iria ocupar dentro da Igreja: quanto mais próximo o morto fosse enterrado do altar, maior seu prestígio em vida e com maior tranquilidade faria a passagem para encontrar o paraíso junto à companhia de anjos, santos, mártires e heróis.

A seguir constam duas figuras de catacumbas localizadas na parte interna e externa das Igrejas. Essas imagens ilustram a posse que essas instituições religiosas detinham diante dos mortos. A parte interna era reservada para quem pudesse doar um dizimo mais significativos junto aos cofres santos, restando para os demais cristãos a parte externa, onde o dizimo era menor.

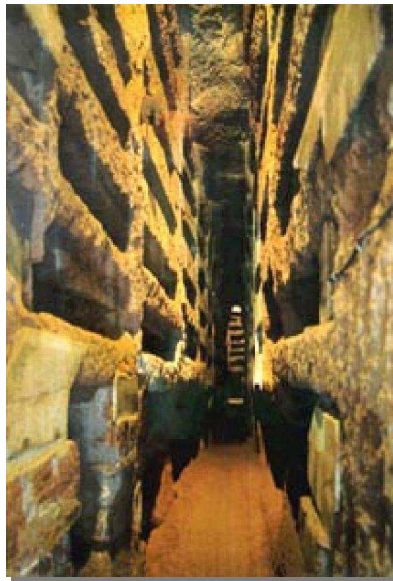


Figura 4 - Catacumbas⁶ localizadas na parte interna de Igreja Católica
Fonte: Disponível em: www.cpantiguidade.wordpress.com/
Acessado em: 28/04/2008

⁶ As catacumbas são formadas por galerias subterrâneas, parecendo verdadeiros labirintos e podem atingir no conjunto muitos quilômetros. Nas paredes de tufo desses intrincado sistema de galerias foram escavadas filas de nichos retangulares, chamados lóculos, de várias dimensões, que podiam conter um único cadáver, mas era freqüente o caso que contivessem os corpos de duas e às vezes mais pessoas. A sepultura dos primeiros cristãos era extremamente simples e pobre. Como Cristo, os cristãos eram envolvidos num lençol ou sudário, sem caixão. Os lóculos eram fechados em seguida com placas de mármore ou, na maioria dos casos, com telhas fixadas por argamassa.



Figura 5- Catacumba localizada na parte exterior da Igreja de Malta
Fonte: Disponível no site < www.diariodetrasmontes.com/image>
Acessado em 15/06/2008

O enterro na igreja ou perto dela respondia originalmente ao desejo de se beneficiar da proteção do santo, a cujo santuário era confiado o corpo. Em seguida, os clérigos, descontentes com os aspectos supersticiosos dessa devoção, decidiram interpretá-la de outro modo. Os mortos eram enterrados em um lugar ao mesmo tempo de culto e de passagem como a igreja, a fim que os vivos se lembrassem deles em suas preces e se recordassem como eles, tornar-se-iam cinzas. (ARIÉS, 2003, p.201)

O acúmulo dos mortos nas igrejas ou nos pátios das mesmas tornou-se, ao longo de quase um milênio, impraticável, salienta ARIÉS (2003). Até os últimos anos do século XVIII os chãos das igrejas tornaram-se ossários, fato que agredia a sanidade dos vivos e a dignidade dos mortos. As igrejas eram locais que além dos velórios e enterros, presidiam reuniões públicas, o que tornava os ossários verdadeiros incômodos para os frequentadores.

Médicos e químicos célebres publicaram na mesma época suas observações de cientistas sobre o perigo mortal dos enterros nas igrejas; contavam casos apavorantes de crianças do catecismo dizimadas após a abertura de um jazigo, de coveiros fulminados ao estripar desajeitadamente um cadáver. Magistrados e eclesiásticos esclarecidos contribuía para o debate com sua erudição e sabedoria, mostrando que o enterro nas igrejas era contrário ao direito romano assim como ao direito canônico - um efeito tardio das superstições medievais. A Corte e o Parlamento, por sua vez, intérprete da emoção geral, decidira ocupar-seda questão e ordenou, em 1763, um inquérito sobre o estado dos cemitérios parisienses e sua transferência para fora das cidades. (ARIÉS, 2003, p. 205)

A saúde pública estava sob ameaça. As epidemias e o mau cheiro exalados pelos mortos feriam não apenas a moralidade, mas a vida.

Além de propor alterações das pompas fúnebres, os médicos começavam a sugerir uma mudança nas sensibilidades, pois segundo eles, o cortejo deixaria de ser um evento social e se tornaria algo repugnante, digno de ser evitado por aqueles que possuísem opiniões mais esclarecidas. (PAGOTO, 2004, p. 102).

A partir do século XVIII era chegado o momento em que o morto deixaria de pertencer à Igreja e tem início a construção de túmulos fora do ambiente sagrado.

No ano de 1855, uma lei inglesa regulamentou os sepultamentos fora dos campos urbanos, dando início aos cemitérios. A palavra cemitério (do grego *Koumetéριom*, de kiomão, eu durmo e do latim *coemeterium*) designava, a princípio, o lugar onde se dormia, quarto, dormitório, pórtico para peregrinos, aplica-se, propriamente, a um lugar em que é dada a sepultura por imunação, por enterro direto no solo.

A integração dos cemitérios com as sociedades foi um processo lento, pois os cristãos não acreditavam estar protegidos fora do âmbito das Igrejas. Acreditavam que o corpo e sua alma só estariam salvos se estivessem dentro de solo sagrado.

Percebemos neste Capítulo a forma que ocorreu a transição dos rituais fúnebres, e o impacto social dos mesmos dentro das sociedades. No segundo capítulo trataremos uma abordagem dessa passagem de costumes, e a forma que os cemitérios foram constituídos, exercendo papel relevante na preservação da história local. Faz-se necessário ressaltar que no próximo Capítulo trataremos uma abordagem sobre a preservação da identidade social através dos cemitérios, os cemitérios como um patrimônio histórico e a criação dos primeiros cemitérios no Brasil.

2 OS CEMITÉRIOS E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Partindo do que abordamos no capítulo I, ou seja, a maneira como o ser humano encarou a morte no decorrer do tempo, apresentaremos, no capítulo que segue, o papel que os cemitérios possuem em uma localidade como fonte histórica, enfatizando o início da constituição e estruturação dos cemitérios no ocidente.

Além preservar a história local através da memória, buscando reafirmar a identidade social do morto é possível considerar o cemitério como patrimônio histórico de uma cidade. Com base nessa convicção buscaremos sustentar o objetivo central dessa pesquisa, que é ilustrar como a história de uma localidade pode ser descrita através da análise de seus cemitérios.

2.1 Cemitérios como fonte histórica

As medidas sanitárias e o desenvolvimento econômico e social, como salientamos no capítulo anterior, tornaram os ritos fúnebres e a construção dos cemitérios parte inerente da constituição das cidades. Mesmo para os que temem esses espaços, não há como não reconhecer que existe certo fascínio neles, seja despertado pelo medo seja pela admiração. Vencendo temores, tabus e preconceitos, podemos descobrir que além dos muros dos chamados campos-santos há um mundo de descobertas a serem feitas. Se pudermos dissociar essa idéia de negatividade dos cemitérios, é possível descobrir que outras associações podem ocorrer, estas sim com uma carga bastante positiva: um local para admirar obras de arte, conhecer a história, descobrir curiosidades e, por que não, contemplar a beleza de jardins, ruas, alamedas e os mais diferentes jazigos por puro lazer.

A devoção e o respeito aos mortos sempre se fizeram presentes desde as sociedades mais primitivas até as atuais:

Os ritos fúnebres são muitos variados, e evoluem não só com os costumes regionais, mas também com a idade, o sexo e a posição social do defunto. O culto aos mortos parece ser, pois, o mais antigo conhecido pelo homem. Antes de conceber e adorar a um Ente Supremo, ele adorou os mortos. Foi, talvez, à vista da morte que o homem teve pela primeira vez a idéia de sobrenatural. A morte foi o primeiro mistério e colocou-o no caminho de outros mistérios. Elevou-lhe o pensamento do visível ao invisível, do humano ao divino, do efêmero ao eterno. (ARAÚJO, 2006, p.30).

Para Guinzburg (2001) o velório é um ato social, seu poder simbólico está embutido em questões econômicas, políticas, étnicas e religiosas.

Toda a cultura é uma produção de símbolos, através dos quais os homens se expressam, se comunicam e trocam riquezas interior. Se não conseguimos conhecer sequer o homem em suas intimidades, a não ser por meio de seus gestos e de suas palavras, muito maior ainda é a necessidade dos símbolos, para que possamos aproximar-nos da intimidade de Deus. Deus pode revelar-se através dos símbolos. A religião como toda a cultura - não pode existir sem símbolos. (ZILLES apud BELLOMO, 2000, p.120)

Os atos fúnebres são uma espécie de máscara que a sociedade tem para olhar para a morte de frente, permitindo perceber nos ritos funerários aspectos da sociedade local assim como da regional.

Hertz (apud GUINZBURG, 2001, p. 88) define que, “a morte não constitui só fim da vida do corpo no mundo: não é o fato biológico, mas o ato social – os funerais – que separa os que vão dos que ficam”. Como já mencionamos anteriormente, a morte é um acontecimento traumático para uma comunidade, um processo social de adaptações que envolvem uma gama de incertezas e agonia.

Depois do primeiro impacto causado pela ruptura das tradições, que persistiam em levar o morto para dentro das igrejas, os cemitérios tornaram-se parte da história de uma sociedade. Através deles podemos perceber as etnias predominantes em uma localidade, seus hábitos e suas tradições.

Os funerais eram concebidos por grande parcela da população, como eventos sociais e como uma das raras oportunidades de desfilarem a riqueza e poder. A importância do morto era medida através da suntuosidade do cortejo fúnebre e da variedade de pompas e ornamentos usados nas exéquias. Mesmo os indivíduos destituídos de posses viam, nessa forma de conceber a morte, a chance derradeira de alcançar, mesmo que por alguns minutos, um lugar de destaque dentro da sociedade (PAGOTO, 2004, p.19).

Como propõe Bellomo (2000, p. 16) as necrópoles podem ser analisadas como: a) Fonte histórica para preservação da memória familiar e coletiva: levando em conta que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade, a análise das inscrições, fotos, datas, títulos (doutor, comendador, etc.) e dados pessoais ou profissionais, nos leva a conhecer a atuação das várias gerações e o processo histórico local; b) fonte de estudo das simbologias das crenças religiosas: as inscrições, símbolos, estátuas, pinturas nos mostram a religiosidade local e a relação existente entre religião e morte. Cristos, anjos, crucifixos e estátuas de santos nos revelam a visão cristã e as devoções mais comuns da região analisada; c) forma de expressão do gosto artístico: as obras de arte funerárias nos revelam muito do gosto artístico vigente na época em que foram compostas, indicando as preferências particulares e públicas; d) forma de expressão da ideologia política: muitos túmulos celebram a memória de um personagem que possuía atribuições políticas na sociedade através da estatuária, de inscrições ou textos que representem a ideologia política da época em que foram construídos, com o intuito de ressaltar as qualidades do modelo político em que estavam inseridos e refletir a ideologia oficial do Estado; e) forma de preservação do Patrimônio Histórico: por conter obras funerárias de renomados artistas (como Adolf von Hildebrand, Leone Lonardi, André Arjonas, Décio Villares, entre outros), os cemitérios podem ser uma forma de se preservar o Patrimônio Histórico-cultural de uma região, tornando-se desse modo “museus a céu aberto”; f) fonte de preservação das identidades étnicas: analisando os nomes das famílias e as fotografias, podemos saber a origem e a etnia dos habitantes da área.

Esses locais podem ser uma alternativa para visitação, já que reúnem no espaço intramuros ilustres personalidades, preciosidades arquitetônicas, obras de arte, história e histórias, curiosidades, revelando que não só são partes das cidades nas quais se inserem como podem ser entendidos como uma cidade de mortos, dentro da cidade dos vivos. A história de uma cidade, de

um bairro, uma pessoa ou uma nação, pode ser descrita através da visão semiótica de um cemitério.

Com base nesses aspectos os cemitérios tornam-se parte importante na preservação da memória patrimonial de uma sociedade. Os cemitérios preservam a identidade local. Bellomo (2000, p. 51) afirma que:

Os grandes monumentos são destinados aos elementos destacados dos grupos dominantes enquanto a classe média vai para as catacumbas modestamente decoradas, ou seja, em determinados períodos os cemitérios das nossas cidades refletem a estratificação social.

A constituição de um cemitério envolve uma unidade própria e a sua preservação garante a conservação das múltiplas informações que nos transmite, pela epígrafia e arquitetura. É uma espécie de museu a céu aberto.

Em certas partes do mundo, sobretudo na Europa, já existe uma tradição de visitação aos cemitérios feita tanto pelos habitantes locais como por turistas desejosos de ir além do que é usual em qualquer roteiro cultural (museus, teatros, exposições, etc.).

Como ponto turístico consolidado nos mais diferentes países do mundo, os cemitérios atraem romarias de visitantes interessados em conhecer túmulos de personalidades mundiais da literatura, das artes, da política, da história como também para apreciar túmulos e jazigos que podem ser vistos como verdadeiras obras de arte. Além de sua importância histórica, os cemitérios são ainda vistos como locais por onde se podem percorrer jardins arborizados, alamedas floridas e desfrutar de momentos de paz e tranquilidade como numa ilha no meio do caos urbano das grandes cidades. [...] Nos cemitérios o lazer cultural ou artístico - em que se busca o contato com a beleza - pode ser vivenciado na contemplação das obras de arte dos túmulos e igrejas. Talvez o melhor exemplo para essa imagem positiva associada aos cemitérios e sua inclusão como equipamentos não-específicos de lazer e como roteiros turísticos seja a cidade de Paris, que reúne em seu perímetro os três mais famosos cemitérios do país e do mundo: Père-Lachaise, Montparnasse e Montmartre. (LICERE apud RIBEIRO e OSMAN, 2007, p.03).

No Brasil também encontramos exemplos suntuosos de obras de artes com valor histórico e artístico, a arte encontrada nesses campos santos muitas vezes é denominada de arte tumular. Encontramos em São Paulo uma significativa amostra dessa arte, nos cemitérios da Consolação,

Araçá, Paulista e Morumbi. Também existem importantes acervos no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. No Rio Grande do Sul, temos como destaque o Cemitério da Santa Casa que se realça por sua estatutária.

2.2 Preservando a identidade social através da Memória

Os estudos cemiteriais demonstram a importância dos mesmos na perpetuação da identidade social do indivíduo depois de sua morte. A identidade de uma localidade fica clara neste espaço. O cemitério como local público identifica a sociedade na qual está inserido: “Em geral os lugares que são significados representam eventos de memória, possibilitam ligar a própria memória a fatos. As recordações culturais servem a uma comunidade porque possibilitam a identidade presente”. (TEDESCO, 2004, p.81).

A criação da identidade individual é uma forma de produzir maneiras de aceitação junto às sociedades. Ela se adquire ao longo da vida, cria-se uma imagem que possa refletir suas experiências. A cultura e os tempos moldam a identidade do indivíduo, dando sentido ao ambiente que vive. Já a identidade social de um local é marcada pelas diferenças. A preservação da identidade social de uma região vai muito além da conservação dos bens materiais. As representações fúnebres traduzem isso de forma concreta.

Podemos citar um exemplo da consolidação da identidade social de um indivíduo, através da representação de um funeral que acontece com frequência no sul do País: após a morte, o defunto foi velado num Centro de Tradições Gauchescas (CTG) devido ao envolvimento do mesmo no tradicionalismo. Sobre o caixão a bandeira da entidade, e em uma mesa posta atrás do caixão, fotos de seus feitos tradicionalistas, o defunto devidamente pilchado⁷, e para acompanhar o cortejo até o Campo Santo, um grupo de cavalarianos, acompanhados de músicas gaúchas e declamadores.

⁷ Pilcha é a indumentária gaúcha tradicional, utilizada por homens e mulheres de todas as idades. O MTG disciplina o seu uso e no estado do Rio Grande do Sul é, por lei, traje de honra e de uso preferencial inclusive em atos oficiais públicos..

Esse exemplo foi apenas para elucidar como são marcantes na memória as questões culturais de uma sociedade. A linguagem, os hábitos, os ritos, entre outros, são características de cada comunidade, e permitem compreender os diversos valores morais e éticos que guiam o comportamento social. Tedesco (2004, p. 230) comenta que “os valores da cultura só podem ser analisados nos signos (sinais) que manifestam esses valores, os quais, normalmente são refeitos e reinterpretados constantemente.”.

Como num filme, portanto, quando cultuamos os mortos combinamos os elementos fragmentados e isolados de nossa memória e fornecemos a eles uma unidade de certa forma racional, o que só é possível devido à presença de um símbolo no cemitério. As fotos, os epitáfios, os objetos colocados no Túmulo são como as câmeras, artefatos de iluminação, figurino e som no cinema. Se estes são instrumentos através dos quais os cineastas constroem seus filmes a partir do uso da linguagem cinematográfica, aqueles que são os instrumentos que usamos para unir os fragmentos da memória e dar um sentido ao nosso culto mortuário, negando a morte como fim último da existência, valorizando as qualidades pessoais do morto em vida e exigindo a manutenção de sua individualidade. (BELLOMO, 2000, p. 104)

Os cemitérios refletem a estratificação social. Apesar de a morte ser uma experiência pessoal, envolve especificidades de classes, família, cultura, e religião. Voltaire (apud BELLOMO, 2000) acredita que uma sociedade de classes tão distintas não permite uma morte igualitária.

Pollak (1992) sustenta que a identidade e a memória são fatores preponderantes na constituição da história local. Quando o indivíduo identifica-se com o meio traz consigo características desse local, e isso é concretizado na memória local, tornando-se parte integrante da memória coletiva. Para Halbwachs (apud POLLAK, 1992, p. 2) a memória também deve ser entendida também como fenômeno coletivo e social, ou seja, um processo construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, e mudanças constantes. Halbwachs parte da premissa de que a memória desperta para o passado, criando uma situação em que o indivíduo mistura suas situações presentes com as lembranças, constituindo um emaranhado de pensamentos que ocupam o espaço da consciência.

Os homens não só estabelecem elos entre o passado e o presente, mas também entre diversas concepções individuais acerca do passado e presente. Para se ter uma memória coletiva é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo, identificado como proprietário daquela memória. (HALBWACHS apud ARAÚJO, 2006, p.50)

A constituição da memória, seja ela individual ou coletiva, depende dos elementos constitutivos. Pollak destaca em primeiro plano os acontecimentos vividos pessoalmente. Os acontecimentos vividos por outro grupo social, ou pela coletividade da qual o indivíduo não pertence ou apenas foi ouvinte, podem tornar-se tão marcantes que a pessoa sente-se parte deles, como se tivesse presenciado cada momento junto com os demais.

A construção da memória também é seletiva, pois realça, exclui e reorganiza os fatos. São atitudes conscientes ou não, da necessidade do indivíduo de adaptação ao seu meio social.

2.3 Cemitério – um Patrimônio histórico e oculto

A partir da premissa de que os monumentos funerários têm o poder de perpetuar a identidade do indivíduo, usando da memória coletiva para preservá-la, os cemitérios são um patrimônio histórico que abriga representações materiais e imateriais do homem frente à morte, manifestações de saudade, de tristeza, amor, dor, fé e esperança. Enquanto patrimônio é riquíssimo em símbolos que dizem quem somos e como nos organizamos. Arquitetonicamente, configura nossa herança, nossa identidade e posição social.

A noção de patrimônio histórico evoca dimensões múltiplas da cultura como imagens de passado vivo: acontecimentos e coisas que merecem ser preservadas porque são coletivamente significativas.

O cemitério é a terra dos antepassados, local onde passado e presente se chocam, onde as memórias afloram e as lágrimas correm: é o campo das orações. Mais do que uma instituição responsável por catalogar e asilar os restos mortais humanos, compreendem um campo sagrado onde ocorrem manifestações sócio-culturais múltiplas; é um dos lugares onde o homem se relaciona com o transcendente, com o sobrenatural; é o local que nos questiona sobre qual o sentido da nossa existência. (MUNIZ, 2006, p.161).

Para Bellomo (2000, p.16) os cemitérios são “[...] fontes históricas para a preservação da memória familiar e coletiva: Levando em conta que a memória coletiva é fundamental para a formação da identidade e da coesão da família ou da comunidade [...]”.

Sendo o cemitério uma fonte histórica de preservação da memória e fundamental para a formação da identidade de uma comunidade, percebe-se o valor histórico presente nos cemitérios porque se encontra ali a identidade de um povo.

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres marginais. A morte igualitária só existe no discurso, pois na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. (BELLOMO, 2000, p.15)

Ainda para Bellomo (2000, p.18), “os cemitérios são uma fonte das fontes escritas e não escritas mais ricas que o historiador tem ao seu dispor para conhecer uma região”, pois dá acesso à cultura. Quando nos identificamos culturalmente, ideologicamente ou em outros aspectos sociais com determinados grupos de pessoas, formamos nosso círculo de relações e conseqüentemente mais pessoas que se identifiquem com isso vinculam-se a esse grupo e em algum tempo formamos traços locais e posteriormente regionais. Cada cultura possui uma forma de encarar a morte, apesar de ser um momento angustiante e de inconformidade desde os primórdios o homem prepara-se para ela.

O valor histórico presente nos cemitérios ultrapassa os tabus. Mais que uma rica história documentada por lápides, mausoléus, e adereços fúnebres, se encontram ali a identidade de um povo, a memória das vidas que influenciaram de alguma forma no contexto social.

Muniz (2006) define as visitas aos cemitérios como uma forma de auto conhecimento, uma busca pela identidade. A natureza humana sempre esteve à mercê das disputas e lutas no jogo social e os cemitérios representam bem esses aspectos.

Os túmulos são suportes de informações, as coisas não nascem como documentos (monumentos), têm uma função social determinada, é o historiador que os transforma em um símbolo de uma era. O documento se constitui monumento quando lança um olhar interrogativo sobre a coisa e pergunta-se nome, material, quando, como e onde foi feito, por quem, ou seja, sua função social. Os símbolos existem e possuem três significados imediatos; funcional, material e ritual. Usos e utilidades simbólicas possuem função diferente no momento de produção, o presente pode inverter esse significado. A história local dá uma idéia imediata de passado ao pesquisador, onde detalhes das classes sociais, diferenças ocupacionais e trajetórias de vida individuais devem ser apurados. (MUNIZ, 2006, p.165).

Pelo que se pode perceber na citação acima, o historiador é o grande responsável por transformar os monumentos cemiteriais em símbolo de uma era que, através do olhar investigativo, procura estabelecer a sua função social na comunidade.

Para Choya (2001) os monumentos funcionam como lembrança de uma característica social local. Le Goff (2000), por sua vez, procura demonstrar que o monumento é um vestígio humano de memória, funcionando como subsídio de pesquisa, para tornar-se um documento. Ele destaca os monumentos com patrimônio histórico, pois remetem ao passado de forma automática e perpetuam as recordações.

Os homens não só estabelecem elos entre o passado e presente, mas também entre as diversas concepções individuais acerca do passado. Para se ter uma memória coletiva é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória. (HALBWACHS apud ARAÚJO, 2006, P.50)

A memória patrimonial decorre da necessidade de preservar os bens culturais de uma localidade, possuindo a base em uma ação de valorização acerca da consciência identitária. Choya (2001) salienta que devemos entender por patrimônio histórico o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

Patrimônio Histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se consagram por seu passado comum. (CHOYA, 2001, p. 11)

O patrimônio histórico é uma construção social e coletiva. É fonte principal de conhecimento histórico e base para o enriquecimento cultural de uma sociedade.

Segundo Gonçalves (1996), a expressão patrimônio cultural é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos e diferentes modalidades de práticas sociais objetivadas enquanto bens culturais, artesanato, rituais, festas populares, religiões, esportes, etc.

Por se tratar do patrimônio que busca caracterizar a memória da identidade de uma sociedade, o patrimônio cultural se configura como histórico. Hugues de Varine-Boham (apud LEMOS, 2006, p.8), divide o patrimônio histórico-cultural em três grupos: elementos naturais, como os rios, as matas, as praias; elementos do saber, as técnicas e artes, que o homem utiliza para sobreviver, como saber cozinhar, desenhar, transformar, dançar, esculpir; e bens culturais, que surgem a partir dos outros dois grupos que são objetos, artefatos e construções. Os bens culturais se dividem em móveis, que são setoriais e possíveis de serem colecionados como fotografias, selos, lendas, músicas, festas populares; e imóveis que são as edificações como igrejas, residências, fortes, prédios, ruas, cidades.

Conforme Gourarier (apud TEDESCO, 2004, p. 76), as estruturas materiais, uma vez instituídas como patrimônio, passam a dispor do estatuto de inviolabilidade, adquirindo caráter de verdade a ser reproduzida para toda a sociedade, podendo ser comparável a objetos sagrados.

O tombamento de um patrimônio é um ato que depende do poder público. Conforme o IPHAN existe uma série de critérios a serem avaliados. É necessária uma avaliação técnica preliminar. Posteriormente, o bem é submetido à deliberação das unidades técnicas responsáveis pela proteção aos bens culturais brasileiros. Em caso de aprovação a intenção de proteger um determinado bem, seja cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário. Através desta notificação o proprietário fica ciente que o bem já se encontra sob proteção legal, até que seja tomada a decisão final, depois do processo ser devidamente instruído, ter a aprovação

do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e a homologação ministerial publicada no Diário Oficial. O processo finalmente termina com a inscrição no Livro do Tombo e a comunicação formal do tombamento aos proprietários.

No Brasil, durante a Era Vargas (de 1930 a 1945) houve uma apropriação do patrimônio pelo varguismo, que se apossou de apelos freqüentes à tradição, à ordem, à religiosidade e ao conservadorismo, usando-os como artifícios para a manipulação política. Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 25, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O patrimônio seria, porém, definido vagamente como o “conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público por sua vinculação com os fatos memoráveis da História do Brasil ou por apresentarem excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”.

No mesmo ano, 1937, Mário Andrade consegue com que um projeto de sua autoria, no qual descrevia o que considerar-se patrimônio artístico, torne-se lei:

Entende-se por Patrimônio Artístico todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil. (ANDRADE apud LEMOS, 2006, p.38).

Dentre as categorias que se tornam patrimônio histórico, foram incluídas no projeto de Mário de Andrade as jazidas funerárias. Tendo esse projeto como premissa, definiu-se os bens considerados Patrimônio Histórico.

No ano de 1933, a Assembléia do CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna formulou a Carta de Atenas, na qual existem definições específicas para designar a conservação do Patrimônio Histórico de uma cidade.

Somente a partir de meados da década de 70, os critérios adotados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram a proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Uma das mudanças foi à introdução, no vocabulário das políticas culturais, da noção de referência cultural, e foram levantadas questões que, até então, não preocupavam aqueles que formulavam e implantavam as políticas de patrimônio.

Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma troca com a qual todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; para os habitantes da região, esse contato pode significar a oportunidade de recuperar e valorizar partes do seu acervo de bens culturais e de incorporá-las ao desenvolvimento da comunidade. (FONSECA, 2005, p.119)

Febvre (apud TEDESCO) menciona que a história deve ser feita com documentos escritos, porém quando esses não existirem, a mesma deve ser construída da mesma forma, e a memória é o caminho mais eficiente. Desta forma é importante destacarmos que o passado sempre deixa vestígios, seus símbolos muitas vezes passam despercebidos. No entanto existem e isso não pode ser ignorado.

Os monumentos históricos têm valor próprio por serem testemunhas irrefutáveis da história. A preservação dos mesmos deve ser prioridade tanto para órgãos públicos quanto para o caminhante que passa sem ao menos perceber o valor real de um monumento.

[...] preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas, usos e costumes populares. É fazer também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidade, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamento de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio cultural. (LEMOS, 2006, p. 29)

Além das questões históricas, é inegável o valor artístico atribuído a muitos patrimônios históricos. Dentre eles merece destaque o Taj-Mahal na Índia (ver Figura 6), monumento tombado pela UNESCO e uma das maravilhas do mundo antigo. Sua construção foi planejada para proteger o túmulo de uma das esposas do príncipe Shah Jahan. A obra teve início no ano de 1631, e durou aproximadamente duas décadas. A preocupação em louvar a morte da pessoa amada, fica intrínseca em tão grandioso patrimônio. O valor artístico do palácio-tumba é inigualável. Basta crer que sua construção deu-se toda em mármore branco e os detalhes, entalhados todos manualmente. Podemos encontrar em pequenas flores de cerca de 7 cm cerca de 60 incrustações diferentes, a riqueza artística atribuída nessa tumba mortuária.



Figura 6 - Taj-Mahal Palácio Tumba

Fonte: Disponível em < topazio1950.blogs.sapo.pt/2007/07/> .
Acessado em 12/03/2008.

2.4 A criação dos cemitérios no Brasil

As mudanças ocasionadas para os sepultamentos no final do século XVII, atingiram toda a cultura do Mundo Ocidental, no Japão, na China e entre os judeus as imunações a céu aberto já não eram mais novidades. No entanto no Brasil, esse processo era utilizado apenas para os acatólicos, protestantes, judeus, muçulmanos, escravos e condenados.

Esse processo de retirada dos mortos dentro das igrejas, para enterros a céu aberto deu-se de forma lenta. Somente no ano de 1828, D. Pedro I procurou concretizar as recomendações da

Carta Régia⁸ datada de 1801, assinada por ele e destinada aos Governadores Provinciais. No entanto essa adaptação ocorreu de forma lenta devido, em parte à rejeição das elites que não poderiam mais demonstrar simbolicamente seu poder ao não estarem sendo enterrados junto aos altares das igrejas.

A mudança foi significativa e gradual: os pobres continuaram a ser enterrados em valas comuns, envoltos em panos, anonimamente, enquanto os ricos começaram a construir seus túmulos. Como se fossem casas, os túmulos situavam-se em ruas e mesmo bairros: os ricos eram enterrados em lugares mais nobres, os pobres permaneciam na periferia e os absolutamente miseráveis, na vala comum. (CHIAVENATTO, 1998, p. 51)

As mudanças impostas pela Carta Régia ao modo de se pensar e viver a morte, e a ruptura do pertencimento que a Igreja católica exercia sobre seus mortos, influenciaram outros setores econômicos e não mais somente a Igreja.

Após vinte e sete anos de resistência, estabeleceu-se que a igreja enterrava seus mortos, e o cemitério ficava para aqueles que não faziam parte das irmandades. No entanto, os nobres do Império observaram que os cemitérios admitiam mais condições de ostentação do que as lápides sepulcrais das igrejas, então, deram início à expansão dos primeiros cemitérios.

Dá-se início a construções de grandes mausoléus, com o propósito de demonstrar a posição de destaque econômico, social e político dos seus ocupantes. A morte torna-se luxuosa, um acontecimento social que demonstra os privilégios exercidos pelo morto enquanto esteve em vida.

A necessidade de ostentação e demonstração de poder impulsionou o crescimento do mercado especializado em rituais fúnebres, bem como a arquitetura tumular.

⁸ Carta Régia de 11 de Janeiro de 1801, assinada pelo Príncipe Regente de Portugal e destinada aos governadores provinciais, já recomendava a construção de cemitérios ao ar livre, a certa distância das aglomerações urbanas. Proibia-se enterramentos dentro das igrejas e capelas e ordenava aos governadores das Capitanias que se entendessem com os bispos, com vistas a mandarem construir cemitérios, onde fossem sepultados todos os mortos, sem distinção de pessoa.

Um dos primeiros cemitérios a conter nomes de famosos em suas tumbas, mausoléus, esculturas e demais adereços foi o Cemitério da Consolação em São Paulo.

O Cemitério da Consolação denominado primeiramente Cemitério Municipal, foi edificado na segunda metade do século XIX. A edificação de um cemitério público municipal ocorreu por iniciativa da Câmara Municipal devido às exigências de médicos sanitaristas, como Libero Badaró (1798-1830), que desejavam acabar com as práticas insalubres de sepultamento nas igrejas.

Em agosto de 1858, a cidade de São Paulo inaugurou seu primeiro Cemitério Municipal, localizado em área periférica, distante, portanto, do centro urbano. Atualmente o Cemitério da Consolação encontra-se em pleno centro da cidade, cercado por vários prédios e arranha-céus. Nos primeiros anos de criação, o Cemitério da Consolação recebia pessoas de várias origens e classes sociais, desde escravos, pobres, estrangeiros e agregados até senhores de escravos e homens livre abastados. Entretanto, após a virada do século, com a modificação dos hábitos da população e o surgimento de uma elite afortunada, esse perfil começou a se alterar, não só no que diz respeito à origem dos sepultados, mas também, e principalmente, no estilo das sepulturas, mausoléus e túmulos.

Com o desenvolvimento da cultura cafeeira, muitas famílias opulentas, graças ao então chamado “ouro-verde”, começaram a vir do interior do estado e se instalar na capital, residindo em grandiosos palacetes. Também nesse período, a cidade passou a receber um grande contingente de imigrantes vindo de outros países em busca de novas possibilidades de vida, procurando fazer fortuna. Neste período, que ficou conhecido como a “Belle Époque paulistana”, a elite, para firmar status, passou a imitar os hábitos parisienses ocasionando o afrancesamento e a europeização da arquitetura, moda, festas e convenções sociais, com o intuito de desenvolver na vida da cidade o ar cosmopolita, moderno e intelectual tão almejado. O mesmo podemos dizer em relação aos sepultamentos e à ornamentação dos túmulos.

No pensamento da elite da época, aqueles que realizaram em vida atividades de relevância para a sociedade, deveriam ter uma morada à altura de sua importância social. Assim como os palacetes expressavam a posição do indivíduo e o seu status social, da mesma maneira a última

morada deveria servir de ápice desta ostentação, marcando na forma de um monumento a evidente superioridade social do proprietário.

Por este motivo, as famílias e amigos, a partir da primeira década do século XX, contratavam construtores e escultores de renome, em sua maioria de origem italiana ou com formação na Europa, como Victor Brecheret⁹, Luigi Brizzolara¹⁰, entre outros para construir e ornamentarem os túmulos das ilustres personalidades.

Esses túmulos ricamente ornamentados, verdadeiros monumentos de granito, mármore de Carrara e bronze, ou mesmo simples e despojados, testemunham importantes fatos da história social de São Paulo e do Brasil. Dentre inúmeros monumentos mortuários, é possível destacarmos, por sua opulência, o da Família Matarazzo. Sua altura equivale a um prédio de três andares. É considerado o maior da América Latina. Possui 20 metros de altura e 150m², com esculturas de Luigi Brizzolara, em estilo pós-renascentista. Construído com blocos de granito, tem no topo cinco conjuntos estatuários de bronze, uma pompa difícil de achar até em monumentos de praças públicas.

⁹ Victor Brecheret- (Farnese, 15 de dezembro de 1894 — São Paulo, 18 de dezembro de 1955). Foi um escultor ítalo-brasileiro, considerado um dos mais importantes do país. É responsável pela introdução do modernismo na escultura brasileira. (Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Brecheret>)

¹⁰ Luigi Brizzolara (Chiavari, Itália, 1868 + Gênova, 1937). Executou trabalhos em bronze, vindos de Gênova e implantados no Cemitério da Consolação, em destaque o Mausoléu da Família Matarazzo, o mais alto e imponente mausoléu da América Latina. (Disponível em < http://www6.prefeitura.sp.gov.br/servico_funerario/arte_tumular/0019>)



Figura 7 - Mausoléu da Família Matarazzo
Fonte: Disponível no site: < www.skyscrapercity.com >.
Acessado em 05/12/2008

Os monumentos cemiteriais no Brasil tiveram sua ignição ao final do século XIX e início do XX, através da disposição das famílias com maiores recursos financeiros em construir túmulos suntuosos a partir do trabalho de artistas famosos da Europa.

No Rio Grande do Sul essa tendência só teve seu apogeu em meados de 1900 a 1940, na cidade de Porto Alegre, período de expansão industrial, comercial e econômica da cidade e de destaque do governo positivista de Júlio de Castilhos, também denominado ditadura científica positivista. Fazia parte do pensamento do governo positivista o patrocínio de monumentos públicos e jazigos monumentais, entre os quais se podem citar os monumentos funerários de Júlio de Castilhos (figura 08), e Pinheiro Machado (figura 09).

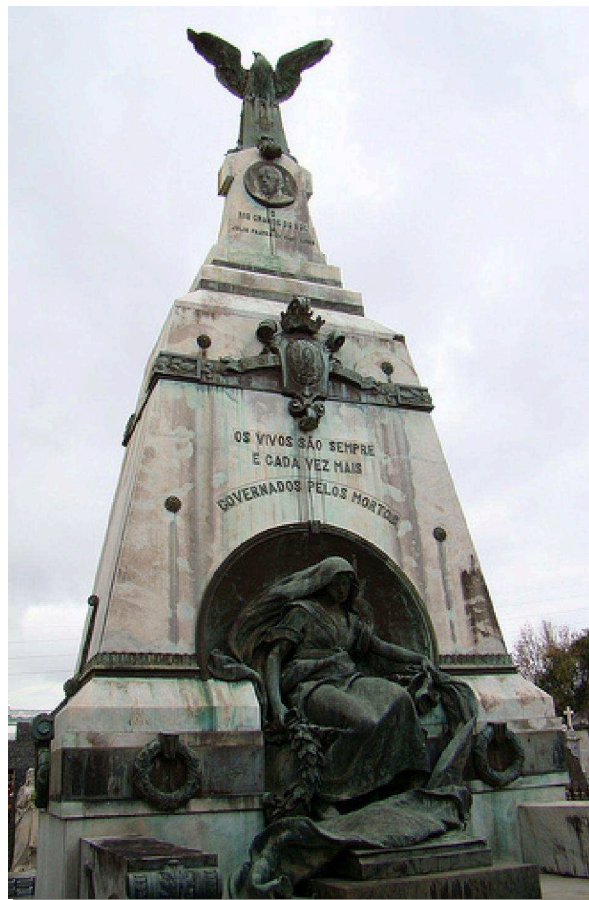


Figura 08 – Túmulo de Júlio de Castilhos

Fonte: Disponível no site: < flickr.com/photos/35466413@N07/3670127424/>.
Acessado em 30/07/2009

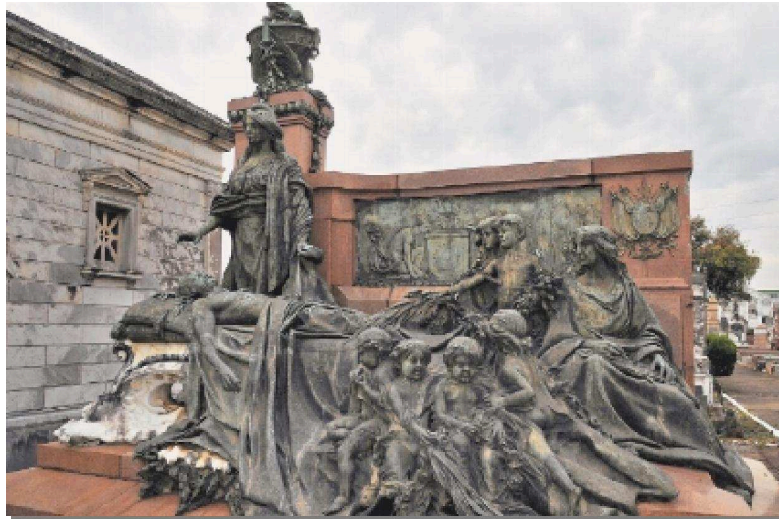


Figura 09 – Túmulo de Pinheiro Machado

Fonte Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rbs/image/6582005.jpg>

Acessado em: 02/10/2009

A exemplo dos túmulos citados há tantos outros que talvez não tenham tanta opulência, mas com uma bagagem de historicidade que é capaz de traduzir de forma sutil as marcas de uma sociedade. Ressalvadas as devidas diferenças, é possível em cidades pequenas, como a que estudaremos no próximo capítulo, encontrarmos significativas intervenções, de artistas ou artesões, em túmulos de personalidades locais que ergueram seus pequenos impérios e os perpetuaram nos jazigos.

Foi possível, neste capítulo, ratificar a relevância dos cemitérios como parte preponderante na constituição histórica de uma sociedade. É possível visualizarmos a identidade de uma localidade através de seus monumentos mortuários, pois materializam de forma sutil a memória de um local.

O capítulo terceiro abordará a forma que se constitui a cidade de Soledade, a localização, os primeiros habitantes, os grupos étnicos, a religiosidade e os fatores que influenciaram para a organização de seu cemitério. Esta abordagem é fundamental para que possamos entender a religiosidade local, e a maneira com que as famílias concretizaram suas impressões diante da morte de seus familiares ao edificarem seus túmulos.

3 O CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SOLEDADE

A abordagem desse capítulo se justifica tendo em vista o objetivo da pesquisa, que é o de mostrar que os cemitérios preservam a história de uma localidade, através da memória. São elencados alguns aspectos históricos que corroboraram para a formação e desenvolvimento de Soledade, destacando a colonização e o papel preponderante que a religiosidade representou e permanece representando no município.

Até o momento nosso estudo procurou elucidar a forma com que os mortos foram reverenciados, bem como justificou a relevância que os cemitérios devem ocupar na constituição do Patrimônio Histórico de uma localidade. É fundamental que tenhamos clareza que os cemitérios refletem através de suas construções a identidade de uma cidade, seus personagens e sua história.

No capítulo que segue, iniciaremos abordando sobre os primeiros habitantes de Soledade, o desenvolvimento econômico e cultural dos Sete Povos das Missões, a chegada dos índios missioneiros na Serra do Botucaraí, a divisão geográfica do Estado do Rio Grande do Sul e os primeiros sesmeiros da região de Soledade.

3.1 Soledade: primeiros habitantes

A cidade de Soledade está situada na área norte do Rio Grande do Sul, com uma população de 30.932 habitantes, segundo censo do IBGE do ano de 2007. Consta que a primeira inserção exploratória no território, que corresponde hoje ao município de Soledade, data de 1633. Segundo Franco (1975, p. 9), durante essa época os missioneiros começaram o trabalho de catequese e aldeamento dos índios da região. Os missioneiros eram discípulos de Santo Inácio de Loyola¹¹ e, com a ajuda dos índios, ergueram a Redução de São Joaquim¹². No entanto, no ano de 1637, a Redução foi destruída ficando apenas com a população indígena.

¹¹ Santo Inácio de Loyola foi o fundador da Companhia de Jesus no ano de 1534. Os membros da Companhia de Jesus foram conhecidos como os jesuítas, era uma ordem religiosa católica romana, que teve grande importância na Reforma Católica. Tornou-se conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional.

Ainda no século XVII, houve a fase áurea do desenvolvimento econômico e cultural dos Sete Povos das Missões e a região de Soledade voltou a interessar às missões jesuíticas, por questões econômicas. Da experiência anterior da Redução de São Joaquim, ficou guardada a memória dos ricos ervais existentes na serra que divide as águas do Jacuí e Taquari. A erva mate era a base econômica dos Sete Povos, a única mercadoria que os padres dispunham para a comercialização com Buenos Aires, adquirindo, com o lucro de suas vendas utensílios religiosos e artigos que necessitassem para sua sobrevivência.

Em meados de 1716, tem início à chegada dos índios missioneiros na Serra do Botucaraí para a fabricação de erva. Eles chegavam de carretas e acampavam em locais reservados a cada Povo e retornando com seus carros carregados, numa viagem que podia levar meses.

Com essa movimentação econômica, espalhou-se a notícia de que havia na Serra do Botucaraí minas de ouro e prata que estavam a ser exploradas pelos padres da Companhia de Jesus. Sabendo desde fato Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor da Laguna, organizou uma frota para a expulsão dos jesuítas, fato em vão, pois as minas que os índios referiam-se eram na verdade os ervais.

A exploração e cultivo da erva-mate prosseguiu mesmo após a expulsão dos jesuítas. Passado um século, embora nada mais restasse das rancharias e capelas dos índios, a velha estrada das carretas transportando erva continuou sendo a artéria das comunicações de Soledade com a região das Missões. (VERDI, 1987, p.19)

A exploração e comercialização da erva-mate na região de Soledade foi o sustentáculo dos nativos que ali se encontravam durante quase um século.

No ano de 1809, quando ocorreu a divisão geográfica do Estado do Rio Grande do Sul, a região na qual se localiza Soledade, passa a fazer parte da área de Rio Pardo, o distrito de Cima da Serra do Botucaraí, que era uma extensa região, localizada entre os rios Jacuí, a oeste, e

¹² Redução de São Joaquim foi uma redução pertencente aos 07 Povos das Missões, o qual era um conjunto de aldeamento indígenas, fundado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul. Localizava-se próximo a cidade de Barros Cassal, a qual hoje delimita-se com a cidade de Soledade. (VERDI, 1987)

Taquari, a leste. Esse espaço hoje corresponde a diversos municípios como, Santa Cruz, Lajeado, Encantado...

Com a abertura da picada do Botucaraí, no ano de 1810, a ocupação da região começa a ter maior destaque. Franco (1975) elucida que a efetiva ocupação no território pode ser referida à época da concessão das Sesmarias¹³. Têm-se conhecimento que a primeira foi outorgada em 1816, pelo governador e Capitão – General Marquês de Alegrete, e a última, em 1823, pela Junta Governativa da Província.

Ortiz (2006, p. 2) esclarece que a distribuição das sesmarias deu-se de forma gratuita, embora houvesse a obrigatoriedade do pagamento do dízimo de Cristo – que no Brasil representou um imposto e não renda feudal.

Os primeiros sesmeiros da região de Soledade foram os senhores Ferreira de Andrade, o Tenente André e Furriel Vicente, respectivamente pai e filho, Ana Angélica Ricarda, Antônio Francisco de Moraes, Miguel Joaquim Borges, José da Silva Barboza, e do Sargento-Mor Domingos da Silva Barboza. Isso fez com que a região fosse povoada de forma relativamente rápida, o que também propiciou novas concessões.

É fato que a apropriação das sesmarias deu-se em forma desigual, por agraciar a classe mais dominante.

Entrementes, pelo que se sabe através de cronistas da época, a distribuição, das sesmarias não atendeu critérios de justiça, tendo relegado ao desamparo e à incerteza numerosos moradores pobres, que iam se estabelecendo como podiam, ora como agregados dos sesmeiros, ora como lavras e sobras de campos e de matos. (FRANCO, 1975, p. 26)

Zarth (apud EIFERT, 2007, p. 43), afirma que as sesmarias distribuídas na região de Soledade foram poucas. O que corrobora a ideia de uma distribuição não uniforme, favorecendo

¹³ Sistema que surgiu em Portugal durante o século XIV, para a normatização e distribuição de terras destinadas a produção. No Brasil, o sistema sesmarial foi utilizado com algumas adaptações, o sesmeiro (titular da sesmaria) passa a ter prioridade, pois a sesmaria que vai garantir o cultivo da terra. Correspondiam a 13.000 hectares.

uma minoria que detinha mais recursos financeiros. A região viu na Lei de Terras no ano de 1850, uma forma de agregar valores as terras que até então possuíam pouco valor comercial.

Impulsionados pelo crescimento populacional da região e pela chegada de imigrantes europeus em 1857, os proprietários rurais perceberam um momento propício para aumentarem seu patrimônio financeiro.

A distribuição e a negociação dos lotes eram efetivadas diretamente pelas companhias colonizadoras e o que anteriormente fora adquirido através das sesmarias, passa a ser um investimento bastante rentável.

[...] a distribuição da propriedade da terra em Soledade foi feita de modo bastante desigual, tanto no período das sesmarias, quanto em relação às legitimações operadas em função da Lei de Terras de 1850. Numa época de economia basicamente rural, como no século 19, o monopólio da terra e da mão-de-obra escravizada representavam, além do poderio econômico, a principal fonte de poder político. Assim, os latifundiários soledadenses, na maioria das vezes absenteístas, controlavam o solo e parcelas da população que a ele não tinham acesso, ao menos legal e permanente. (ORTIZ, 2006, p. 1).

Através da Lei de Terras as companhias colonizadoras ganhavam destaque e capital adquirindo áreas que anteriormente foram adquiridas pelos fazendeiros para posteriormente revendê-las em pequenos lotes aos recém chegados.

Como menciona Ortiz (2006, p. 2), com a instituição da Lei de Terras outras famílias legitimaram sua posse territorial e puderam negociá-las com valores superiores aos pagos quando da aquisição. Entre elas estavam as famílias de Maria Hermógenes, Ângelo Cornélio de Souza Gralha, Ignácio Landin, Francisco Antunes Vieira, Francisco Salinet, Manoel Thomaz dos Santos Vaz, Matteo Zanetti, dentre outras. Em consequência dessas transações de terra, a região só tendia a crescer. Conforme Franco (1975, p. 55), no ano de 1854 a municipalidade cruz-altense sugere ao governo da província a criação do Município de Passo Fundo, levando consigo o distrito de Soledade.

No ano de 1875, através da Lei Provincial n.º 962, de 29/03/1875, após 18 anos sob a administração de Passo Fundo, Soledade torna-se vila e conquista sua emancipação no dia 29 de

março. Percebemos na figura 10 o espaço geográfico ocupado pelo Município de Soledade e seus distritos.



Figura 10 – Mapa RS – localização de Soledade

Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Soledade/RS

Disponível em < www.camarasoledade.com.br/menu/localizacao/mapa.jpg > Acessado dia 26/06/2009.

3.2 Grupos étnicos

Verdi (1987) elucida que os primeiros habitantes na região de Soledade foram famílias de procedência portuguesa e espanhola. Durante quase um século não chegaram colonizadores de outras etnias por essa região. Os campos começaram a ter donos graças às sesmarias, e a criação de gado constituía a principal fonte de renda. Devemos destacar os sobrenomes de algumas dessas famílias: Ortiz, Borges, Andrade, Silveira, Moraes, Santos, Vaz, Cardoso, Souza, Fernandes, Franco, Rodrigues, Portela, Rocha, Gralha, devido ao impacto que exerceram nos primórdios da cidade. Essas famílias ocuparam papel de relevância na criação do município, pois exerceram cargos e posições políticas e sociais que impulsionaram a economia da região. O que

podemos constatar até a atualidade em que descendentes dessas famílias permanecem ocupando locais de destaque na comunidade.

Os caboclos também tiveram um papel de destaque na formação inicial da região, pois era do trabalho desses que os sesmeiros ocupavam-se. Os caboclos eram conhecidos como trabalhadores livres que viviam da natureza, exercendo o trabalho braçal. Em geral eram mestiços.

Posteriormente aos luso-espanhóis chegaram a essas terras os alemães. Com eles trouxeram duas religiões: a Evangélica Luterana e a Católica, ambas em harmonia e trabalhando juntas para a construção de escolas comunitárias e igrejas. Esses imigrantes chegaram com destino traçado, qual seja a colonização da área agrícola. As terras distribuídas para esses colonos permitiam com que constituíssem uma classe de pequenos proprietários de terras.

As primeiras glebas¹⁴ a serem ocupadas tinham maior acessibilidade para o trânsito de mercadorias. Como forma de incentivos o governo da província prometeu a esses colonos 50 hectares¹⁵ de terra com vacas, bois e cavalos; auxílio de um franco por pessoa no primeiro ano e de cinquenta cêntimos no segundo; isenção de impostos e serviços nos primeiros dez anos; liberação do serviço militar; nacionalização imediata e liberdade de culto. Nem todas as promessas foram cumpridas, mas a principal e a que mais aguçava o interesse desses imigrantes era a posse de terras, o que foi concretizado com êxito.

Até o ano de 1950, poucos foram os imigrantes italianos a chegar a Soledade. Os que vieram concentraram-se nos redutos mais afastados, nas áreas rurais mais precárias e de difícil acesso. Como os alemães anteciparam-se na sua chegada, as terras com maior acessibilidade ficaram com eles, sobrando para os italianos as terras mais acidentadas e mais altas.

Para o imigrante italiano a religiosidade teve um papel fundamental na formação da colônia. A procura por terras onde houvesse igrejas próximas fazia com que muitas vezes

¹⁴ Porção de terra; solo cultivável, propriedade agrícola; terreno feudal.

¹⁵ Um hectare (símbolo; há) é uma unidade de medida de área equivalente a 100 ares (unidade métrica de medida de área) ou a um quadrado cujo lado é igual a cem metros.

existissem mais de uma paróquia na mesma localidade. A igreja representou um papel que vai além do religioso. Era base organizacional do imigrante, fonte de moralidade e sensibilidade.

3.3 A formação religiosa

No ano de 1832, como elucida Franco (1975), os escassos habitantes de Soledade começaram a dar mostras de uma consciência comunitária ao erigirem a primeira capela para o culto ao divino. A religiosidade foi relevante para a formação do Município, pois toda cidade começou a se constituir em torno da capela, que, além de servir para o culto, servia para reuniões políticas, festas, velórios e todo ato social que se envolve a comunidade.

Percebemos a importância da religiosidade até mesmo no nome adotado pelo município. Duas hipóteses são as mais prováveis, sendo ambas de cunho religioso. Verdi (1975) relata que, por volta do ano de 1820, caravanas com os chamados “mineiros”, passavam por essas terras e traziam consigo a imagem de Nossa Senhora das Dores em uma das carroças. Ao partirem, prometeram levantar uma capela no local onde não pudessem mais prosseguir viagem. Depois da roda da carroça quebrar por três vezes consecutivas, acreditaram ser esse um sinal dos céus. Ali ergueram uma capela e começou o povoado.

Outra explicação mais convincente da origem do nome é fornecida por José Miguel Dipp, chegado a Soledade no início do século. “Quando o Brasil era vice-reinado, as Províncias recebiam atendimento religioso por visitantes, padres vindos do Rio de Janeiro, único bispado do Sul. O padre visitador da Província de São Pedro do Rio Grande, foi Antônio Vieira da Soledade. Trouxe uma imagem de Nossa Senhora em estilo barroco. O povo dizia: “vamos rezar à Nossa Senhora do padre Soledade; vamos visitar a santa do padre Soledade...”. O padre Antônio V. da Soledade saiu, indo visitar outros sertões. A Santa ficou. Aos poucos, o nome do padre Soledade desapareceu e só permaneceu o nome “Nossa Senhora da Soledade”. Esta parece ser a mais histórica, sustentada pelo historiador padre Balem no “Livro-Tombo” da arquidiocese de Porto Alegre. (VERDI, 1975, pp. 14-15)

No ano de 1832 os habitantes da região, exteriorizando os sentimentos religiosos arraigados de outras plagas, resolveram construir uma capela, demonstrando a importância da Igreja como agente social.

Eles tinham a consciência de que religião sem manifestações, através dos cultos comunitários, não subsiste. Isto tem acontecido desde os primórdios das civilizações com todas as religiões. Em toda a comunidade há um líder aglutinador de forças e idéias. Em Soledade este era Lúcio Ferreira de Andrade, pertencente à família dos primeiros sesmeiros da região, além de representar poderio econômico local, era grande força política.

O terreno para a Capela foi comprado com esmolas do povo. Mas os donativos dos poucos moradores não foram suficientes para a compra de um campo, que será denominado de "Campos de Nossa Senhora". Para cobrir todo o preço do campo, o Sr. Lúcio Ferreira de Andrade se obrigou junto à vendedora, Dona Francisca Maria da Silva, vulgo Chica Mineira, pelo pagamento do restante no prazo de três meses. Assim diz o documento:

Devo que pagarei à senhora Francisca Maria da Silva a quantia de cento e oitenta e um mil e cento e vinte réis, (181\$120), proveniente do resto de maior quantia que lhe fiquei a dever por conta de compro que lhe comprei para a Capela de Nossa Senhora da Soledade, cuja quantia de cento e oitenta e um mil cento e vinte réis pagarei da fatura deste a três meses e para cuja satisfação obrigo minha pessoa e bens havidos. E, por haver e por ser verdade, passei este por mim feito e assinado. Botucarai, dez de dezembro de 1832. ¹⁶ (VERDI, 1975, p. 23)

Consumada a compra, logo os moradores pleitearam ao governo da Província a autorização para erigirem a capela. Entre a compra do "Campo de Nossa Senhora", as contribuições do povo e a construção, se passam cinco anos. Em 1837, a humilde capelinha, erigida pelo esforço de Lúcio Ferreira de Andrade e outros pioneiros, receberia o primeiro pároco. Nos termos da organização administrativa do Império, isso representava importante promoção. A partir de então, casamentos e batizados se tornavam mais fáceis e acessíveis com a presença do pároco. Ver figura da Igreja Matriz como era no século XIX, onde eram realizados os casamentos e batizados.

¹⁶ Translado contido nos autos da ação demarcatória em que foram partes Cássio Brutus Cardoso e outros.

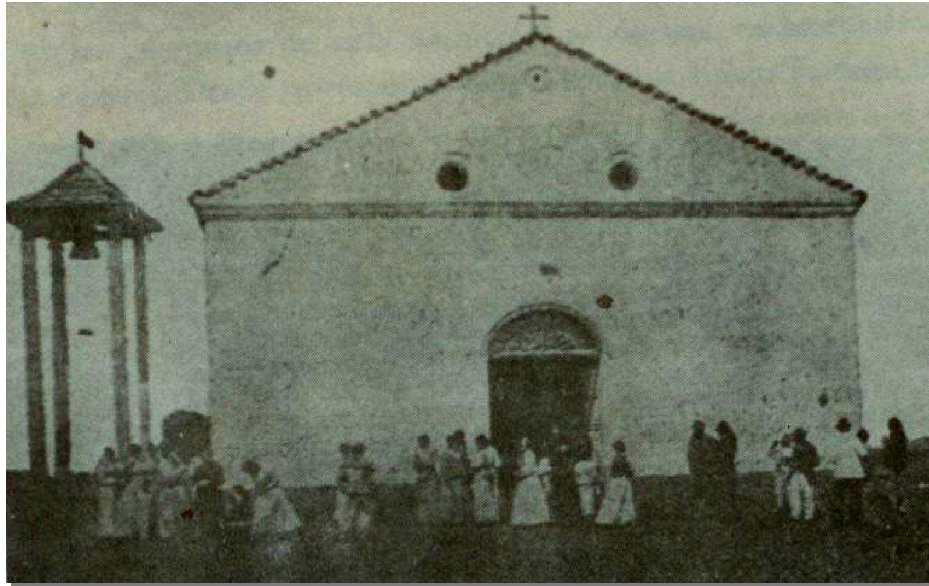


Figura 11 - A Igreja Matriz como era no século XIX
Fonte: FRANCO, 1975.

A presença de um pároco começou após a pacificação da Província do Rio Grande, com o término da Guerra dos Farrapos. Aos 19 de maio de 1846, a Lei Provincial nº. 50, art. 1º, diz: "Fica elevada a capela curada a povoação de Nossa Senhora da Soledade, do município da Cruz Alta, anexando-se-lhe o distrito de Passo Fundo."

O sacerdote paulista, Padre Antônio de Almeida Leite Penteadado, foi o primeiro cura da capela de Nossa Senhora da Soledade. Conforme documento da Diocese de Santa Maria, o Padre Penteadado já residia em Soledade desde 1845. Teria permanecido no curato até meados de 1851. Com a transferência de Padre Penteadado para a paróquia de Cruz Alta, em 1851, a capela de Nossa Senhora da Soledade ficou sem sacerdote até 1859, quando foi elevada à condição de Freguesia. Nesse espaço de tempo teve uma breve passagem do Padre Francisco da Madre de Deus.

Em 1855, o estado da Capela era tão deplorável que o Juiz Municipal de Cruz Alta nomeou administrador da Capela e de seus bens o fazendeiro João de Freitas Noronha.

Nota-se que a ausência de um pároco, representante do poder espiritual, deixava frustrada a população, que se sentia diminuída em seu prestígio político. Apesar da carência de padres e,

consequentemente, da pouca instrução religiosa, seus habitantes mantinham firme sua fé cristã e leal adesão à Igreja Católica.

A edilidade de Passo Fundo foi sempre sensível aos problemas de Soledade. Em 14 de agosto do ano de 1857, segundo Franco (1975) a edilidade de Passo Fundo se dirigia ao Presidente da Província, solicitando desligamento de Soledade da Vara da Comarca Eclesiástica de Cruz Alta e solicitava mais um vigário, visto que "a Freguesia possui uma decente igreja com alguns paramentos." Os soledadenses queriam um vigário.

Em 1858, conforme dados estatísticos enviados ao governo provincial, a freguesia de Soledade era mais populosa que Passo Fundo, contando esta com 4.250 almas, enquanto Soledade contava com 4.735. (FRANCO, 1975, p. 56). Somente no ano 1859, Soledade foi atendida, recebendo o Padre Manuel Lázaro Freire, paulista, que permaneceu pouco tempo em Soledade.

Verdi (1987, p.33) enfatiza que durante os anos de 1912 a 1935, Soledade teve mudanças de párocos quase todos os anos. Além das dificuldades de acesso ao interior, começava-se a perceber certa resistência religiosa. Um pequeno grupo de maçônicos, que seguiam a linha ou ordem geral do Brasil na época, procuravam tirar a credibilidade do padre, furtando assim suas influências juntos aos fiéis.

Ainda segundo Verdi (1987) esse grupo maçônico, devido à recusa do padre em rezar uma missa de corpo presente dentro da Igreja, para um de seus membros que havia morrido, invadiu a Igreja Matriz, tomou posse do confessionário e o queimaram na Praça Municipal que se localiza em frente à Igreja.

Devido a esse episódio, o padre fugiu da cidade e durante décadas o trabalho pastoral ficou relegado. Os párocos vinham, mas não permaneciam. Havia grandes dificuldades de encontrar padres dispostos a trabalhar em Soledade, o que deu abertura para que diferentes religiões viessem a se instalar na região.

Em entrevista com a Sra. Maria Conceição B. Hofmann¹⁷, esta relatou que durante o período de transição de inúmeros padres por Soledade, parte da documentação paroquial foi perdida, há evidências que durante dez anos não se encontrou nenhuma documentação sobre a paróquia.

No que se refere aos cemitérios em Soledade, pôde-se apurar, através do Livro-Tombo da Paróquia, que não existiram relatos de sepultamentos dentro da Igreja. No entanto em recentes obras de restauração encontrou-se no altar-mor da mesma uma catacumba vazia, conforme os relatos da responsável pelo Arquivo Paroquial, a Sra. Maria Conceição B. Hoffmann.

Poucas pessoas sabiam da existência do túmulo, apenas as que participaram da segunda reforma da Matriz. O mesmo foi construído na reforma coordenada pelo Frei Efraim Sperandio, (1965-1976). Conforme conta em testamento, a vontade do Frei era ser enterrado naquele local.

Atrás da capela situava-se o Cemitério Municipal, ocupando os arredores da casa Paroquial. Consta que o único sacerdote enterrado em Soledade foi o Frei Caetano Ferraro.

Caetano Ferraro é o único sacerdote enterrado em Soledade, no Cemitério Municipal, que à época não se situava no mesmo local do atual e sim nos arredores da casa paroquial e fundos da Igreja Matriz. (HOFMANN, et al., 2008, p.10)

A passagem dos enterros para o atual Cemitério Municipal de Soledade não tem uma data específica. Em pesquisa na Paróquia e na Prefeitura Municipal da cidade não foi encontrada documentação que especificassem esse trâmite.

Além da presença maçônica na formação religiosa da região houve também um movimento de bastante relevância religiosa, o dos Monges Barbudos na década de 30.

¹⁷ A Sra. Maria da Conceição é responsável pelo arquivo da paróquia, e nos acompanhou junto a pesquisa nos livros de registro da mesma. Também é co-autora da revista de 150 anos da Paróquia.

3.3.1 Monges Barbudos

Esse episódio ocorreu entre 1935 e 1938 nas imediações de Soledade e Sobradinho, especificamente no Lagoão. Foi um movimento religioso, político, econômico e social. Organizado pela ação popular às vistas do Estado Novo, envolveu a população local, houve mortes e perseguições, pessoas a favor e contra os monges. Os personagens acusados do movimento não foram ouvidos, simplesmente eliminados.

O movimento dos Monges Barbudos na região provocou muitas divergências na história, até hoje não esclarecidas. O fator de relevância para a sustentação dos monges era a religião. Eles rezavam em qualquer lugar e acreditavam em santos, especialmente São Francisco de Assis e tinham extrema devoção por Santa Catarina, que acreditavam ser a salvadora dos devotos da seita. Tratavam os doentes com ervas e chás e exerciam grande influência religiosa na comunidade.

Os comerciantes ou bodegueiros como eram conhecidos pela população local, rechaçavam o movimento porque viram muitos colonos, que se dedicavam somente ao trabalho e à família, largarem tudo para seguir com os monges. Esse comportamento começou a prejudicar os negócios porque os comerciantes normalmente eram agentes das companhias de fumo na condição de representantes, financiavam os agricultores, fornecendo-lhes mantimentos, roupas e apetrechos para agricultura. Em troca, recebiam a produção de fumo, milho, feijão e até o pouco arroz saqueiro (do seco) que se plantava na região.

Os comerciantes começaram a pressionar as autoridades para dar fim ao movimento. Para conseguir o apoio de todos, referiam-se aos monges barbudos como comunistas que tinham armas escondidas e que faziam uma guerra para tomar as propriedades e casas de negócios. Dessa forma começou a perseguição aos monges barbudos até assassinarem seus líderes e obrigarem os sobreviventes a cortar cabelos e barbas e voltarem ao trabalho. Os sobreviventes ficaram proibidos de fazer reuniões religiosas.

Nas considerações de Kujawa (2001), o movimento dos monges barbudos se desenvolveu na região de Soledade devido à expropriação das terras em posse dos caboclos, à alteração disso no estilo de vida dos mesmos e o apego ao horizonte religioso popular não romanizado dessas populações empobrecidas e subalternizadas. Outra razão não desprezível foi a ausência da igreja católica nestes lugares afastados e de difícil acesso. Esse movimento marcou o município de Soledade, porque nunca ficou provado a existência de armas entre os monges, e muitos roubos e mortes foram atribuídas a eles. O fato é que a seita, de um fanatismo religioso assustador apavorou a região inteira, desencadeando uma ação enérgica do poder público para restabelecer a ordem na região. Com o pretexto de ser um movimento comunista, os monges barbudos foram repreendidos com extrema violência tendo havido muitas mortes.

Foi possível encontrar apenas um relato no qual continha detalhes sobre os rituais fúnebres dos monges, André Ferreira França (Deca), um dos líderes do movimento.

O Corpo de Deca França, foi jogado em cova funda aberta pelos soldados, que lá permaneceram por dias custodiando a sepultura, temendo que os “fiéis” viessem desenterrá-lo. Dizia-se na região que o Deca não morreria, mesmo se ficasse crivado de balas. Ele podia morrer aqui, mas logo apareceria em outro lugar. (VERDI, 1987, p. 93)

Os demais mortos foram enterrados da mesma forma, em valas profundas, no meio do mato, não possuíam uma organização cemiterial com a finalidade de cultuar a alma dos adeptos do movimento.

3.4 Criação do Cemitério Municipal

No Livro dos Óbitos da cidade, os registros iniciam-se por volta do ano de 1915. A forma pela qual foi definida a instalação do Cemitério Municipal de Soledade não foi localizada nos registros. Na Prefeitura Municipal encontramos apenas documentação datada do ano de 1930 em diante. Nota-se, pelos registros, que nos primeiros anos os terrenos para a construção de jazigos e túmulos eram definidos através de doação e registrados sob a forma de Alvará de Licença (ver anexo 1).

Os primeiros registros apenas cediam o local do terreno, não delimitando metragem. Somente após o ano de 1933, as medidas dos terrenos foram regulamentadas. Podemos ilustrar a diferença socioeconômica trazida com a morte neste ínterim de tempo, com as medidas dos terrenos. Enquanto um recebia 2m², o outro recebia 8,40m². Pelos sobrenomes das famílias percebemos que os mais abastados financeiramente e com posição social mais elevada recebiam os lotes maiores. (ver anexo 2)

Entre os anos de 1971 e 1974, segundo a documentação pesquisada, a doação do terreno deixa de ser na forma de Alvará de Licença e passa para a forma de Ato Alienatório, mas permanece sem ter valor de imposto. Somente após o ano de 1974, os terrenos do Cemitério Municipal passam a ser vendidos. (ver anexo 3).

No mesmo ano, no dia 4 de junho, é emitida nos Atos Municipais uma Lei baseada no Decreto 23.430 datado de 24/10/1974 (ver anexo 4), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que regulamentava as condições mínimas para a criação de um cemitério.

Art. 282º - Os Cemitérios serão estabelecidos em pontos elevados, isentos de inundações, atendida a direção dos ventos, afastados, tanto quando possível, do centro da população.

Art. 283º - A área de cada Cemitério será murada quando possível, nos Cemitérios do interior do município, do contrário fechado com arame farpado, do solo ao primeiro fio, 5 cm, do 1º ao 2º 8 cm, do 2º ao 3º e 4º, 10 cm, e aos demais 15 cm; até a altura de 1 m e 70, com entrada apenas pelos portões e dividida em quadros numerados, contendo sepultura e carneiras, reunidas em grupos segundo melhor aproveitamento do terreno.

Art. 284- As sepulturas e carneiras terão largura e comprimento exigido por cada caso e profundidade adequada a natureza e condições especiais do terreno, sendo, quando reunidas em grupos, separadas, uma das outras, por paredes de espessura mínima de 0,40, devendo ser 0,22 a espessura mínima das paredes externas.

Art. 285º- Em todo o cemitério haverá, sempre que possível um necrotério para guarda e depósito provisórios de cadáveres, que deverá ser construído em local conveniente e reservado.

Art. 286º - Deverá haver, em cada cemitério, um ossário ou local separado, onde sejam guardados ou enterrados as ossadas retiradas das sepulturas, que não foram reclamadas pelas famílias dos falecidos.

Art. 287º Os restos mortais existentes nos ossário serão periodicamente, incinerados, devendo haver, nos cemitérios fornos especiais para tais fins.

Art. 288º - Nenhuma construção de mausoléu, jazigo, ornamentos fixos ou obras de arte sobre sepulturas ou carneiras, será feita sem a prévia licença da Prefeitura.

Art. 289º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pelas autoridades municipais, que os conservarão em perfeita ordem de limpeza, por intermédio do zelador. (CÓPIA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DOS CEMITÉRIOS, 1974).

Baseadas nestes princípios, iniciaram nos anos 70 (setenta), as primeiras construções de gavetas mortuárias. Devido ao crescimento significativo da população, houve a necessidade urgente de ampliação no espaço do cemitério. Na figura 12 podemos ver, no segundo plano, a construção das primeiras gavetas mortuárias. Na época acreditava-se que tal expansão seria suficiente para alojar os mortos por mais 100 (cem) anos, o que não aconteceu, pois ocorreram outras ampliações.



Figura 12 - Primeiras Gavetas Mortuárias
Fonte: Acervo Próprio

Apesar de haver o mapa com o planejamento do local, nota-se que apenas depois da construção dessas gavetas mortuárias começa a ser respeitado as questões de espaço geográfico. A disposição dos primeiros túmulos, que hoje é chamada de parte velha, é ampla, com espaço e corredores para o trânsito entre túmulos e mausoléus, como ilustram as figuras a seguir. Não há nenhum tipo de plantação de árvores nem jardins.

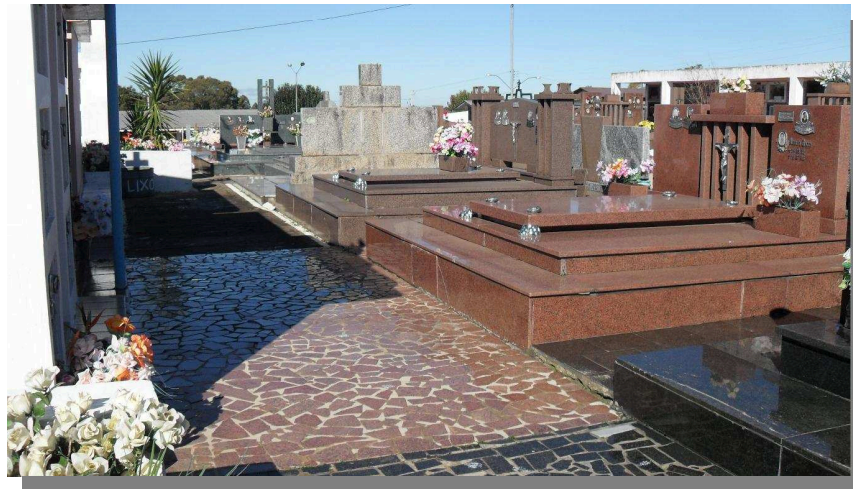


Figura 13 – Vista parcial do Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

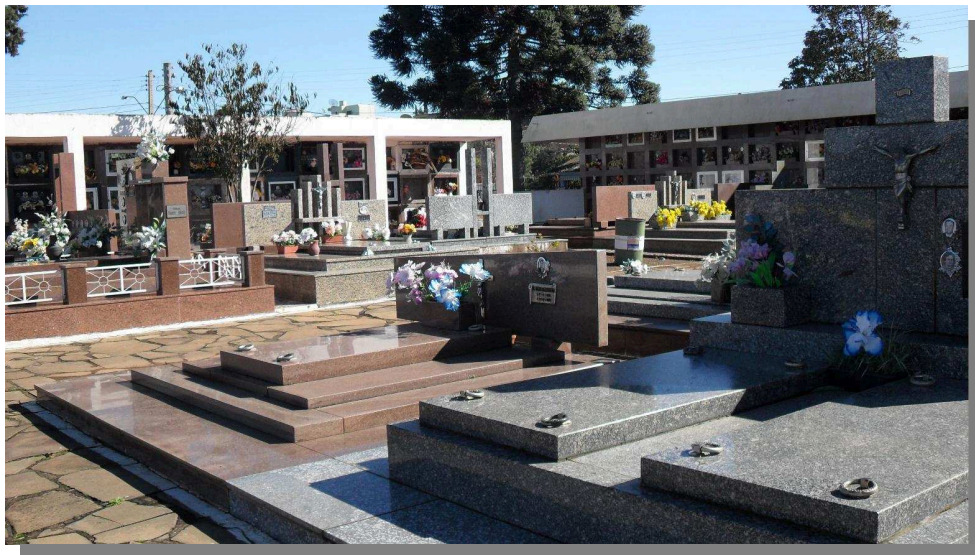


Figura 14 – Vista parcial 02 do Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

Na parte nova do cemitério, a proximidade entre os túmulos é grande, sendo que na maioria das vezes há necessidade de passar sobre os mesmos para poder transitar. A disposição espacial foi feita de forma a ocupar todo o espaço disponível, sem pensar nos visitantes. O que pode ser percebido através das Figuras 15 e 16.



Figura 15 – Vista parcial 03 do Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

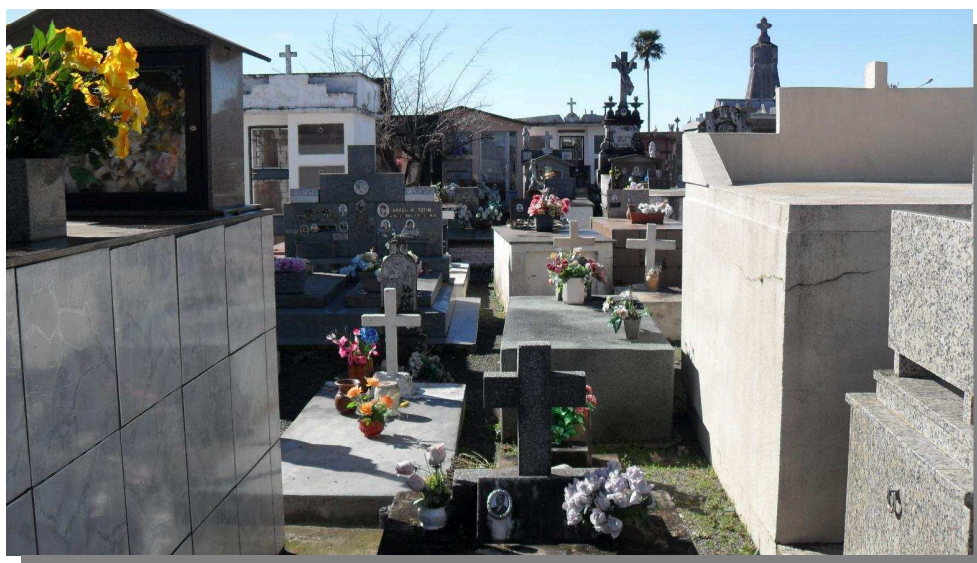


Figura 16 – Vista entre túmulos do Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

Posterior à construção dessas gavetas, surgiu a necessidade de um local apropriado para velar o morto. Para as famílias de posse ou com algum cargo de alto escalão dentro do Município eram oferecidas as instituições como Clubes, CTGs ou Câmara de Vereadores, para a realização

dos ritos. Já ao restante da população, os rituais fúnebres aconteciam em casa, e o morto era acompanhado em cortejo até o cemitério.

No ano de 1979, através da Lei nº. 1.500 (ver anexo 5), foi determinada a construção de uma Capela Mortuária para servir a toda a população. O município efetuou a permuta de um terreno, de sua propriedade, com a Firma Gabineschi & Irmão Ltda., para a construção do imóvel que é utilizado até os dias de hoje para a realização dos velórios.

Apesar da emancipação de vários distritos pertencentes à Soledade, como Tunas e Lagoão, nos anos 80 e 90 a cidade estava em plena expansão econômica. Em consequência disto o número de habitantes também crescia. No ano de 1991, houve novamente a necessidade de ampliação da área do Cemitério. Conforme a Lei nº. 2.000/91, datada de 26 de dezembro (ver anexo 6), o Poder Público Municipal autorizou a contratação de uma empresa especializada para a construção de mais cem gavetas mortuárias.

As gavetas mortuárias estão dispostas na parte dos fundos do cemitério, em sua maioria necessitam de cuidados mais específicos com limpeza e conservação.



Figura 17 – Vista das gavetas mortuárias localizadas na parte de trás do Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

Podemos perceber o abismo socioeconômico que mesmo depois da morte é representado dentro da sociedade, através da organização espacial do cemitério. Na parte velha, nosso objeto de estudo, existe uma espécie de condomínio administrado pelas famílias que possuem túmulos

ali, com uma pessoa que é contratada por mês para fazer a manutenção dos mesmos. Observamos na Figura 18, os cuidados inerentes com a higiene e limpeza desses túmulos.



Figura 18 – Vista dos corredores da parte da frente do Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

Já na parte nova, o descuido e a falta de manutenção são flagrantes, como observamos nas Figuras 19 e 20. As pessoas sepultadas ali, em sua maioria, são oriundas das classes médias e baixas, o que talvez possa ser a justificativa para o abandono, a falta de recursos financeiros para o embelezamento dos túmulos e gavetas.

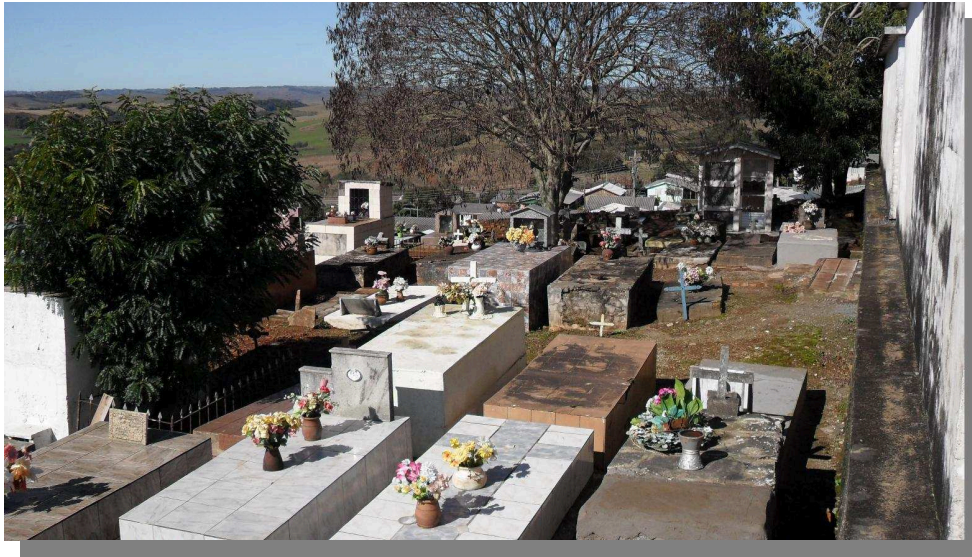


Figura 19 – Vista da parte de trás Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio



Figura 20 – Vista da parte de trás 02 Cemitério Municipal de Soledade
Fonte: Acervo Próprio

No ano de 1993, através de um projeto do Poder Público Municipal, o qual visava catalogar os prédios mais antigos pertencentes ao Município como parte do Patrimônio Histórico e Cultural do mesmo, o Cemitério Municipal é lembrado, através da Lei 2142/93 (ver anexo 7), assinada pelo então Prefeito Municipal Paulo Triches.

[...]Artº 1 – Os antigos jazigos existentes no Cemitério Municipal da cidade de Soledade, deverão ser tombados pela administração, incorporados ao seu patrimônio histórico, e a preservar a sua história, que tem naquelas famílias os seus primeiros habitantes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por jazigo entenda-se mausoléus, capelas, jazigos e sepulturas.

Artº 2 – O Poder Executivo fará tombamento histórico em tais jazigos, devendo dos mesmos cuidar para que não sejam vendidos, nem demolidos ou descaracterizados pelos seus proprietários, de preferência conservando sua originalidade.

Artº 3 – Os proprietários continuarão a ter uso e a administração dos mesmos, limitados às restrições do artigo anterior.[...] (LEI MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SOLEDADE, 1993, p.01)

Através dessa legislação foi possível resguardar a integridade histórica inserida na construção dos jazigos que lá se encontram, e é fundamental ressaltar que tal procedimento fez com que algumas famílias que pretendiam derrubar essas construções antigas para a construção de novas capelas mortuárias, agissem de forma contrária, restaurando-as para manterem a memória de seus mortos.

A seleção dos jazigos tombados obedeceu à ordem cronológica de suas disposições no cemitério. O local onde ocorreu o tombamento corresponde à parte velha, com túmulos datados entre 1871 e 1935. Alguns deles não possuem data nem nomes, mas é possível identificar através das características de construção e matérias que são os primeiros do cemitério. O desgaste ocasionado pelo tempo e a má preservação são testemunhos fiéis da degradação desses patrimônios.

Apesar da preocupação que a administração pública teve em preservar a história da cidade, valorizando a memória daqueles que foram os primeiros habitantes do Município, constatamos que depois dessa data (1993), muito pouco foi feito. Os túmulos tombados não obtiveram a preservação adequada, nem houve restauro dos que estavam em situação precária. Muitos estão em estado extremo de deterioração, e estão fadados ao tombamento, não os patrimoniais, mas os por máquinas e marretas.

O acesso à parte antiga do cemitério, como podemos averiguar na Figura 21, ainda permanece estruturado, porém, sua pintura original e detalhes também foram substituídos por cal branca.



Figura 21 – Acesso a parte Antiga do Cemitério Municipal de Soledade.
Fonte: Acervo Próprio

No próximo capítulo apresentaremos a descrição de alguns túmulos mais antigos do cemitério de Soledade e os significados dos símbolos constantes nos mesmos, demonstrando uma tendência religiosa e o poder econômico. É necessário enfatizarmos a grandeza histórica contida nos túmulos que faremos a análise, pois eles são os testemunhos silenciosos da criação da cidade, seus mortos foram expoentes no âmbito político, religioso e econômico, bem como nos servem de aporte para demonstrarmos a divisão social e econômica existentes na localidade.

4 OS SÍMBOLOS CEMITERIAIS E A HISTÓRIA DE SOLEDADE

Ao iniciarmos este estudo, abordamos as transformações que os rituais fúnebres tiveram em diferentes épocas, até a constituição dos cemitérios como hoje conhecemos, e isso foi fundamental para percebermos o valor histórico que esses locais devem ocupar na preservação da memória individual e coletiva. No desenvolvimento da argumentação localizamos a cidade de Soledade e a forma que a mesma se estruturou durante os primeiros anos de povoação. Isso preparou o terreno para, agora, compreendermos como a história desse município pode ser investigada a partir de seu cemitério. Desta forma, neste último capítulo, procuraremos apresentar um estudo dos principais símbolos que encontramos nos túmulos de pessoas que foram fundamentais para o crescimento da região e que marcaram a história da cidade em termos políticos e econômicos. É válido ressaltar que nosso objetivo principal não é descrever a genealogia dessas famílias, mas ilustrar a sua relevância histórica.

O capítulo está dividido em sub-capítulos e inicia com a exteriorização dos sentimentos que a morte desperta quando ocorre a ruptura de laços que foram construídos em nossas trajetórias. A outra abordagem trata da força simbólica da morte como uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. No terceiro sub-capítulo é realizada uma investigação sobre os cemitérios em geral e, em especial, o de Soledade.

Ao estudarmos os cemitérios e suas representações, estamos tentando compreender a nós mesmos, enquanto seres humanos que possuem sentimentos em relação à morte. Trabalhamos a preservação da memória, para conseguirmos compreender melhor a sociedade em que estamos inseridos. De acordo com Araújo (2006):

Os cemitérios para o historiador devem ser como lugares de memória pois ao enfocar o ato de “lembrar do morto” envolvendo um ritual coletivo. A sociedade expõe relatos de personalidades que desempenham um papel duplo papel na construção póstuma: de um lado, servem para demonstrar a perenidade do morto e de sua obra e, de outro, servem para atualizar o valor simbólico de vivos e mortos. (p.55)

No Cemitério Municipal de Soledade a história de vida dessas pessoas está entrelaçada com a própria história do município. Faz-se necessário que tenhamos a clareza de como esses túmulos e mausoléus devem fazer parte do patrimônio histórico local, pois trazem consigo a exteriorização não apenas dos sentimentos, mas a perpetuação de uma época, com personagens reais que trabalharam em prol do desenvolvimento e da afirmação de Soledade como hoje há conhecemos.

Através de alguns sobrenomes já elencados no terceiro capítulo, faremos uma abordagem sobre a influência que essas famílias ocuparam e ainda ocupam dentro da sociedade local. É relevante para a história do Município lembrar seus primeiros habitantes, a influência política, a força da religiosidade, a maneira que essas famílias perpetuaram sua identidade através de seus túmulos.

4.1 A exteriorização dos sentimentos

A produção funerária no Brasil teve seu apogeu entre os anos de 1890 a 1950. Sua execução era realizada principalmente nas capitais de Estados, devido ao acesso mais fácil aos materiais. No Rio Grande do Sul, houve maior destaque para a produção funerária entre os anos de 1900 e 1940, por ser um período de grande expansão industrial, comercial e econômica. O governo desta época era positivista, também denominado ditadura científica positivista.

Meneghel e et al. (2003), elucida que a doutrina positivista¹⁸ acredita que a humanidade está em permanente evolução em direção ao progresso, cujas infrações são percebidas como negativas. Por isso o positivismo é anti-revolucionário.

¹⁸ A doutrina positivista, ou positivismismo, surge na metade do século XIX, tendo como fundador Augusto Comte. Para Comte, o Positivismo é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial. Preocupou-se com a constituição de um sistema de valores adaptado à civilização industrial que então começava, valorizando o ser humano, a paz e a concórdia universal. Ainda ressaltava o ser humano com um “todo” estudando-o individualmente, coletivamente, afetivamente, intelectualmente... Constitui-se de um método investigativo que não levava em consideração quaisquer vestígios de religiosidade e emoção (subjetividade). No enfoque positivista, a pesquisa observa fato de forma rigorosa, obtendo um conhecimento com neutralidade.

O artista, portanto, deveria conferir aos líderes da comunidade a imortalidade da arte, que teria como objetivo aprimorar o caráter dos indivíduos, por educação moral, da exaltação de coragem, da prudência e da firmeza. Assim o positivismo pensava na moralização das instituições e fornecer às gerações futuras elementos morais, através de figuras exemplares. (MENGHEL e et al, 2009, p.9)

Fazia parte do pensamento do governo positivista desta época o patrocínio de monumentos públicos e jazigos monumentais, entre os quais se podem citar os monumentos funerários de Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Otávio Rocha, já mencionados anteriormente.

Em geral, essas sepulturas foram financiadas pelo governo estadual, por corporações e entidades empresariais. Na primeira metade do século, era usual que, em torno destes mausoléus, existisse um verdadeiro culto cívico.

A confecção dessas obras era executada por casas especializadas e por artesões locais. Valladares (1972) aponta a existência aqui no Brasil de “canteiros”, que eram artesões que possuíam a arte de cortar e lavrar a pedra.

Os canteiros e entalhadores de pedra constituíram uma das profissões pioneiras e de necessidade da colônia, habilitados originalmente para o trabalho com o calcário português, mas logo em seguida capacitados para o exercício da mesma artesanaria na matéria diversa de nossos arenitos, calcários e granitos. (VALLADARES, 1972, p.122)

No Rio Grande do Sul, a casa mais conhecida por suas obras funerárias era a Casa Aloys, uma marmoraria situada em Porto Alegre. Ela era a antiga firma de Miguel Friederichs. Seu irmão Aloys assume a direção da empresa em 1891. Com o tempo diversos escultores passaram por ela tais como: Alfred Adloff, André Arjonas, Mário Arjonas e Leone Lonardi. A empresa termina suas atividades em 1962, no ápice da decadência estatutária.

Com a transferência dos mortos para os cemitérios, que ocorreu por volta de 1855, como mencionamos no primeiro capítulo, houve a necessidade de identificação das lápides. As primeiras possuíam apenas o epitáfio com a identificação do morto e datas de nascimento e falecimento. Aos poucos esses epitáfios foram ganhando formas mais descritivas, muitos com

uma breve história familiar ou com os lamentos pela perda, ou ainda como a descrição dos motivos da morte, como ilustram as figuras 10, 11 e 12, obtidas no cemitério do Soledade.

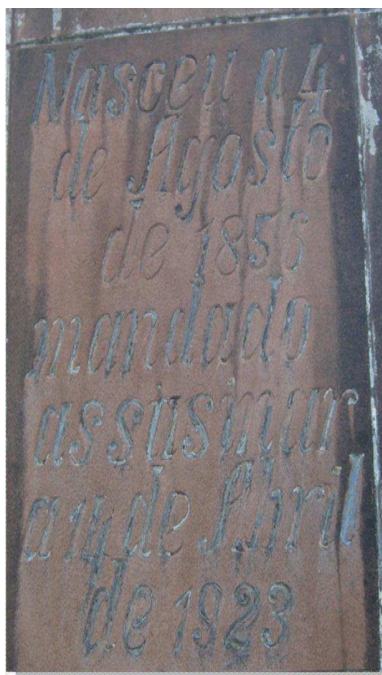


Figura 22- Lápide sem identificação do morto, epitáfio apenas com o motivo da morte
Fonte: Acervo próprio

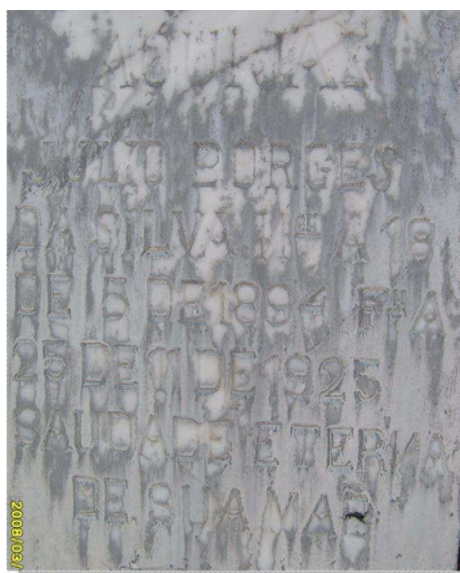


Figura 23 – Lápide com identificação e epitáfio lamentando a perda
Fonte: Acervo próprio



Figura 24 - Lápide com identificação e epitáfio lamentando a perda

Fonte: Acervo próprio

Como já mencionamos, com a inserção das obras funerárias nos cemitérios, entre os anos de 1890 e 1950, dá-se início a uma época de glamour e imponência. Para os cemitérios os epitáfios não são mais o suficiente. Há uma busca na história, assim como no antigo Egito, a morte começa a ter face, não através de pirâmides gigantescas, mas através de alegorias que perpetuam o morto. Quanto maior o destaque social, econômico ou político, exercido em vida, maior o seu túmulo, tanto em tamanho quanto em riqueza na ornamentação.

Borges (2008) explica que havia procedimentos para a construção dos túmulos. As casas especializadas provavelmente possuíam um catálogo com diversos adornos e estátuas. Uma vez feita a escolha, o marmorista executava um projeto na forma de desenho com técnica aguada, para a aprovação do cliente. Feitas as devidas alterações, quando necessário, o projeto era encaminhado à prefeitura, para obter a licença de construção. A partir dessa liberação dava-se início a efetiva construção do monumento mortuário.

Em um mesmo túmulo podem se encontrar procedimentos diferentes no lavrar as inscrições dos epitáfios, dos adornos e das alegorias. Nas inscrições utilizavam letras bem trabalhadas, salientes e polidas. Nos adornos e nas alegorias os motivos apresentam-se em relevo bem polido sobre um fundo picotado e baixo, criando assim um contraste entre as duas áreas. (BORGES, 2008, p.4)

Assim a família concretizava nos túmulos suas impressões diante da morte. Há uma mistura de símbolos que tentam exteriorizar os sentimentos. Borges (2008) ainda ressalta que de forma geral estes símbolos vêm acompanhados de elementos florais, como o caso das rosas e das

margaridas. Todos estes desenhos gravados, aparentemente aleatórios são reconhecidos facilmente pelos cristãos, apesar de estarem perpetuados dentro de um espaço secularizado.

Segundo Steyer (apud BELLOMO, 2000), é importante ressaltar duas formas de expressão que os vivos apresentam diante da morte, a aceitação e a negação. Um mesmo símbolo pode apresentar essa ambigüidade.

[...] quando um morto é representado, no túmulo, através da estátua de um anjo podemos dizer que isso significa a aceitação da morte se admitirmos que a família considera a morte terrena de seu ente querido como um fato consumado; o falecido agora é um anjo, vive em outro lugar, junto de Deus, não é mais um ser humano. Porém quando o finado é representado em uma estátua na forma de um ser humano, é possível concluir que temos uma manifestação do sentimento de negação da morte, pois na memória da família, o falecido continua vivo, com suas particularidades e história de vida terrena. (STEYER apud BELLOMO, 2000, p. 74)

Os sentimentos que a morte desperta, transbordam de forma incontida, e o medo relacionado a ela, penetra na vida do homem. Assim, os rituais fúnebres adquirem relevância pois nos proporcionam um tempo de adaptação à perda da vida, à ruptura de laços que foram construídos em nossas trajetórias.

Mesmo na morte anunciada, como o caso de doenças em que o único desfecho é o óbito, o inconformismo, a dor e a saudade, fazem-se presentes no momento do adeus. É próprio do homem procurar meios para prolongar a vida e lutar constantemente para adiar a morte. No final desse conflito sempre restará um sentimento de indignação por não conseguir prolongar o ciclo natural do ser humano: nascer-viver-morrer.

Diante dessas circunstâncias, o que resta é exteriorizar esses sentimentos através das obras funerárias, como forma de perpetuação da vida terrena e de demonstrar sentimentos que ficaram mesmo na partida, não pela morte em si, mas pela ruptura da vida.

4.2 A força simbólica na morte

Apesar de o homem saber que a morte é algo inevitável, dificilmente encontra-se preparado para esse momento. É no momento que seus sentimentos estão enaltecidos pela saudade, pelo sofrimento, pela dor da despedida, que ele precisa sintetizar uma obra funerária. Para situarmos mais claramente a força dos símbolos diante da morte e a diferença entre símbolos e alegorias é preciso compreender a idéia de capital simbólico. Capital simbólico é uma espécie de poder ligado à propriedade de "fazer ver" e "fazer crer". O capital simbólico, representa uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. É possível afirmar que o capital simbólico, enquanto elemento indicador de prestígio pode ser convertido em dado momento em capital cultural ou econômico, na medida em que os acessos a estas outras modalidades de capital são facultados pelo efeito de valorização exercido pelo indivíduo detentor deste capital. Segundo Golin (2007), o capital simbólico é, em si, o veículo mais coerente entre o pertencimento identitário e o reconhecimento da contribuição de todos os segmentos formativos da sociabilidade.

Bourdieu (1992) elucida que todo o capital simbólico é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade dos sujeitos em relação aos que exercem esse poder. Todo o poder simbólico tem a capacidade de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento. Quando não conseguimos identificar o capital simbólico de um local, fica impossível ler a sua história, sua identidade e suas políticas públicas. O capital simbólico alimenta-se da originalidade. Os signos que constituem esse capital possuem uma força desmedida no processo de construção social, econômica, cultural e histórica.

O símbolo tem precisamente essa propriedade excepcional de sintetizar, numa expressão sensível de sintetizar, numa expressão sensível, todas as influências do inconsciente e da consciência, bem como das forças instintivas e espirituais, em conflito ou em vias de se harmonizar no interior de cada homem. [...]. O símbolo é, portanto, muito mais do que um simples signo ou sinal: transcendo o significado e depende da interpretação que, por sua vez, depende de certa predisposição. Está carregado de afetividade e dinamismo. Não apenas apresenta, embora certo modo encobrendo, como – também um certo modo – realiza e anula ao mesmo tempo. Afeta estruturas mentais. (CHEVALIER apud CHARÃO 2009, p. 2)

Através da compreensão dos símbolos e do capital simbólico abordado nesse sub-capítulo foi evidenciado que os símbolos e as alegorias estão tomados por significados próprios que norteiam a suas escolhas diante da perda. Não é apenas algo que simbolize o sofrimento, e sim o sofrimento concretizado, uma emoção intransferível que encontra uma maneira singela de ser exteriorizada, e utilizando-se desse símbolo ou alegoria, promove-se a memória do morto, transformando-o em capital simbólico.

Neste contexto os símbolos agem como indutores de nossa consciência, revelando sentimentos que muitas vezes estão adormecidos em nosso subconsciente.

[...] os símbolos nos induzem a uma capacidade maior de percepções, de transformações. Passando a agir dentro de nossa realidade, de nossa vida interior, de nossa vida mística, e religiosa, os símbolos nos fornecem inúmeras referências, quer no campo do conhecimento, quer no campo religioso. Eles os símbolos nos conduzem à novas dimensões, a universos distantes, a passados remotos, a um futuro e ao silêncio onde a palavra ainda não se transformou em palavras.[...] Os inúmeros simbolismos, linguísticos, musicais, gráficos, religiosos, oníricos, geométricos, matemáticos, mitológicos, entre todos os existentes no Universo, disfarçam as verdades iniciativas e formam, quando interligados, um único símbolo, o Uno. (KLEIN, 2001, p. 01)

Os símbolos podem ser reconhecidos universalmente. Exemplo disso é a cruz, que nos remete a crença católica, mas também pode ter seu significado local, entre um grupo de amigos, por exemplo, podendo remeter à laços de amizade. Esses símbolos podem pertencer a determinados grupos sociais, a determinadas etnias, e se constituem como elementos essenciais no processo de comunicação.

Existe uma ciência específica para o estudo desses símbolos, a semiótica. Ela nos ajuda a ler o mundo, aguçando os sentidos e os modos de perceber o que nos cerca. Santaella (1983) a define como uma ciência capaz de investigar as linguagens nos seus modos de constituição de qualquer fenômeno enquanto produtor de significação. Os fenômenos existem à luz de uma consciência apta a experimentar aquilo que pode ser real ou irreal. De acordo com a semiótica podemos resumir símbolo como alguma coisa que representa algo para alguém.

A semiótica nos ajuda a perceber a força que as alegorias funerárias exercem no imaginário quando o homem se depara com a morte. É possível através dos túmulos comprovar a efemeridade do tempo e afirmar uma carga de informações presentes não apenas nos textos, mas em material, relevos, epitáfios, alegorias e fotografias. Reportam não só as questões visuais, mas aos questionamentos da transitoriedade da vida. Segundo Borges (2003),

[...]ao fazer uma leitura da arte funerária e de suas formas de exposição, procuramos demonstrar a possibilidade de poder romper com os espaços institucionais, não se prender a práticas ortodoxas, agir com informalidade, sem com isso deixar de atribuir o devido significado ao mobiliário funerário, que guarda um valor artístico. E constrói uma história das idéias no imaginário coletivo da sociedade vigente, de forma espontânea agregando-se ao inconsciente das pessoas. Com isso, assumimos que não estamos recebendo passivamente uma das problemáticas da sociedade contemporânea, que é rejeitar simbolicamente a morte, pois como diz Baudrillard, “se o cemitério não existe mais, é porque as cidades modernas assumem por inteiro a função deste: são cidades mortas e cidades de morte” (apud PERNIOLA, 2000, 167).

Os símbolos ganham conotações diferenciadas conforme a religiosidade. Sobre isso, Araújo (2006, p. 14) afirma:

[...] no caso da simbologia contida nos cemitério, seu significado está diretamente atrelado ao simbolismo religioso, já que os campos santos antes de tudo transmitem uma mensagem religiosa. A partir desse pressuposto a simbologia artística possui uma relação com a idéia das representações mortuárias, bem como da celebração da memória dos feitos do morto em vida, ressaltando assim a construção de uma identidade pública/privada, pois os símbolos representam a corporificação de um conceito.

Carvalho (2008) apresenta a diferença entre os símbolos mortuários e as alegorias mortuárias. Segundo ele o símbolo é algo evidente, permanece além de seu tempo, enquanto a alegoria é compreendida através do contexto de sua inserção, na esfera temporal e conceitual. Em nosso trabalho é necessário que tenhamos clareza dessa diferença para que consigamos entender o que muitas vezes não fica explícito numa imagem.

A alegoria, sendo então uma forma de dizer uma coisa, por meio de outra coisa, coloca o símbolo como aquele que diz a coisa pela referência da própria coisa. Parece não ser tão substituível. A alegoria não possuiria também o “caráter momentâneo” que no símbolo, existe como uma “totalidade”. Talvez o simbólico seja compreensível frente a todo tempo, enquanto a alegoria, ao momento. Essa possibilidade interpretativa explicaria o não entendimento atual das alegorias funerárias: somente decifram as alegorias os

versados no código, código este que, por sua vez, era muito comum no tempo em que a arte funerária se ergue nos cemitérios. (CARVALHO, 2008, p.413)

A alegoria não apenas decora um túmulo, mas deixa uma mensagem para os que ficam na vida. Desta forma procura lembrar a condição de finitude do indivíduo. A função da alegoria não é apenas ornar o túmulo, mas deixar uma mensagem para os que ficam em vida. O túmulo deve expressar a personalidade de seu morto. O objetivo dos túmulos monumentais é passar para a posteridade a sua origem, o poder e o status. Na alegoria funerária é possível expressar as impressões do homem diante a morte. Ela substitui a legenda dos epitáfios e personifica sentimentos.

Tendo clara a função da alegoria funerária e como os símbolos mortuários podem traduzir a impressão que se têm diante da morte, nossa próxima abordagem será feita através de uma seleção de túmulos existentes no cemitério Municipal de Soledade, que sintetizam elementos fundamentais para descrevermos a história da cidade. Para a seleção dos túmulos foram utilizados dois critérios, estado de conservação e antiguidade dos mesmos. Primeiro porque o estado de conservação é importante para a visualização e compreensão dos símbolos e a antiguidade porque denota a história do município registrada em seus túmulos.

4.3 A cidade dos mortos na cidade dos vivos

O principal objetivo de nosso trabalho é investigar como os cemitérios em geral e, de modo especial o de Soledade, dão acesso à história de uma cidade. Para dar conta disso, esse sub-capítulo irá demonstrar a história através dos túmulos, analisando as edificações mais antigas as quais pertencem aos primeiros habitantes do Município, famílias que ajudaram a povoar o local e o organizá-lo de forma política e econômica, culminando na sociedade onde vivemos.

Como não existe na administração do cemitério nenhum registro de mapeamento dos túmulos, pois a documentação foi incinerada acidentalmente há cerca de dez anos, nos baseamos nas datas encontrados nos túmulos para determinarmos a localização temporal da pesquisa.

É possível que alguns túmulos tenham sido destruídos para a construção de novos túmulos, e junto com eles os símbolos ali contidos. Essa parte da história hoje se encontra num ossário, localizado na parte de trás do cemitério e sob a guarda do Ministério Público.

Observamos também que a grande maioria dos símbolos localizados são cristãos, entre eles detalhes que demonstram etnias, grupos sociais, ideologias. Outro aspecto relevante é a presença da simbologia maçônica no cemitério. Como mencionamos no terceiro capítulo, a maçonaria fez-se presente desde os primórdios do município e símbolos maçônicos se fizeram presentes em muitos dos túmulos encontrados em nossa pesquisa.

A maçonaria não é uma religião, mas uma sociedade que cultua a liberdade, a igualdade e a fraternidade, tendo como princípios a tolerância, a filantropia e a justiça. A perseguição à maçonaria pela Igreja Católica se dá, segundo alguns autores, pela existência do segredo maçônico, o que demonstrava não existir, por parte do clero, controle sobre o que acontecia nas lojas, e pelo fato da maçonaria defender a liberdade religiosa, aceitando o ingresso de pessoas de qualquer religião. Seus integrantes acreditam na liberdade de culto. Os membros da maçonaria necessitam de muito estudo para poderem entender e alçarem graus dentro dessa sociedade, por isso é considerada uma sociedade de elites, pois uma pessoa sem estudos não pode pertencer a ela. Para ser membro da maçonaria não basta a autoproclamação. Por isso é necessário um convite formal e é obrigatório que o indivíduo seja iniciado por outros maçons.

Dullius e Wagner (apud BELLOMO, 2000, p. 233), descrevem como a morte é vista para os maçons: “[...] a maçonaria apresenta a crença no Grande Arquiteto do Universo e na imortalidade da alma. Logo a questão da morte e ressurreição, é a base da iniciação maçônica que pretende transformar o indivíduo e melhorar as suas qualidades morais.” A visão maçônica se diferencia da visão cristã sobre a morte, pois acreditam na reencarnação, diferente do cristão que não acredita.

Podemos antecipar alguns dos símbolos maçônicos que estaremos exemplificando e explicando no decorrer desta pesquisa: compasso, esquadro, letra G, estrela, acácia, colunas, fogo.

Nosso primeiro símbolo a ser analisado será o do anjo, por aparecer com grande frequência no ambiente cemiterial.

4.3.1 Anjo

A simbologia do anjo foi encontrada com bastante destaque na parte antiga do Cemitério Municipal de Soledade.

Na interpretação cristã o anjo é recebido como um mensageiro de Deus, além de ser portador da responsabilidade de proteger o ser humano durante sua trajetória terrena. Portador da inocência e da pureza humana, é responsável pela passagem do morto para o reino dos céus.

Segundo o dicionário de símbolos (BECKER, 1999) anjo (do latim *angelu* e do grego *ággelos*, mensageiro), segundo a tradição judaico-cristã, é uma criatura celestial - que, na generalidade, a maioria dos crentes das religiões fundadas na revelação bíblica acredita ser superior aos homens - que serve como ajudante ou mensageiro de Deus. Na iconografia comum, os anjos geralmente têm asas brancas de pássaro e uma auréola. São donos de uma beleza delicada e de um forte brilho, por serem constituídos de energia, e por vezes são representados como uma criança, por terem inocência e virtude. Possuem influência sobre todo o plano orgânico e elementar, sendo assim eles têm como uma de suas missões, ajudar a humanidade em seu processo de evolução.

Desde o seu começo até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência e intercessão. 'Cada fiel tem a seu lado um anjo como protector e pastor para o guiar na vida' (São Basílio, Contra Eunómio 3, 1). Desde este mundo, a vida cristã participa, pela fé, na sociedade bem-aventurada dos anjos e dos homens, unidos em Deus. (ABC DA CATEQUESE, 2009).

Existe uma ambiguidade no símbolo do anjo. Podemos entendê-lo como aceitação ou como uma negação da morte. A aceitação baseia-se no acreditar no ser celestial, sem sexo, com pureza, que ajudará o morto a purificar-se dos erros cometidos na vida terrena e ajudará na passagem da alma do morto em direção ao paraíso. E a negação se confirma pelo fato de acreditar que existe uma passagem dessa para outra vida. Não há uma finitude.

A idéia de não existir a finitude é percebida quando os familiares relutam para aceitar o fim da vida e solidifica-se ainda mais ao procurarem perpetuar a imagem do morto através dos tempos. Localizamos essa intenção no túmulo do Cel. Júlio César de Oliveira Cardoso. O Cel. Júlio foi o tronco de uma das famílias mais tradicionais da cidade de Soledade. Sendo força política local na época de 1900, quando município há pouco havia sido emancipado de Passo Fundo. É representante dos republicanos e foi intendente do ano de 1912 a 1916.

Sua localização é privilegiada, pois é o terceiro túmulo à direita, no corredor principal da parte antiga do cemitério. Essa localização torna impossível não percebê-lo. Como nessa época não haviam dimensões dos terrenos doados para a construção de túmulos e capelas, tudo dependia da condição financeira do indivíduo para construção dos túmulos.

Como já foi mencionado anteriormente, o Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso, era expoente político local. A família não mediu custos para perpetuar a imagem de seu ancestral. Também participava de grupos sociais, sendo um dos membros veneráveis da maçonaria.



Figura 25 – Túmulo do Sr. Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso
Fonte: Acervo próprio

Tendo cerca de seis metros de área construída, o material escolhido para a execução foi o mármore branco. Esse túmulo possui diversos símbolos cemiteriais em uma única composição. Há elementos cristãos e elementos maçônicos. Os elementos cristãos presentes nesse túmulo são anjos, cruzes, flores e os elementos maçônicos presentes são colunas, estrelas, compassos, esquadros, tochas, ramos. Mas o que nos chama atenção em uma primeira observação é o anjo localizado na parte frontal do túmulo.

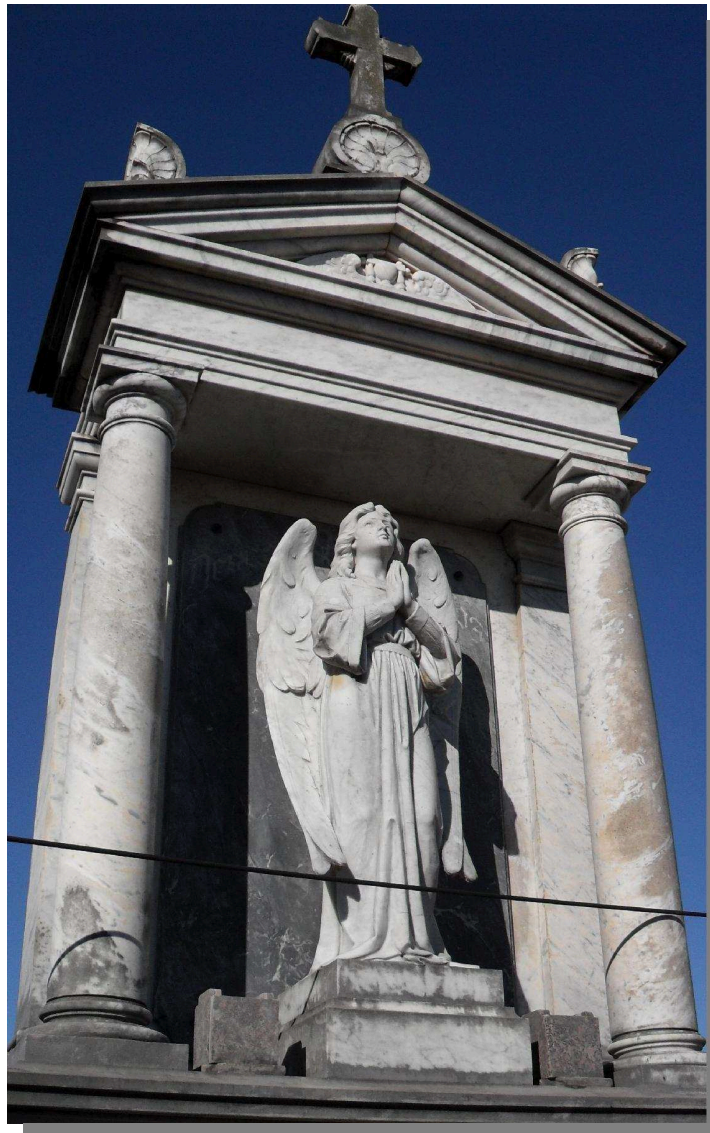


Figura 26 – Anjo do Túmulo do Sr. Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso
Fonte: Acervo próprio

O anjo aparece orando como forma de pedir a proteção aos céus para a condução do morto para a eternidade. No entanto, segundo a maçonaria, a morte não é percebida como o fim, e sim como uma passagem para a purificação da alma e que a mesma volte mais evoluída. O anjo localiza-se ao meio de colunas gregas, o que nos indica as influências da arte neoclássica. As colunas possuem o simbolismo de uma força de sustentação e também dos graus de evolução dentro da maçonaria.

Ainda na parte frontal do túmulo foram colocados flores, a foto do Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso, e logo abaixo da foto o esquadro e o compasso, como meio de reafirmar sua identificação social como Venerável Mestre Maçom (Presidente da Loja), representa a justa medida.

A justa medida quer dizer em última análise a retidão. Faz lembrar aos maçons que todas as ações deverão ser plantadas com serenidade, bom senso e espírito de justiça. Faz recordar o compromisso solene assumido pelo iniciado, de sempre agir dentro de uma escola de perfeita honestidade e retidão.

Percebemos que no ambiente cemiterial, o catolicismo e a maçonaria estão interligados, sem nenhum conflito aparente.



Figura 27 – Símbolos do túmulo do Sr. Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso
Fonte: Acervo próprio

Mas o túmulo do Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso, não foi o único a encontrarmos conjuntos de símbolos cemiterias com destaque para a figura do anjo. Logo atrás do túmulo do Cel. Cardoso, estão duas imagens de anjos que ornaram o túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo e seus familiares. Contudo, sendo um túmulo de menor tamanho ao estudado anteriormente, as questões estéticas inseridas nessa alegoria funerária nos chamam atenção. Todo o túmulo é confeccionado em mármore branco, material característico na maioria dos túmulos da parte antiga.



Figura 28- Túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo
Fonte: Acervo próprio

Neste primeiro momento não abordaremos a história da família Borges, que ficará por conta da análise de outro símbolo mortuário. Apenas procuraremos elucidar o papel que a família Camargo veio a exercer no contexto local.

Consta quando na eleição para a primeira Câmara de Cruz Alta, em 10 de abril de 1834, na qual a região de Soledade pertencia, já se encontrava radicado nessa região o Sr. Miguel Joaquim de Camargo, sendo um dos votantes no pleito. Segundo Lima (2008), na emancipação do município consta que o primeiro Juiz municipal foi o Sr. Floriano Antonio de Camargo.

Com atividades voltadas para a criação de gado, a família Camargo não participou nos primórdios do município com destaque político, sendo reconhecida pelo poder econômico. Isso confirma que, por ser um expoente econômico, tenha recebido um túmulo de alto valor financeiro. Esse tipo de trabalho só era executado em cidades grandes, o que onerava o transporte a mão de obra especializada.

O anjo localizado na parte superior do túmulo não foi esculpido no mármore. Como ele se localiza em uma parte alta que não obtivemos acesso, procuramos algum anjo que fosse semelhante a ele no restante do local. Encontramos algo semelhante no túmulo de uma criança, da Família Lima. O material assemelha-se a porcelana, um pouco mais resistente, pois sobrevive a intempéries, e possui uma superfície lisa, não acumula muita sujeira e limos como os demais. Ambos os anjos dessa obra funerária estão orando, o que nos passa a impressão de suplica pela dor da saudade.

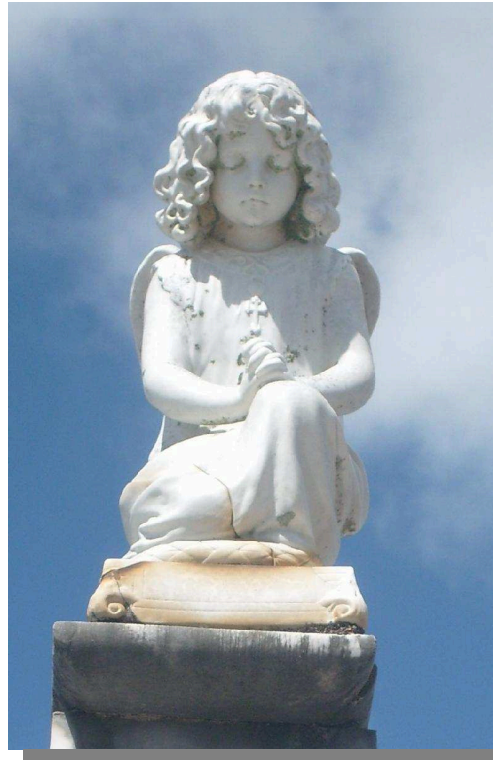


Figura 29- Anjo superior do túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo
Fonte: Acervo próprio

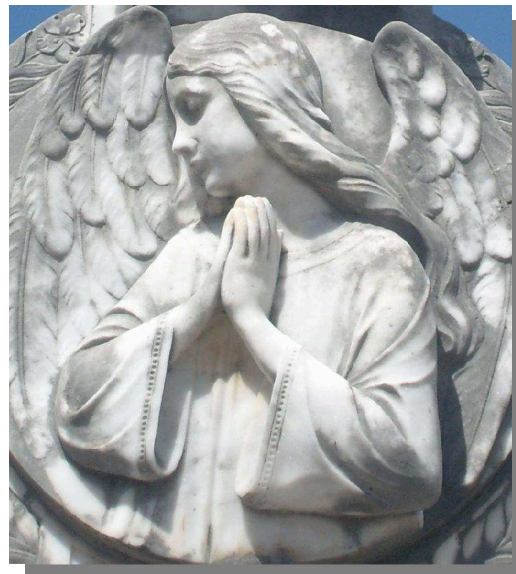


Figura 30- Anjo inferior do túmulo da Sra. Branca Borges de Camargo
Fonte: Acervo próprio

Outro túmulo que devemos destacar pela presença marcante do anjo é o do Sr. João Antonio dos Santos Vaz. A família dos Santos Vaz foi uma das primeiras a receber as sesmarias da região de Soledade. Segundo Eifert (2007, p.49), ancestrais dessa família radicaram-se no município antes de 1877. O Sr. Antonio dos Santos Vaz e a Sra. Maria Teixeira Alves, tiveram nove filhos. Dentre eles o Sr. João Antônio dos Santos Vaz, que nasceu em 1853 e faleceu no ano de 1918, tendo como principal atividade econômica a criação de gado. Foi casado com a Sra. Nardina Teixeira Leite, também falecida no ano de 1918.

Membros dessa família que exerceram importante papel político na cidade. O Sr. Manoel Tomaz dos Santos Vaz, que foi vereador na instalação da primeira Câmara Municipal (1875), quando da emancipação do município. Também teve atuação política o Sr. Serafim dos Santos Vaz, que presidiu a referida Câmara dos anos de 1886 a 1889, sendo reeleito do ano de 1889 a 1891. Esse ilustre cidadão foi homenageado após a sua morte com nome de uma rua. A influência do sobrenome Santos Vaz se faz tanto na esfera política quando na econômica. Isso pode ser confirmado também no túmulo do Sr. João Antônio. Pois na época de sua construção o mármore, elemento utilizado para a confecção do túmulo, tinha o custo elevado, sendo utilizado apenas por famílias com maior poder aquisitivo.



Figura 31- Túmulo do Sr. João Antonio dos Santos Vaz
Fonte: Acervo próprio

Como já havia sido mencionado, o anjo possui uma simbologia muito marcante na crença cristã, por ser o enviado do Deus. Neste túmulo ele possui uma dimensão muito maior que nos demais. Esculpido em mármore branco, possui uma altura aproximada de 1,80 m, detalhe que o destaca em meio aos túmulos próximos.

A feição feminina incutida nessa alegoria mortuária remete-nos a sentimentos ternos de saudade. Outra característica marcante dessa alegoria é a forma como a mesma está sentada, envolta por seu manto, indicando o céu como caminho a ser seguido.

O tamanho do terreno em que o túmulo se localiza não é tão grande quanto o do Cel. Júlio Cezar de Oliveira Cardoso, pois possui uma medida de 4m². Logo abaixo do anjo há um epitáfio com a homenagem dos familiares. Este epitáfio é ornado com diversas flores, o que permite afirmar que as casas especializadas nas alegorias funerárias possuíam uma espécie de catálogo com exemplos a serem escolhidos para a composição final.



Figura 32- Descrição contida no túmulo do Sr. João Antonio dos Santos Vaz
Fonte: Acervo próprio

Também foi localizada uma alegoria mortuária que não poderia deixar de ilustrar essa pesquisa a delicadeza do relevo esculpido em mármore branco, transmite a quem observa sentimentos maternais : o túmulo é da família da Silva Porto.



Figura 33- Túmulo da Família Porto
Fonte: Acervo próprio

A família Porto representou no município a força política. Com seu representante mais conhecido, o Sr. Olmiro Ferreira Porto, filiado ao partido republicano Rio-Grandense, governou o Município por dois mandatos, entre os anos de 1947/1951 e 1963/1969. A praça municipal ganhou seu nome como forma de homenagear a sua memória, e o trabalho prestado em prol do desenvolvimento de Soledade.

Apesar do túmulo de um dos seus membros possuir dimensões discretas, medindo 4,50m², chama atenção sua cabeceira, onde um anjo recebe o ser mortal com carinho e um singelo beijo sobre a testa. Confeccionado em mármore branco, consegue transcender os sentimentos externados quando da perda de um ente querido.

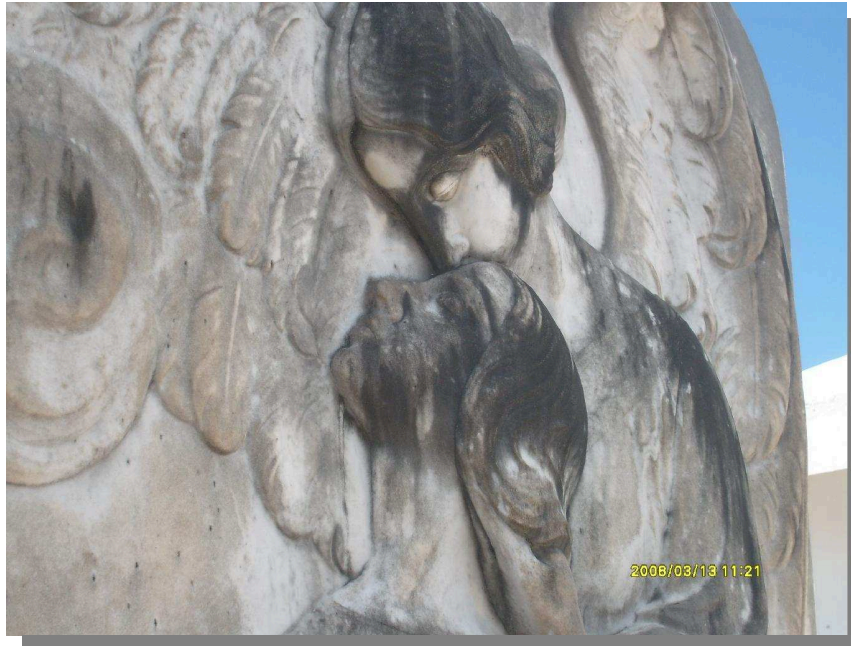


Figura 34 - Relevo contido na lápide do túmulo da Família Porto
Fonte: Acervo próprio

4.3.2 Cruz

O símbolo da cruz está presente em quase todos os túmulos estudados, marcando não somente a parte antiga do cemitério, mas sendo o símbolo de identificação entre os mais variados grupos sociais e econômicos. Como no caso dos anjos, tanto ela como os adereços que a acompanham apresentam variações, podendo aparecer como cruz religiosa, esotérica ou mística. A cruz é um dos símbolos mais antigos e universais em todas as civilizações. Portanto, não é monopólio dos cristãos.

Sua simbologia é ambígua, pois além de representar sofrimento no cristianismo, devido à crucificação de Jesus, também nos reporta à superação, remetendo ao episódio em que Jesus, na ressurreição, supera todo o sofrimento. A mais conhecida entre os cristãos é a cruz latina.

Nos primórdios do cristianismo, a simbologia da cruz não apareceria na arte cristã, provavelmente pela vinculação ao negativismo da condenação e sofrimento que representava.

A cruz mais habitual, ou com uma só travessa, é a cruz do Evangelho, ou cruz latina: a parte mais alta simboliza a esperança que sobe até ao céu; a parte inferior, metida na terra, significa a fé bem fundada e a comunicação com o mundo inferior; os braços laterais, o amor estendido até aos inimigos. A parte vertical da cruz é muitas vezes referida como uma espécie de escada que sobe da terra ao céu - a escada de Jacob, como vimos (Gn 28,12) - e pode exprimir as forças anímicas do ser humano em superar-se a si mesmo, em «ser como Deus» (Gn 3,5). Na cruz com duplo travessão lateral, ou cruz grega (também chamada cruz de Lorena), o travessão superior é o da inscrição "Jesus nazareno, Rei dos judeus" (Jo 19,19); o inferior, o braço normal donde penderam os braços de Cristo. A cruz com três travessões vem do séc. XV e era própria do papa, tal com a tara de três planos sobrepostos. Muitas vezes, a cruz aparece adornada com o leão, a águia, o pavão e o falcão e outros animais e aves com simbolismos diversos, em ordem a exprimir uma faceta da sua riqueza, pois nenhum símbolo esgota a profundidade da cruz de Cristo. Também é representada dentro do quadrado, para exprimir a vida terrena de Cristo, ou dentro do círculo, para exprimir a sua vida celeste. Outras vezes aparece na forma de letra grega chi, ou seja, X, tendo no interior outra letra grega rho (P). (ALVES, 1997, p. 10)

Seu modelo básico traz sempre a intersecção de dois eixos opostos, um vertical e outro horizontal, que representam lados diferentes como o sol e a lua, o masculino e o feminino e a vida e a morte, por exemplo. É a união dessas forças antagônicas que exprime um dos principais significados da cruz que é o do choque de universos diferentes e seu crescimento daí oriundo, traduzindo-se como um símbolo de expansão.

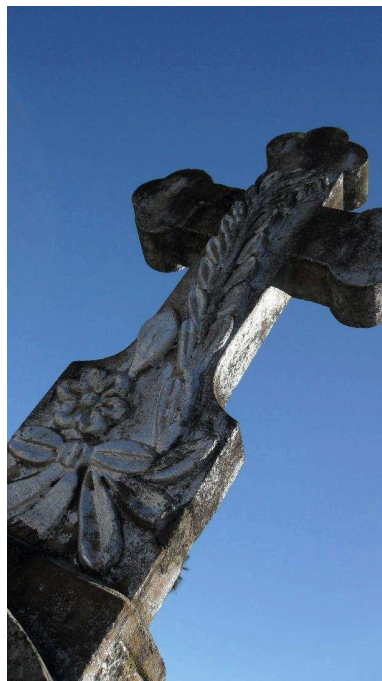


Figura 35 - Cruz Latina
Fonte: Acervo próprio

Este túmulo é pertencente ao Sr. Ângelo Cornélio de Souza Galha. Tem-se registro que, no ano de 1844, o Sr. Florentino José de Souza, já estava radicado nesta região pois constava na lista dos nomes a serem votados para vereadores e juizes de Paz na eleição da Câmara de Cruz Alta, em 18 de outubro de 1844.

Quanto à família Galha não foram encontrados indícios históricos de sua chegada na região. Há relatos de seus descendentes que a origem foi através do Sr. Jean Cornelius, um membro do exército que se radicou aqui. O sobrenome “Corneille” em francês significa "galha".

Segundo Lima (2008), o ancestral mais antigo da ligação da família Souza com a família Galha é o Sr. Ângelo Cornélio de Souza Galha. Era negociante e expoente político local, simpático do partido republicano. Em 09/09/1875 foi empossado como vereador e posteriormente presidente da Câmara de Vereadores da recém criada cidade de Soledade. Casou-se com Francisca de Almeida e Souza. Foi um dos sete membros fundadores da Loja Maçônica de Soledade.

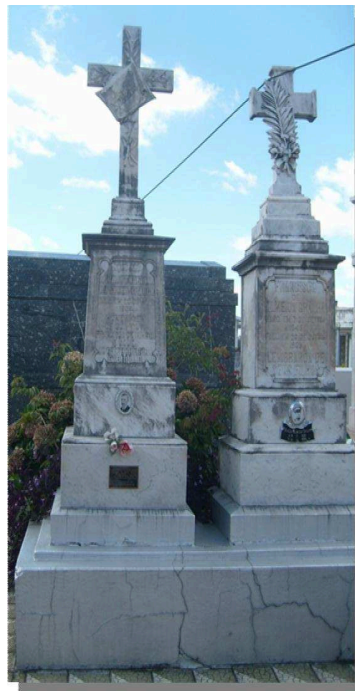


Figura 36 - Túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Galha
Fonte: Acervo próprio

Possui uma dimensão em torno de 6,00m², apresentando duas torres confeccionadas em mármore branco para ostentar as cruzes da parte superior. Neste túmulo também se encontram outros integrantes da família. Encontramos registro da Sra. Francisca de Almeida Gralha e Sr. Félix de Almeida Gralha. O que chama atenção neste túmulo, fora as cruzes e sua relevância histórica, é o fato de existir uma placa referenciada pela maçonaria local. Na mesma, como podemos observar na figura 38, está relatado que o Sr. Ângelo foi um dos fundadores da mesma em Soledade.



Figura 37- Placa de homenagem contida no túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha
Fonte: Acervo próprio

Assim como o Sr. Julio Cezar de Oliveira Cardoso, o Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha também fazia parte desse grupo social chamado maçonaria. Podemos encontrar mais símbolos que identificam isso: uma das cruzes é envolta por um galho de acácia, que para os maçons é o símbolo da verdadeira iniciação para uma nova vida, a ressurreição para uma vida futura.



Figura 38- Cruz com galho de acácia no Túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Gralha
Fonte: Acervo próprio

Na outra cruz existente no túmulo uma placa em forma de pergaminho, contendo um lamento de saudade acompanhado de galhos de acácia no todo da cruz. Como foi mencionado anteriormente o galho de acácia para os maçons traduz a imortalidade, sendo a planta o símbolo por excelência da maçonaria, servindo, inclusive, como sinal de identificação entre os Mestres maçons.



Figura 39- Placa com pergaminho de lamento no Túmulo do Sr. Ângelo Cornélio de Souza Galha
Fonte: Acervo próprio

Foram encontrados outros túmulos também ornados apenas pelas cruzes, símbolo indiscutível do cristianismo.

É interessante discutirmos sobre a mistura de símbolos católicos com os símbolos maçônicos, pois apesar da perseguição histórica do catolicismo em relação aos maçons, as pessoas pertencentes a Maçonaria de Soledade, não possuíam esta distinção, ao menos na morte. Em toda a história do Município temos apenas um relato ocorrido em relação a uma divergência entre um Padre e os membros dessa sociedade. Depois desse episódio nada mais foi relatado, sendo que muitas pessoas pertencentes a grupos católicos da comunidade também fazem parte do grupo maçom.

Outro túmulo que devemos destacar é o do Sr. Salvador Ferreira de Andrade e Sra. Mathilde Francisca de Oliveira, por apresentar além da simbologia cristã da cruz, a qual estamos

abordando, mas pelo fato de ter sido o túmulo mais antigo identificado dentro do cemitério. O túmulo é do ano de 1871, anterior, portanto da emancipação do Município.

A primeira a família a requerer as sesmarias na região de Soledade, ainda no ano de 1816, foi a Família Ferreira de Andrade, através do Sr. André Ferreira de Andrade. Ao discutirmos, no terceiro capítulo, a formação local, constatamos que a família Ferreira foi pioneira na colonização, exercendo um papel econômico importante.

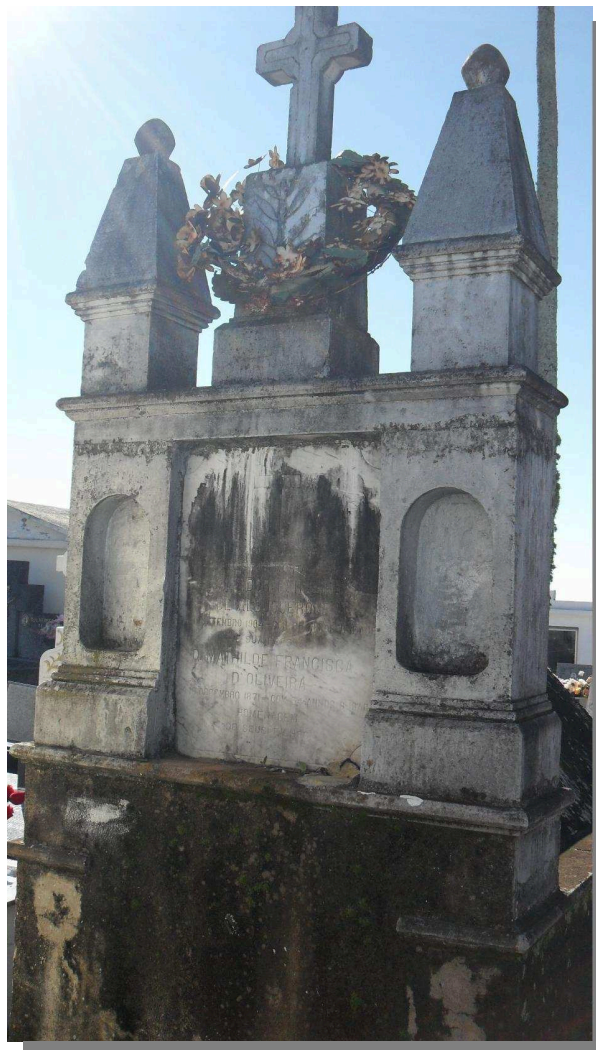


Figura 40- Túmulo do Sr. Salvador Ferreira de Andrade
Fonte: Acervo próprio

No que tange à Sra. Mathilde Francisca de Oliveira, sabe-se que a família Oliveira chegou a essa região anterior ao ano de 1830. Franco (1975) esclarece que em escritura da época o Sr. Francisco Gomes de Oliveira e Antonio Joaquim de Oliveira já possuíam terras nesta localidade. O momento exato no qual as famílias começaram os enlces matrimoniais não foi possível apurar, mas a forma que isso ocorreu fica clara por se tratar de serem vizinhos muito próximos.



Figura 41- Identificação do túmulo do Sr. Salvador Ferreira de Andrade
Fonte: Acervo próprio

O túmulo em discussão se encontra em péssimo estado de conservação. Por se tratar de um bem tombado pelo patrimônio público, deveria haver mais zelo por esse monumento histórico. Conforme informações do Professor Paulo Pedroso, houve um período em que existiam calçadas nos corredores principais da parte antiga do cemitério, facilitando o tráfego dos visitantes, hoje esse trânsito é difícil.

Não possui uma dimensão grande, cerca de 4,50m², e só percebemos a presença do mármore no epitáfio sobre a cabeceira abaixo da cruz, o restante foi feito de concreto e tijolos. Devemos dar destaque a esse túmulo pelo seu formato. Com a forma de um forno, destaca-se dos demais, por ser um formato nada usual na atualidade.



Figura 42 - Túmulo do Sr. Salvador Ferreira de Andrade
Fonte: Acervo próprio

Encontramos apenas um outro túmulo com as mesmas características neste cemitério. No entanto não conseguimos identificar a que família pertencia devido ao seu estado de conservação, e como já elucidamos anteriormente um dos critérios para a análise foi o estado em que os mesmos se encontravam.

4.3.3 Flores

Existe um dito popular que menciona: “até flores dependem de sorte, umas enfeitam na vida, outras enfeitam na morte”. Talvez esse seja o símbolo mais antigo utilizado nos rituais fúnebres. Como está exposto no primeiro capítulo dessa dissertação, ainda na Pré-história o homem já utilizava flores para ornar o morto para sua longa viagem. As flores podem estar agrupadas em ramos, guirlandas ou solitárias, ou colocadas como adereço junto à cruz.

A flor simboliza a beleza, a perfeição, o amor, a glória e a alegria, mas também a entrega a Deus, a evolução espiritual e a própria alma. A flor é também um símbolo feminino, ligado ao elemento água, à Lua e, conseqüentemente, à criação, à fertilidade e ao nascimento.

Na Crisandade a flor era um símbolo de perfeição espiritual da alma, representando de alguma forma, o paraíso e a infância.

As flores também aparecem em grande quantidade nos cemitérios do Estado. O tipo de flor mais abundante é a rosa. Esta significava a discipulação no início do cristianismo. No entanto, a rosa passou a ter inúmeros significados: pode representar o sangue de Cristo (no caso das rosas vermelhas) e, por causa disso, está associada ao renascimento místico; também representa a virgindade feminina, e por isso é símbolo da Virgem Maria. Assim, de uma forma geral, a rosa está intimamente ligada a uma idéia de amor divino. (DALMAZ apud BELLOMO, 2000, p. 127)

Muito habitual também são as coroas de flores, para os cristãos ela têm o significado da salvação alcançada, mas também pode representar a saudade, o que nos leva a crer que por esse fato é utilizada constantemente nos funerais.

Sua incidência dá-se tanto na parte antiga, quanto no restante do cemitério. O primeiro túmulo a ser selecionado com essa ornamentação foi pertencente à Família do Sr. João Borges. Como podemos perceber na figura 43 ele possui o formato de uma capela mortuária.

Pelos relatos históricos, Franco (1975) relata que ainda no ano de 1822, tramitava um pedido de sesmarias em nome do Sr. Miguel Joaquim Borges, pedido esse sendo concretizado no ano de 1823. No processo relata ter servido na última guerra (contra Artigas¹⁹) e ter prestado serviço quando da abertura da Picada do Butucaraí. Suas terras localizavam-se onde hoje se encontra o rincão dos Bugres.

A família Borges em Soledade é uma das mais numerosas do município, e sempre se destacou pelo poder econômico e, conseqüentemente, pelo prestígio social. Em conversa com um dos seus descendentes da Família Borges, o Sr. Paulo Borges, esclareceu-se que a família possuía

¹⁹ Guerra das Artigas, ou das Cisplatina, foi um conflito que ocorreu entre 1816-1820. O conflito se desenvolveu no Sul do Brasil, na área oriental do Uruguai e parte da Argentina. Do lado castelhano estavam as tropas de José Gervasio Artigas, além da Liga Federal; e do lado brasileiro as tropas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A guerra foi vencida pelas tropas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, resultando na incorporação da região do Uruguai ao domínio português, recebendo o nome de Província Cisplatina.

um cemitério próprio, localizado na estância, no entanto vândalos invadiam o cemitério e apropriava-se de mármore, bronze, vitrais, e hoje o mesmo estão em ruínas. Diferentemente, a Capela, que pertencia ao Sr. João Borges, se encontra em perfeito estado de conservação. Está localizada no segundo terreno à esquerda, no corredor central da parte antiga.



Figura 43 - Túmulo do Sr. João Borges
Fonte: Acervo próprio

Confeccionada em mármore branco e com detalhes em mármore cinza, não possui muita ornamentação. Conta apenas com flores delicadas gravadas no próprio mármore.

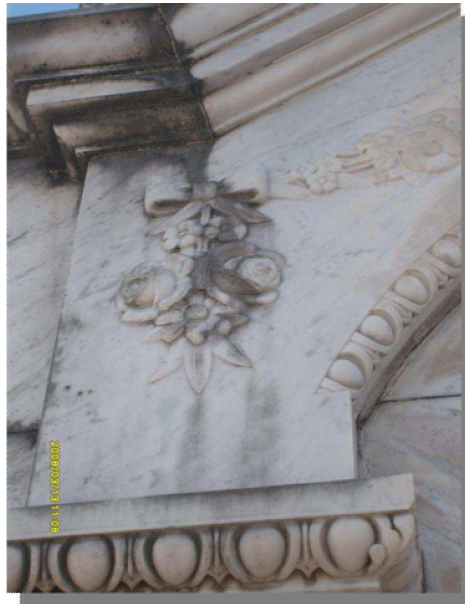


Figura 44 - Detalhes do túmulo do Sr. João Borges
Fonte: Acervo próprio



Figura 45- Detalhes do túmulo do Sr. João Borges
Fonte: Acervo próprio

Os detalhes em mármore cinza tendem a representar colunas, mas isso só fica evidente quando percebemos no topo das mesmas duas pequenas tochas com fogo. Já mencionamos anteriormente o que representam as colunas para um maçom. O fogo é conhecido por seus membros como o elemento da renovação remetendo à purificação do ser terreno.

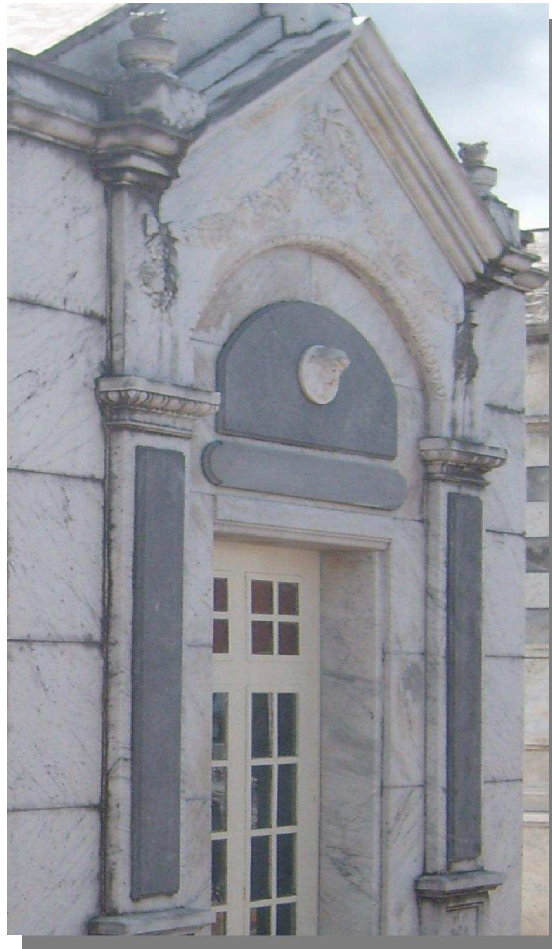


Figura 46 - Colunas do túmulo do Sr. João Borges
Fonte: Acervo próprio

Essa capela não possui identificação externa e só foi possível descobrir à que família pertencia através do coveiro oficial do cemitério – a trinta e um anos - Elicindo Santos de Oliveira.

Em outro túmulo da Família Borges, também constatamos a ornamentação com flores. Este pertencente à Sra. Virgínia Portela Borges, datado de 1927, localizado no centro do cemitério, à direita. Não está localizado no corredor principal.



Figura 47 - Detalhes do túmulo da Sra. Virgínia Portela Borges
Fonte: Acervo próprio

O único detalhe em mármore é o epitáfio como o lamento pela perda. Com uma dimensão de 4,5 m², confeccionada de tijolos e concreto, seu estado de conservação é considerado bom. As flores que adornam foram moldadas através de formas.



Figura 48 - Detalhes do túmulo do Sra. Virgínia Portela Borges 02
Fonte: Acervo próprio

Em relação aos símbolos maçônicos, podemos perceber o papel social marcante dos maçônicos na cidade. Um símbolo utilizado com frequência nos túmulos tombados é a Estrela. Existindo uma variante na maçonaria entre a estrela de cinco pontas e a estrela de seis pontas.

A estrela de cinco pontas, conhecida como Estrela do Oriente ou a Estrela Iniciação, é o símbolo do homem perfeito. Representa o homem nos seus cinco aspectos: físico, emocional, mental, intuitivo e espiritual. Totalmente realizado e uno com o Grande Arquiteto do Universo. É o homem de braços abertos, mas sem virilidade, porque dominou as paixões e emoções. Apresentando ligação com os cinco elementos encontrados dentro de um homem, e que constituem o microcosmo, que são, fogo, terra, ar, água e éter (este sendo uma substância relacionada ao espírito), a estrela apresenta uma variedade de nomes como: pentagrama, pentalfa, estrela rutilante, etc.

A estrela de seis pontas simboliza os dirigentes de uma Loja Maçônica, de acordo com suas atribuições ligadas a espiritualidade, ou a materialidade.

Através dessa amostragem foi possível respondermos ao anseio de demonstrar a relevância histórica contida no patrimônio cemiterial e como os símbolos contidos desse ambiente podem revelar a situação econômica, política ou social de uma comunidade. Ainda devemos destacar a importância que a simbologia possui no momento de exteriorização dos

sentimentos diante da morte e maneira que os vivos concretizam isso através dos monumentos funerários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo procuramos evidenciar como a morte foi encarada no decorrer de milhares de anos até a atualidade e, principalmente elucidar sobre a origem histórica dos cemitérios e sua influência na reprodução da memória de uma comunidade, tendo como referência a arte, os epitáfios, a arquitetura e outros aspectos.

Nas edificações funerárias, há registro de toda a percepção da morte através das mais variadas culturas, a representação simbólica é um potencial indiscutível da identidade social.

Foi evidenciada, através da pesquisa que os Cemitérios são parte inerente na preservação da história local, que preservam a identidade cultural de uma comunidade, pois demonstra, em seus aspectos, a religiosidade, as ideologias, a presença artística, as etnias, e impressão que as pessoas tiveram diante da perda, a história de vida do morto torna-se pública.

No momento em que os cemitérios preservam a memória de uma localidade, também explanam o contexto econômico local, e os períodos de ascensão e declínio de cada época, tudo através da representação simbólica ali contida.

Notamos o quanto a presença maçônica foi marcante na origem e evolução do Município de Soledade, pois os túmulos pertencentes à “parte velha”, em sua maioria, possuem algum resquício de identificação maçônica.

Foi possível através desta pesquisa percebermos a preocupação que norteou a época, entre 1871 a 1935, em relação a perpetuação da imagem dos mortos, e como período foi favorável no âmbito econômico para aquelas famílias. No entanto nos abre um questionamento em relação a distinção social que persiste mesmo nestes que deveriam ser ambientes neutros, pois a morte que deveria ser igualitária para todos, ainda permite distinções.

O status social desse recorte geográfico dentro do cemitério, é marcante devido a imponência de seus túmulos em relação ao restante do local. Corroborando assim com a história

local, onde explica que durante um período significativo de tempo a cidade ficou sem um representante da Igreja Católica, perdendo com isso seus registros impressos, ignorando parte da história local. Com isso, o único registro histórico que podemos ter daquela época é o cemitério que é a única fonte para a elucidação da história da cidade.

Os cemitérios devem fazer parte do patrimônio não apenas de uma cidade, mas sim de uma região, pois podemos encontrar além da história edificada, muitas obras de arte, que revelam a impressão de cada pessoa diante da perda, a religiosidade fica exaltada nesse momento tão delicado, e mesmo neste contexto percebemos o papel que o morto desempenhou durante a vida.

É fundamental que haja uma conscientização pública sobre a importância que as edificações possuem para sua identificação dentro das sociedades, para isso faz-se necessário que exista uma educação voltada para a preservação patrimonial, a depreciação do patrimônio acarreta sérios danos não apenas para os erários públicos, mas às futuras gerações que não terão nenhuma identificação com seus ancestrais, a arte e a arquitetura são testemunhos concretos da história.

Conforme elucidamos no início desta pesquisa houve um período na humanidade que a morte não representava o fim, mas um começo, posteriormente os mortos ganharam o espaço das igrejas, sendo enterrados nas mesmas, depois num passo evolutivo ocorreu a constituição dos cemitérios, criados com o intuito de sanar os problemas de saúde pública. Hoje em dia a cremação é uma opção bastante comum entre as famílias com maior poder aquisitivo e os cemitérios verticais que podem ser assistidos pela internet.

A evolução é tão rápida que acontece sem que percebamos, acreditamos que logo os cemitérios serão obsoletos e a praticidade dará lugar à memória, onde lembranças do nosso tempo ficarão registradas apenas nas memórias portáteis, assim como os livros estão ficando empoeirados nas prateleiras para cederem espaço às enciclopédias digitais.

Nos cemitérios localizados na área rural podemos perceber, que os espaços de memória familiar cedeu lugar para os campos de soja, nosso mundo capitalista vira as costas para o passado

como se esse nunca tivesse feito parte de sua criação, os valores materiais sobrepõem os valores éticos.

Creemos que o cemitério deve ser considerado uma forma de preservação da identidade cultural de Soledade, já que suas distinções simbólicas comprovam as identidades culturais , utilizando a preservação da memória configurando assim a origem do Município.

Comprendemos ser o Cemitério parte fundamental ao em uma pesquisa histórica local, seu testemunho silencioso acusa nosso passado e reforça nossa identificação no tempo presente. Nosso futuro é incerto, mas nossa representatividade pode ser perpetuada na morte, com simples palavras ou majestosas esculturas, e para que isso ocorra se faz urgente a conscientização para a preservação da memória contida nos mesmos. O passado não pode ser inteiramente recordado, porém não pode ser inteiramente esquecido.

REFERÊNCIAS

_____. *Bíblia Sagrada Cristã*. Disponível em < www.abcdacatequese.com >, Acessado em 10/04/2009

ARIÉS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ALVES, Herculano. *A cruz, o símbolo mais universal*, in Revista Bíblica, nº. 43, 1997.

AMPARO, Nelcinéia Cairo do. *O sagrado e o fenômeno religioso na pré-história*. Congresso Virtual de Antropologia y Arqueologia, 2004. Disponível em <www.naya.org.ar/congresso2004/ponencias/nelcinea_amparo_2.htm> Acessado em 05/12/2007.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: Múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.

BECKER, Udo. *Dicionário de Símbolos*. Paulos: São Paulo, 1999

BELLATO, Roseney. CARVALHO, Emília Campos de. *O jogo existencial e a ritualização da morte*. Trabalho extraído da tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, aprovado em: 23.9.2004. Disponível em <<http://www.eerp.usp/rlae>> Acessado, 20/12/2007.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUC, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*. Tradução. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BORGES, Maria Elízia . *Crítica de Arte: Especificidade da Arte Funerária no Brasil e a Interdisciplinaridade das suas formas de exposição*. Visualidades: revista do programa de mestrado em Cultura Visual. Goiânia. Ano 1 nº.1, , 2003.

_____. *Os riscadores de pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã*.III ABEC, 2008.

BRANDÃO, Junito Souza. *Mitologia grega*. 13. ed. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 2005.

CANTINHO, Maria João. *O anjo melancólico - Ensaio sobre o conceito de Alegoria na Obra de Walter Benjamin*. 1998.

CARVALHO, Fernando Lins de. *Simbologia dos ritos funerários na Pré-História*. In *Sentido oculto dos Ritos Mortuários: Morrer é Morrer?* BAYARD, Jean-Pierre. Tradução: Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 321 p. Publicado em Canindé, Xingó, nº. 1, Dezembro de 2001. Disponível < <http://max.org.br/biblioteca/Revista/Caninde-dez-01/Dez-01-art12.pdf>> Acessado em 22/01/2008.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. José Olímpio . Rio de Janeiro: 2007, apud, CHARÃO, Egiselda Brum. *Símbolos nos cemitérios de Taquara*. Disponível em <http://www.historiaimagem.com.br> , acessado em 15/05/2009

CHIAVENATO, Júlio José. *A morte: uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Moderna, 1998.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

COE, Agostinho Júnior Holanda. *Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos: o século XIX e as atitudes diante da morte e dos mortos*. São Luis: Universidade Estadual do Maranhão, 2005. Disponível em <www.outrostempos.uema.br/artigo8.doc> Acessado em 15/12/2007.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. Reflexões sobre o tempo e a história. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996

EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo : Editora Universidade de Passo Fundo, 2007.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. *Imagens e símbolos : ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

FONSECA, Maria C. L. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ : IPHAN, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre:Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1975.

GOLIN, L.C.T.; ALMEIDA, J.E. ; RECKIEGEL, A.L. S.; CARVALHO, H.L. ; RIBAS, J. V. ; FELIX, L.O. *Identidade gentílica e capital simbólico*. In: BATISTELA, A. (Org.). *Passo Fundo, sua história*. 1 ed. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GUINZBURG, C. *Olhos de madeira. Novas Reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras. Cap. 3: “*Representação, A palavra, a idéia, a coisa*”. 2001.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do;jsessionid=0193CA5A04EA69FA7E55FFA6F0ED222D>>, Acessado no dia 22/10/2008 às 23: 57 hs.

KLEIN, Ausonia.T.B. *Símbolos - União do físico ao metafísico*. Disponível em < <http://www.levir.com.br/teosofia/lista0015.php> >, Acessado no dia 15/04/2009

KUJAWA, Henrique Aniceto, *Cultura e religiosidade cabocla, Movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938*. Passo Fundo: UPF, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento. História e Memória*.Campinas: Unicamp, 1996.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio Histórico*. São Paulo. Editora Brasiliense, 2006.

LAMEIRÃO, Marcelo C. SILVA, Paulo V. A. da. Artigo: *História, memória e patrimônio: paradigmas da contemporaneidade*. Disponível em < http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212949382_ARQUIVO_trabalhoanpuh-marcelolameiraoepauloaprigio.pdf> Acessado em 15/09/2008 às 21:47 hs

MATTOS, Paula Belfort. *A arte de educar*. São Paulo: Antonio Bellini Editora & Cultura, 2003.

MEDEIROS, Márcia Maria de. *Concepções Historiográficas sobre a Morte e o Morrer: Comparações entre a ars moriendi medieval e o mundo contemporâneo*. Dossiê Religião e Religiosidade.Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Volume 5, número 6, dezembro de 2008

MUNIZ, Paulo Henrique. *O estudo da morte e suas representações sócio-culturais, simbólicas e espaciais*. Santa Catarina: Unoeste. Revista Varia Scientia, nº. 12, 2006.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *A valorização e o comércio de terras no norte do Rio Grande do Sul (século 19)*. Passo Fundo, 2006.

_____. *A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do RS*. 2005.

OSMAN, Samira Adel. RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Artigo: *Arte História, Turismo e Lazer nos Cemitérios da Cidade de São Paulo*. Licere, Belo Horizonte, nº.1, 2007.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitérios públicos*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Historiográficos. Rio de Janeiro, n.10, 1992.

PEREIRA, André; WAGNER, Carlos Alberto. *Monges Barbudos & o massacre no Fundão*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

REIS, João José. *A morte é uma festa - ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1991.

ROTTENSTEIN, Annie. *O sentido da vida e da morte através dos tempos*. In: Texto Publicado nos anais do Iº Congresso Brasileiro de Tanatologia e Bioética de Belo Horizonte. Data: 23 a 26 de abril de 2003.

SANTAELLA, L. *O que é Semiótica?*. São Paulo: Brasiliense: 1983.

SPENCER, Walner Barros. *Ano Novo – a recriação do Mundo*. Publicado em 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.http://becopress.blogspot.com/2007/12/ano-novo-recriado-mundo-walner-barros.html>> Acessado em 15/01/2008

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da Memória*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF Editora/Educs, 2004.

VALLADARES, C. do Prado. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura – Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

VERDI, Valdemar Cirilo Verdi. *Soledade das semarias, dos monges barbudos e das pedras preciosas*. Não Me Toque : Edição e Impressão Gesa, 1987.

8

Alvára

O engenheiro Alvaro Rodrigues Leitão, intendente municipal de Solidade.

Concede a dona Rosa Dipp, residente nesta Villa, um terreno para jazigo perpetuo no cemiterio urbano desta Villa. Dado e passado na secretaria da Intendencia municipal de Solidade, aos treze dias do mez de Julho de 1925. (Assignado) Alvaro R. Leitão, sobre setecentos reis de vellos Estaduaes.

9

Alvára

O engenheiro Alvaro Rodrigues Leitão, intendente municipal de Solidade.

Concede a dona Gilda ao Sr. Leonar do Seifim residente nesta villa um terreno para jazigo perpetuo no cemiterio urbano desta villa. Dado e passado na secretaria da Intendencia municipal de Solidade, aos seis dias do mez de Outubro de 1925. Assignado Alvaro Rodrigues Leitão, sobre setecentos reis de vellos Estaduaes.

10

Alvára

O engenheiro Alvaro Rodrigues Leitão, intendente municipal de Solidade.

Concede a dona Manoella Vieira, re

Alvará de licença *Leonardo Costa*

O cidadão Olmirio Ferreira Porto, Prefeito Municipal de Soledade, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, atendendo o que requerem o Sr. Alfeu Alves Wedy, concede um terreno com a área superficial de 10 mts. m^2 , no cemitério desta cidade, para nel se construir um jazigo perpetuo destinado a família do requerente e ao mesmo.

Dado e passado nesta Secretaria Municipal de Soledade, 3 de Novembro de 1948

Olmirio F. Porto

Prefeito

Alvará de licença

O cidadão Olmirio Ferreira Porto, Prefeito Municipal de Soledade, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, atendendo o que requerem a Sra. Ledunias Wiedemann, concede um terreno, com a área de dois metros e quarenta e dois centímetros quadrados ($2,42 \text{ m}^2$), no cemitério desta cidade, para nel se construir um jazigo perpetuo, para a Sra. e sua família.

Dado e passado nesta Secretaria, aos 15 dias do mês de novembro de 1948

Olmirio F. Porto

Prefeito

Alvará de licença

O cidadão Olmirio Ferreira Porto, Prefeito Municipal de Soledade, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, atendendo o que requerem o Sr. Manoel Soares Antunes con-

12
F. Cresty

ALVARÁ N: 2/60

O cidadão João Chaves Campello, Prefeito Municipal de Soledade, atendendo ao que lhe foi requerido pela Sr. Barbara Costa Behnenmann, residente nesta cidade, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei, achando-se satisfeitas as exigências fiscais, resolve conceder, como efetivamente concede, a mesma Sr. Barbara Costa Behnenmann, um terreno com as seguintes confrontações e dimensões: frente, na extensão de 3,50 mts; fundos, na extensão de 4 mts, fazendo face ao fazido da família Bouscaino; lado direito, na extensão de 3,50 mts, fazendo face ao fazido da família Moraes; lado esquerdo, na mesma extensão, fazendo face à cidade. E referida concessão destina-se à construção de um jazigo particular no Cemitério Urbano desta cidade. O terreno acima o terreno concedido medindo-o e marcando-o. Dado e passado na Secretaria Geral do Município, aos 13 (treze) dias do mês de Junho de 1960, noventa e seis. Em, Francisco Teixeira do Amaral Netto, Secretário Geral do Município, data, lografe e rubricado.

João Chaves Campello
Prefeito Municipal de Soledade em Soledade, 13 de Junho de 1960.

João Chaves Campello
Prefeito

ALVARÁ N: 4/61

João Chaves Campello, Prefeito Municipal de Soledade, etc.

Atendendo ao que lhe foi requerido pelo Sr. Afonso do Boro, residente em Urupema, e usando das atribuições que lhe são conferidas em lei, resolve conceder, como efetivamente concede, terreno para construção de um jazigo em Urupema, um terreno com a área de doze

ATO Alienatório n.º 03/74

Bel. Rui Ortiz - Prefeito Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Lei n.º 1.161 de 08 de junho de 1973, resolve alienar, como efetivamente aliena, ao Sr. José Pilatti, brasileiro, casado, empresário, residente em Soledade, RS, uma urna mortuária sob n.º 32, bloco 01 (um), no Cemitério Urbano da cidade. A urna em alienação foi adquirida pela importância de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), se acha paga integralmente, conforme contrato de compra e venda n.º 00008, arquivado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Soledade, RS. Ostando satisfeitos os exigidos fiscais, autorizo ao Sr. Chefe dos Serviços Urbanos a determinar a realização da urna. Dado e passado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Soledade, aos dez e oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro, eu Neli Balera R. Justiz, auxiliar de escriturário, escrevi e desloquei o presente ato.

A Secretaria Municipal da Fazenda, para os devidos fins.

Gabinete do Prefeito Municipal de Soledade, RS, em 18 de fevereiro de 1974.


Prefeito

ATO Alienatório n.º 04/74

Bel. Rui Ortiz - Prefeito Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei n.º 1.161 de 08 de junho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

L E I N. 1.500/79.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar permuta de imóveis, com a finalidade de construção de capela(s) mortuária (s) nesta cidade, e dá outras providências.-

IVO JOSÉ STEIN - Prefeito Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a permutar um terreno de sua legítima propriedade, localizado no Bairro Botucaraí na quadra "G", lote 03, confrontando-se ao NORTE em 21,00 m, com a Av. Farrapos; SUL, em 53,80 m com o lote 04; LESTE, em 42,80 m com o lote 02 da mesma quadra; OESTE em 59,80 m com a Travessa Afonso Pena, perfazendo a área total de 1.496,00 m², por outro de legítima propriedade do Sr. Bruno Klein, localizado nesta cidade, próximo ao cemitério Municipal, constituído do lote 07 e parte do lote 06 da quadra 101, confrontando-se ao NORTE em 31,00 m, por uma servidão; SUL, em 24,50 m com parte do lote 08 da mesma quadra; LESTE, em 15,40 m com o restante do lote 06 da mesma quadra 101; OESTE em 22,00 m com a Rua Júlio Cardoso perfazendo a área total de 535,35 m².

Art. 2º - A permuta autorizada no art. 1º, tem como exclusiva finalidade, permitir a construção, junto ao cemitério Municipal, de uma ou mais capela (s) mortuária (s), reclamada (s) pela população da cidade, em franco crescimento.

Art. 3º - É ainda, o Poder Executivo autorizado a transferir ao Patrimônio da Firma GABINESCHI & IRMÃO LTDA, com sede - nesta cidade, em doação condicionada, o imóvel adquirido através da permuta especificada no art. 1º desta Lei.

§1º - A finalidade da doação prevista neste artigo é a exclusiva de construção, pela firma donatária, de uma ou mais capelas mortuárias e seu normal funcionamento, a serviço da comunidade.

DADOS ESTADÍSTICOS:
ÁREA 2.574 Km²
POPULAÇÃO 25.200 habitantes
ECONOMIA: Predomínio (preponderância) agrícola, com o comércio de produtos agrícolas, sobretudo, batatas, maçãs e laranjas. Há também indústrias de pequeno porte, como a de laticínios e a de alimentos.
PRINCIPAIS MICHES: Açúcar, álcool, leite, óleo.
NOME: Soledade.
BREVES HISTÓRICOS: O nome Soledade deriva de uma antiga fazenda pertencente a um senhor português que se chamava Soledade. A povoação foi fundada em 1794 por João de Sousa do Botucaraí - Placido - no topo do Serra do Botucaraí - Placido - no 720 metros de altitude.

.....



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

fls. 02

§ 2º - O imóvel doado nos termos deste artigo, não poderá ser utilizado, em tempo nenhum, para outra finalidade que não a mencionada no texto desta Lei, nem alienado a terceiros sem expresso consentimento do Poder Público Municipal.

§ 3º - A doação perderá enquanto perdurar o uso de bem doado na finalidade especificada. Cessada, esta, haverá reversão automática e imediata ao Patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização ou protesto.


§ 4º - O imóvel doado reverterá, igualmente, ao patrimônio público municipal, caso a firma donatária não conclua, dentro do prazo de 06 meses desta Lei, a construção de ao menos uma capela - mortuária, devidamente equipada.

§ 5º - A municipalidade reserva-se o direito de requisitar, quando necessário, o uso da (s) capela (s) por pessoas de baixa renda, independentemente de qualquer pagamento à donatária.

Art. 4º - Os bens imóveis e atividade existente ou desenvolvidas no local, ficarão normalmente sujeitos aos tributos municipais em vigência.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SOLEDADE, RS, em 09 de agosto de 1979.


IVO JOSÉ STEIN
Prefeito

A presente Lei encontra-se registrada no livro 10, fls. 131. Em, 17.10.79.

DADOS ESTADÍSTICOS:
DATA DA FUNDACÃO: 1875
POPULAÇÃO: 4.500 habitantes
ECONOMIA: Pecuária (dependente), agricultura em franco desenvolvimento, comércio e indústria, pedras preciosas e semipreciosas
PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS: Trigo, milho, soja, cevada, batata, mandioca e fumo.
DIVERSÃO ADMINISTRATIVA: Seis distritos, a saber: 1 - Sede (Soledade, 1º distrito); 2 - Mormaco; 3 - Itaipubú; 4 - Tumor; 5 - Lagoão; 6 - Bela Vista.

REALIZAÇÃO: No alto do Serra do Beberibe - Planalto do 720 metros de altitude



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Soledade

INDICAÇÃO N° 317/2002

Exmo. Sr. Manoel Pedro Silveira Castanheira
MD. Presidente da Câmara Municipal de Soledade

O(a) Vereador(a) abaixo assinado vem, a V. Excelência, com o devido acatamento, solicitar que seja enviada ao Sr. Hélio Ângelo Lodi, Prefeito Municipal, a seguinte INDICAÇÃO:

Solicita providências do Poder Público Municipal no sentido de interferir junto a Empresa Irmãos Gabineski, desta cidade, a fim de que a mesma providencie o mais breve possível a construção de UMA CAPELA PARA A REALIZAÇÃO DAS SOLENIDADES FÚNEBRES, podendo ser utilizada por todos os credos religiosos, junto a construção que essa Empresa é proprietária, anexa ao Cemitério Municipal.

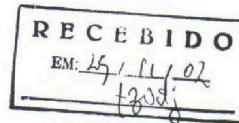
Solicita, também providências no sentido de que a Empresa em referência providencie imediatamente o calçamento com paralelepípedos regulares, na parte frontal às Capelas hoje existentes, no espaço compreendido entre as Capelas e o Cemitério.

Justificativa: as obras em referência irão proporcionar uma melhor acomodação das pessoas e principalmente dos familiares durante a realização de fêretros, em vista de que os espaços hoje existentes, infelizmente, não atendem as necessidades constatadas, considerando, ainda, tanto a população de nossa cidade como a realização de mais de um sepultamento de forma concomitante.

p/ sec.
MARIA MARLINDA

Soledade, 25 de novembro de 2002

V. Hélio de Oliveira
Líder do PEST





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Soledade

LEI Nº 2.000/91, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1991

GABINETE DO PREFEITO

Certifico que a presente Lei
foi publicada no Murai da Prefeitura
no dia 26/12/91
Revisado em

RICHARD SCHEUBRMAN
AUX. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE PARTE DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, - PARA CONSTRUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE 100 (CEM) GAVETAS MORTUÁRIAS PADRONIZADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVO JOSÉ STEIN - PREFEITO MUNICIPAL DE SOLEDADE, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que o PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

ART. 1º - FICA o Executivo Municipal autorizado a LICITAR e FIRMAR CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO de parte do Cemitério Municipal para construção e comercialização de 100 (CEM) Gavetas Mortuárias, padronizadas, junto à parte nova do Cemitério, zona Norte, na divisa com a Travessa Carlos Gomes.

ART. 2º - No Edital de Licitação, a Municipalidade estabelecerá as cláusulas e condições referentes ao Projeto Arquitetônico, prazo para construção, contra-partida financeira, assim como forma e valor de comercialização, legalização das gavetas mortuárias e outras, de conformidade com o Decreto nº 271/67, de 28/02/67.

ART. 3º - A presente Autorização Legislativa é feita de conformidade com o que estabelece o Artigo 13 e Parágrafos da Lei Orgânica Municipal.

ART. 4º - Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SOLEDADE,
CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, EM 26 DE
DEZEMBRO DE 1991.

IVO JOSÉ STEIN
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e publique-se

Sec. de Administração

Registrada no Livro 1º R. Fls. 106
de 26 de dezembro de 1991



GABINETE DO PREFEITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Soledade

Certifico que a(o) presente Lei
foi publicado no Mural da Prefeitura
no dia 23, 12, 93

Retirado em

Beatriz Gasparotto
BEATRIZ GASPAROTTO
AUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 2.142 /93

TRATA DO TOMBAMENTO HISTÓRICO DE ANTIGOS JAZIGOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO TRICHES, Prefeito Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º - Os antigos jazigos existentes no Cemitério Municipal da cidade de Soledade, deverão ser tombados pela administração, incorporados ao seu patrimônio histórico, e a preservar a sua história, que tem naquelas famílias os seus primeiros habitantes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por Jazigo entenda-se mausoléus, capelas, jazigos e sepulturas.

Art. 2º - O Poder Executivo fará o tombamento histórico de tais jazigos, devendo dos mesmos cuidar para que não sejam nem vendidos, nem demolidos ou descaracterizados pelos seus proprietários, de preferência conservando sua originalidade.

Art. 3º - Os proprietários continuarão a ter o uso e a administração dos mesmos, limitados às restrições do artigo anterior.

Artº 4º - No caso de infração às disposições desta Lei, a Municipalidade poderá desapropriar tais bens, declarando-os de utilidade pública, para todos os efeitos.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SOLEDADE,

EM 23 DE DEZEMBRO DE 1993.

Paulo Triches

PAULO TRICHES, PREFEITO MUNICIPAL

Av. Júlio de Castilhos, 898, esquina Av. Maurício Cardoso - PÁDIX (054) 381-1699 - CEP 99.300-000 - SOLEDADE - RS

Registrado sob nº 141 do II, 12 Ma. S.U.V.
Soledade, 23 de Dezembro de 1993